



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**COTIDIANO NA VELHICE EM PARINTINS/AM:  
CONCEPÇÕES DE PARTICIPANTES DO CENTRO DE  
CONVIVÊNCIA DO IDOSO “PASTOR LESSA”**

**LEILIANE AMAZONAS DA SILVA**

MANAUS  
2016

**LEILIANE AMAZONAS DA SILVA**

**COTIDIANO NA VELHICE EM PARINTINS/AM:  
CONCEPÇÕES DE PARTICIPANTES DO CENTRO DE  
CONVIVÊNCIA DO IDOSO “PASTOR LESSA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de Concentração em Questão Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais na Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Yoshiko Sasaki

MANAUS  
2016

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586c Silva, Leiliane Amazonas da  
Cotidiano na velhice em Parintins/AM: concepções de  
Participantes do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” /  
Leiliane Amazonas da Silva. 2016  
129 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Yoshiko Sasaki  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal  
do Amazonas.

1. Velhice. 2. Cotidiano. 3. Assistência Social. 4. Centro de  
Convivência. I. Sasaki, Yoshiko II. Universidade Federal do  
Amazonas III. Título

**LEILIANE AMAZONAS DA SILVA**

**COTIDIANO NA VELHICE EM PARINTINS/AM:  
CONCEPÇÕES DE PARTICIPANTES DO CENTRO DE  
CONVIVÊNCIA DO IDOSO “PASTOR LESSA”**

Dissertação aprovada em: 30/08/2016

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Yoshiko Sasaki - Presidente  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lidiany de Lima Cavalcante - Membro  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rita Maria dos Santos Puga Barbosa - Membro  
Universidade Federal do Amazonas

## AGRADECIMENTOS

*Se cheguei neste momento ímpar da minha trajetória acadêmica, foi porque, direta e indiretamente, recebi constante apoio e incentivo de muitos, para os quais aqui externo meus sinceros agradecimentos.*

❖ *À Virgem Maria por sempre interceder por mim junto ao Pai, e a Este por me conceder saúde, sabedoria para chegar ao final desta caminhada. Obrigada pelas bênçãos e proteção em todos os dias.*

❖ *À minha Mãe, o elo, a motivação de estar hoje nesta fase de minha vida acadêmica. Muito obrigada pelo incentivo e amor que nunca me tem faltado.*

❖ *Às minhas tias Maria de Jesus, Elizete Lopes e Juliene Pimentel, as quais mesmo de longe sempre se preocuparam comigo, me incentivaram, e me colocaram em suas orações. Obrigada a vocês e a todos os familiares.*

❖ *Aos Ilustres professores do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), que através de seus ensinamentos contribuíram para a minha formação profissional.*

❖ *À minha orientadora professora Dra. Yoshiko Sasaki, por me acompanhar durante estes dois anos de Pós-Graduação ensinando-me a tomar atitudes pela busca constante de conhecimentos.*

❖ *Ao colegiado de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia ICSEZ- UFAM campus Parintins, e ao professor MSC. Patrício Ribeiro, pela oportunidade da prática de estágio docente.*

❖ *À queridíssima amiga Jussara Machado, e à minha prima Elissandra Lopes por todo auxílio durante a pesquisa de campo. Muito obrigada de todo coração!*

❖ *À Kelem Pontes, Ingrid Noronha, Aline Costa e Amanda Maciel. Obrigada pela força e por cada palavra de incentivo.*

❖ *À Janaína Paiva por todo auxílio desde que cheguei a Manaus no uso do transporte público para a universidade ou qualquer outra localidade da cidade. Obrigada por tudo!*

❖ *À amiga Ana Rafaela, exemplo de simplicidade, obrigada por sempre se preocupar comigo e a mim ter estendido a mão desde o início desta jornada.*

❖ *À diletíssima amiga Liliane Valente por toda força e encorajamento desde o final da Graduação para meu ingresso no Programa de Mestrado. Suas palavras sempre foram valiosas. Obrigada!*

- ❖ *Ao Gladson Hauradou o qual tive a oportunidade de tê-lo como professor durante a graduação e a honra de tê-lo como colega no mestrado. Obrigada por todo apoio ao longo dessa empreitada.*
- ❖ *À Camila Gibbs, irmã que o mestrado me concedeu, por ter estado sempre ao meu lado nos momentos bons e difíceis compartilhando alegrias, angústias e temores da vida acadêmica e pessoal. Obrigada por não me deixar sentir tão só.*
- ❖ *À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH) pela autorização para realização da pesquisa com os(as) idosos (as) do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”.*
- ❖ *À CAPES pela bolsa de estudo a mim concedida durante 24 meses.*
- ❖ *Às pessoas idosas do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” em Parintins que não mediram esforços e se dispuseram em participar desta pesquisa. Sem a participação de vocês este trabalho não seria realidade. Obrigada pela disponibilidade e pela atenção.*
- ❖ *À humilde turma de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia 2014 pela carinhosa acolhida.*
- ❖ *E a todos os que direta ou indiretamente embora não citados, foram, de alguma forma, presença significativa nesta caminhada. Muito obrigada!*

## RESUMO

Ao voltarmos o estudo sobre velhice, atemos que o processo de envelhecimento populacional é mundial. A longevidade é uma conquista da sociedade, mas, ao mesmo tempo, ela não é garantia de vida plena de satisfação e de necessidades humanas asseguradas a todas as pessoas idosas. Na perspectiva de compreendermos como os (as) idosos (as) vivem o seu tempo de velhice em Parintins/AM, o presente estudo teve por objetivo geral desvelar o cotidiano de idosos (as) participantes do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” no município de Parintins. Para tanto, os objetivos específicos foram: Identificar as atividades econômicas e sociais realizadas pelas pessoas idosas antes da velhice e na velhice; Verificar com o as pessoas idosas se relacionam com as atividades voltadas a elas no referido Centro; Apontar a visão das pessoas idosas sobre sua velhice. Os sujeitos da pesquisa foram as pessoas idosas participantes do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”. Do universo de 174 idosos foi selecionada uma amostra representativa e não probabilística de 18 (12 idosas e 6 idosos), um total de 10% do universo apresentado. O estudo foi pautado em pesquisa bibliográfica, documental e de campo sendo de natureza qualitativa de abordagem explicativa e pautada no método de análise de conteúdo. Como instrumento e técnica de coleta de dados foram utilizados formulário semiestruturado, diário de campo e observação livre. A operacionalização da coleta das informações foi realizada em Parintins, nas dependências do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”. Os resultados dessa pesquisa apontaram que as pessoas idosas do CCI em questão, apesar de mudanças positivas e negativas terem operado em suas vidas com a chegada da velhice, conseguem viver de forma satisfatória a velhice em Parintins, bem como, mostraram que essas pessoas possuem uma vasta concepção a respeito da velhice, indo ao encontro do que ela realmente se constitui – uma condição da natureza humana e multidimensional vivenciada maneiras distintas, inclusive em relação a ser mulher ou homem idoso. Apontaram, ainda, que a satisfação dessas pessoas idosas se deve a um ingrediente a mais presente no cotidiano, o Centro de Convivência onde se alarga a amizade e a convivência entre iguais e diferentes. Por isso também a importância de implementação e continuidade de ações e serviços de assistência social aos idosos em Parintins para fins da vivência da boa velhice.

**Palavras-chave:** Velhice; Cotidiano; Assistência Social; Centro de Convivência.

## ABSTRACT

When we return to the study on old age, let's point out that the process of population aging is worldwide. Longevity is a conquest of society, but at the same time it is not a guarantee of a full life of satisfaction and of human needs assured to all the elderly. In the perspective of understanding how the elderly live in their time of old age in Parintins / AM, the present study had the general aim of revealing the daily life of the elderly participants in the "Pastor Lessa" In the municipality of Parintins. For this, the specific objectives were: To identify the economic and social activities carried out by the elderly before old age and in old age; Verify with the elderly people the activities related to them in the said Center; Aiming the view of the elderly about their old age. The subjects of the research were elderly people participating in the "Pastor Lessa" Elderly Living Center. From the universe of 174 elderly, a representative and non-probabilistic sample was selected from 18 (12 elderly and 6 elderly), a total of 10% of the presented universe. The study was based on bibliographical, documentary and field research being of qualitative nature of an explanatory approach and based on the method of content analysis. As instrument and technique of data collection were used semistructured form, field diary and free observation. The operation of the collection of information was carried out in Parintins, in the premises of the Elderly Center for the Elderly "Pastor Lessa". The results of this research pointed out that the elderly people of the JRC in question, although positive and negative changes have operated in their lives with the arrival of old age, can live satisfactorily the old age in Parintins, as well, showed that these people have a vast conception of old age, meeting what it really is - a condition of human and multidimensional nature experienced in distinct ways, including in relation to being an elderly woman or man. They also pointed out that the satisfaction of these elderly people is due to an ingredient most present in the daily life, the Center of Coexistence where the friendship and the coexistence between equals and different are extended. Therefore, the importance of implementation and continuity of actions and services of social assistance to the elderly in Parintins for the purpose of living good old age.

**Palavras-chave:** Old age; Daily; Social assistance; Center of Coexistence.

## LISTA DE SIGLAS

AM – Amazonas  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CAPs – Caixas de Aposentadoria e Pensões  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
CF – Constituição Federal  
CCI – Centro de Convivência do Idoso  
CCI/PIN – Centro de Convivência do Idoso de Parintins  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICSEZ – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia  
IAPs – Instituto de Aposentadoria e Pensões  
IAPC – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas  
LBA – Legião Brasileira de Assistência Social  
LBD – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
LOPs – Lei Orgânica da Previdência Social  
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social  
NASF – Núcleo de Saúde da Família  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNI – Política Nacional do Idoso  
PMI/PIN – Política Municipal do Idoso de Parintins  
PPGSS – Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia  
RMV – Renda Mensal Vitalícia  
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SESC – Serviço Social do Comércio  
SEMASTH – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UFAM – Universidade Federal do Amazonas

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução da população de Parintins entre os anos de 1970 a 2010.....	19
Tabela 02 – IDHM/Parintins entre os anos de 1991 a 2010.....	22
Tabela 03 – Componentes IDHM – Parintins/AM.....	22
Tabela 04 – Gênero.....	24
Tabela 05 – Faixa etária.....	25
Tabela 06 – Estado Civil.....	26
Tabela 07 – Escolaridade.....	27
Tabela 08 – População idosa residente no Brasil.....	30
Tabela 09 – Tempo de participação dos (as) idosos (as) no Centro de convivência.....	54
Tabela 10 – Iniciativa em participar do Centro de Convivência.....	54
Tabela 11 – Benefícios do Centro de Convivência à vida dos (as) idosos (as).....	55
Tabela 12 – Atividades das pessoas idosas antes de frequentarem o Centro de Convivência.....	57
Tabela 13 – Relação entre as pessoas idosas do Centro de Convivência.....	59
Tabela 14 – Quantidade de idosos (as) que trabalharam e não trabalharam.....	71
Tabela 15 – Idade que as pessoas idosas começaram a trabalhar.....	72
Tabela 16 – Tipo de atividades das pessoas idosas antes da velhice.....	73
Tabela 17 – Maior gasto mensal.....	73
Tabela 18 – Participação ou não participação em festa cultural.....	74
Tabela 19 – Festa cultural em que os (as) idosos (as) participavam .....	74
Tabela 20 – Relação familiar.....	76
Tabela 21 – Participação em festas e/ou reuniões em família.....	77
Tabela 22 – Índice idosos (as) que possuíam ou não amigos (as) antes da velhice.....	77
Tabela 23 – Índice de pessoas idosas adeptas ou não à religião antes da velhice.....	78
Tabela 24 – índice de pessoas idosas que iam ao médico.....	79
Tabela 25 – índice de pessoas idosas que praticavam ou não atividade física.....	79
Tabela 26 – índice de idosos (as) que pensaram e não pensaram na velhice.....	80
Tabela 27 – índice de idosos (as) que sentem e não sentem falta da vida antes da velhice.....	80
Tabela 28 – Estrutura habitacional.....	83
Tabela 29 – Renda familiar das pessoas idosas que não moram sozinhas.....	84
Tabela 30 – Quantidade de filhos por idoso (a).....	86
Tabela 31 – Tipo de atividade e motivação das pessoas idosas que trabalham.....	90
Tabela 32 – Tabela 32– Atividades específicas que os (as) idosos (as) se envolvem na igreja .....	98
Tabela 33 – Eventos culturais em que os (as) idosos (as) participam .....	99
Tabela 34 – Percepção dos pesquisados quando jovens sobre as pessoas idosas.....	114
Tabela 35 – Índice de pessoas idosas que se consideram e não se consideram velhas por conta da Idade.....	116
Tabela 36 – Representação da velhice para as pessoas idosas.....	121

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Com quem o (a) idoso (a) mora.....	85
Gráfico 02 – Quantidade de pessoas que contribuem para renda familiar (idosos (as) que não moram sozinhos (as)).....	86
Gráfico 03 – Maior gasto mensal.....	87
Gráfico 04 – Sua renda é suficiente para satisfação de suas necessidades?.....	88
Gráfico 05 – Índice de Idosos (as) que trabalham e não trabalham.....	89
Gráfico 06 – Índice de pessoas idosas que conversam com seus vizinhos.....	91
Gráfico 07 – Índice de idosos (as) que participam e não participam de festas em família.....	92
Gráfico 08 – Índice de idosos (as) que possuem e não possuem amigos.....	95
Gráfico 09 – Índice de idosos (as) com e sem problemas de saúde.....	101
Gráfico 10 – Frequência com que os (as) idosos (as) vão ao médico.....	102
Gráfico 11 – Índice de idosos(as) que preparam e não preparam sua comida.....	105
Gráfico 12 – Índice de idosos (as) que gostam e não gostam de ouvir música.....	106
Gráfico 13 – Programas de televisão que os (as) idosos (as) assistem.....	107
Gráfico 14 – Índice de idosos (as) que ouvem rádio.....	108
Gráfico 15 – Trabalho manual realizado.....	109

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Justificativas sobre o relacionamento entre as pessoas idosas no Centro de Convivência.....	59
Quadro 02 – Localidade de moradia dos (as) idosos (as) antes de residirem em Parintins.....	110
Quadro 03 – Considerações sobre a vivência da velhice em Parintins.....	111
Quadro 04 – Determinantes para a boa velhice na concepção de idosos (as) .....	120

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 CONHECENDO O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA</b> .....	17
2.1 Parintins.....	17
2.2 Identificando os sujeitos.....	24
<b>3 A VELHICE NO ROL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS</b> .....	29
3.1 Direitos e Políticas Públicas voltadas às pessoas idosas.....	29
3.1.1 Política de Assistência Social de amparo à velhice.....	42
3.2 O Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”: instrumento de promoção social e afetiva ao idoso.....	51
<b>4 A VELHICE EM QUESTÃO EM PARINTINS</b> .....	61
4.1 Considerações teóricas sobre a velhice.....	61
4.2 Vida cotidiana e velhice .....	67
4.3 Aspectos socioeconômicos da vida de idosos (as) do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” antes da velhice.....	71
4.4 Condições econômicas de pessoas idosas do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”.....	82
4.5 O cotidiano de pessoas idosas do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” .....	89
4.6 A velhice na concepção de participantes do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”.....	112
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	122
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124

## 1 INTRODUÇÃO

Não restam dúvidas que o envelhecimento populacional tem aumentado no Brasil, e como parte da realidade brasileira esse crescimento em Parintins, no Amazonas, não é diferente. Esse município possui hoje um total de 7.272 pessoas idosas, o que representa 7,12% da população geral que é de 102.033 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo de 2010.

Diante dessa realidade, discussões teóricas têm sido delineadas em torno desse fenômeno inerente ao indivíduo, assim como, sobre a velhice enquanto resultado desse processo. Muitas delas tentam, incessantemente, desmistificar os estereótipos e os estigmas imputados à população idosa e que ainda persistem em se propagar.

Muitas contribuições deixam claro, pelas múltiplas determinações do envelhecimento, a sua heterogeneidade. Pontuam, ainda, a velhice como uma condição natural e vivenciada de diferentes maneiras. Isso porque, cada pessoa vive dentro de um contexto político, econômico e sociocultural peculiar, ou seja, a forma como a pessoa vive a sua velhice é determinada por inúmeros fatores.

As diferentes maneiras de viver a velhice são evidenciadas a partir das atividades e das relações estabelecidas no cotidiano, pois, ainda que, a realidade das práticas cotidianas não seja imediatamente acessível, é no palco do cotidiano que os seres humanos se relacionam, se reproduzem socialmente e expressam as nuances do seu viver, as quais merecem ser problematizadas numa sociedade contraditória social, econômica e politicamente e com reflexos maléficos para os indivíduos.

Evidenciar a vivência da velhice em Parintins através do desvelamento do cotidiano foi interesse surgido no contexto acadêmico, na prática de Estágio Supervisionado Serviço Social no Conselho Municipal do Idoso de Parintins – CCI/PIN. Parte de um processo de formação que me proporcionou contato com a população idosa deste município, ensejando, ainda, a realização de pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso.

O contato com essas pessoas despertou interesse em saber como elas vivem, o que elas fazem, como se relacionam, quais são suas atividades, pois concordamos com Souza (2010, p. 57-58) que:

[...] Parintins não se encerra apenas na estrutura física. Ela contém as pessoas que convivem cotidianamente, com suas origens, seus relacionamentos, que muitas vezes vão além dos limites do sítio urbano, seus modos de vida, pensamentos e sentimentos quase sempre ofuscados pela aparente homogeneidade da cidade [...]

Assim como outros municípios do território brasileiro, Parintins se expandiu e mudanças ainda vêm se processando continuamente. Sob os ditames do capitalismo vai assumindo novas configurações que repercutem na vida do homem parintinense<sup>1</sup>, nas suas formas de reprodução material, nas relações sociais etc.

Nesse contexto, e considerando que a velhice é multidimensional e vivenciada de forma singular, partimos do seguinte questionamento: Como é viver a velhice numa cidade como Parintins?

Em face de tal questionamento, este trabalho objetivou desvelar o cotidiano de idosos (as) participantes do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” no município de Parintins.

Para tanto, partimos dos objetivos específicos, a saber: Identificar as atividades econômicas e sociais realizadas pelas pessoas idosas antes da velhice e na velhice; Verificar como as pessoas idosas se relacionam com as atividades voltadas a elas no referido Centro; Apontar a visão das pessoas idosas sobre sua velhice.

Como fenômeno da pesquisa está imerso no campo de uma realidade complexa e dinâmica a qual não pode ser desconsiderada, o estudo foi pautado na abordagem qualitativa, para qual a interpretação e análise do fenômeno investigado leva em conta o contexto e os diferentes aspectos de sua complexidade, ensejando uma profunda investigação sobre o fenômeno estudado.

Na visão de Chizzotti (1995), esse tipo de abordagem parte do princípio de uma interdependência entre o sujeito e seu objeto de investigação que, por sua vez, não possui neutralidade e não pode ser entendido a partir de uma teoria explicativa.

A pesquisa foi realizada no município de Parintins, tendo como referência o Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”, instituição fundada no ano de 2005 e situada no Bairro Itaúna II, ao lado da Unidade Básica de Saúde “Irmão Francisco Galliane”.

Os sujeitos da pesquisa foram pessoas idosas participantes do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”, um quantitativo de 18 pessoas, o que representa 10% de uma população de 174 idosos (as), sendo que numa relação de 1 para 2 selecionamos 6 homens e 12 mulheres considerando a maior de participação de mulheres no CCI.

Os informantes foram eleitos por uma amostragem de tipo não probabilística, selecionada pelo critério da intencionalidade compreendendo a inclusão e exclusão dos sujeitos,

---

<sup>1</sup> Gentílico de quem nasce em Parintins/AM.

os quais participaram mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Nesse sentido, participaram da pesquisa, pessoas idosas frequentadoras assíduas do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”, com idade igual ou superior a 60 anos e com qualquer nível de escolaridade. Não participaram os que não tiveram disponibilidade ou não aceitaram participar da pesquisa por motivos pessoais ou quaisquer outros motivos.

A materialização deste trabalho se deu, primeiramente, através de pesquisa bibliográfica e documental (tivemos acesso as fichas de cadastro dos idosos do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” para fins de seleção dos sujeitos e coleta de outras informações). Realizamos leituras e discussões de literaturas visando aprofundar a compreensão da temática e a construção do marco teórico de referência. Bem como a definição dos sujeitos da pesquisa, elaboração do instrumental e a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Como instrumentos e técnica de coleta de informações, utilizamos o formulário semiestruturado, diário de campo e a observação livre.

Em segundo momento realizamos a pesquisa de campo que ocorreu nas dependências do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” com os informantes, após a anuência da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Parintins (SEMASTH) e aprovação da CEP.

E por último, realizamos o procedimento de sistematização, interpretação e análise dos dados coletados. Essas atividades consistiram na organização dos dados, construção de gráficos, quadros e tabelas, os quais foram analisados em articulação com o referencial teórico adotado, e com base no método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977). Um procedimento analítico de fundamental importância na medida em que procuramos conhecer o oculto nas entrelinhas do conteúdo das informações coletadas.

Na medida em que o fenômeno deve ser entendido dentro de seu contexto, o **item 2: Conhecendo o campo e os sujeitos da pesquisa** – apresenta uma breve caracterização dos sujeitos e do campo da pesquisa.

O **item 3: A velhice no rol das políticas públicas brasileiras** - apresenta elementos para uma reflexão sobre a cobertura das políticas públicas à população idosa no contexto brasileiro, considerando especificamente a política pública de assistência social, o que dá margem para compreendermos como a velhice foi sendo inserida nas ações serviços de assistência engendradas no Brasil. Apresenta, também, uma reflexão sobre os benefícios desses

serviços, dentre os quais destaca-se os do Centro de Convivência para a vivência da boa velhice em Parintins a partir das próprias pessoas idosas participantes da instituição.

**O item 4: A velhice em questão em Parintins** – Trata, especificamente, da vida cotidiana na velhice em Parintins, a partir de aspectos da própria realidade dos (as) idosos (as), onde encontramos elementos para compreendermos a dinâmica da vida cotidiana na velhice das pessoas idosas do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”. Fornece, ainda, elementos para compreensão da velhice mediante a percepção dessas pessoas.

Entendemos a relevância deste estudo por colaborarmos com o debate e as reflexões sobre a velhice em Parintins que ainda se mostram incipientes. Além do mais, é uma forma evidenciarmos para a sociedade como as pessoas idosas concebem e vivem sua própria velhice no dia a dia. E, em se tratando de sujeitos sociais alvos dos serviços do âmbito da assistência social, estamos publicizando uma realidade que poderá contribuir para que serviços e ações a este público, melhorem e se mantenham no município favorecendo vivência da boa velhice.

## 2 CONHECENDO O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

### 2.1 PARINTINS

Analisar a vida cotidiana na velhice sem nos reportarmos ao ambiente de sociabilidade e de construção da vida das pessoas seria como estudar um objeto fora do seu contexto, uma vez que a vida não se constrói de forma desarticulada de aspectos inerentes à própria realidade onde o ser humano vive e se reproduz cotidianamente.

Falar da vida cotidiana na velhice em Parintins pressupõe fazermos ainda que de forma breve, algumas considerações sobre esse município, sobre seu processo de formação, seu aspecto social e econômico, bem como seu aspecto cultural, pois são elementos que fazem parte da realidade e, de alguma maneira, influenciam e/ou podem influenciar na forma como as pessoas envelhecem e vivem cotidianamente o seu tempo de velhice.

O município de Parintins, enquanto cidade, tem sua base de formação com intervenção lusitana na região no meado de 1796. Quando aqui chegaram, os portugueses iniciaram a construção dos primeiros núcleos coloniais que serviam de estratégias para fins de ocupação regional, objetivo principal da Coroa Portuguesa (SOUZA, 2013).

Essa assertiva é também apontada por Lima (2008, p.109-110) ao elucidar que:

[...] o estabelecimento de fortes, posteriormente povoados e vilas, nos revelam que a ocupação e as cidades Amazônicas não ocorrem aleatoriamente, o que pode ser confirmado com as observações de Agassiz no sentido de que as pequenas cidades visitadas nos anos de 1860, um período anterior ao *bom* da borracha, possuíam atividades econômicas, além de estarem estrategicamente localizadas nas margens dos rios, confirmando a estratégia de ocupação do espaço no tempo da colonização lusitana.

Como parte da região amazônica a constituição da cidade de Parintins não fugiu a esta regra. Mas vale destacar, conforme literaturas regionais (SAUNIER, 2003; CERQUA, 2009; SOUZA, 2013), que antes mesmo da ocupação lusitana, Parintins era habitada por indígenas, entre os quais os das tribos Sapopés, Maués, bem como os da tribo Tupinambá, sendo esta última, razão pela qual se justifica o nome da ilha onde Parintins está localizada de Ilha Tupinambarana.

Isso nos leva à reflexão de Scherer (1989) que, baseada nos estudos de Bessa (1996) e equipes de historiadores da Universidade Federal do Amazonas, assinala que antes mesmo do processo de colonização, as nações indígenas já habitavam a região Amazônica e possuíam,

inclusive, forma de organização econômica peculiar. Para a autora, esse fato dissolve a ideia de que a região era desabitada em períodos que precederam a chegada dos colonizadores.

Os feitos iniciais de formação do município de Parintins e de outras cidades brasileiras revelam que as investidas do capital estrangeiro na região não é uma ação iniciada em anos recentes. De tal modo que as análises de Scherer (1989, p. 25) pontuam que:

[...] Os caminhos históricos percorridos pela sociedade amazônica tem sido marcados, de um lado, pela presença do colonizador, pelo representante do capital externo, pela vida de opulência da elite extrativista e pelas tentativas de definir os rumos da região pelo poder público; de outro, pelas formas de exploração dos trabalhadores regionais, em moldes muito próximos aos do trabalho escravo. Esses processos sociais fazem parte de uma história, cuja trajetória foi fortemente determinada pelo capitalismo internacional.

A autora revela que as investidas do capital na região amazônica foram determinantes à sua formação e, conseqüentemente, ocasionaram efeitos deletérios aos habitantes da terra. Souza (2013) em seu estudo sobre o processo de urbanização e transformação do município de Parintins, aponta que este município se desenvolveu e continua a se desenvolver entrelaçado na dinâmica do modo de produção capitalista, o qual se firmou intervindo no cotidiano de quem ainda aqui habita.

Para a autora, a forma como a cidade se configura atualmente foi impulsionada por diversos fatores, dentre os quais, os períodos econômicos decorrentes na história do município, tais como: a “indústria extrativa”, o “ciclo do cacau”, a pecuária e a produção de juta. Esta última destacou-se como uma das mais importantes até a década de 1970, quando houve uma crise inflacionária no Brasil que refletiu na economia do município, conseqüentemente enfraquecendo a produção da fibra.

No decorrer da organização socioespacial do município bem como dos avanços e retrocessos de suas atividades de caráter econômico, o índice demográfico também sofreu oscilações, ora de crescimento, ora de declínio. Isso significa dizer que o povoamento da cidade, em decorrência dos ciclos econômicos, não ocorreu de forma linear (BECKER E LIMA, 2013).

Diz-nos Souza (2013), que desde o início de sua ocupação até a década de 1960 se encetou o processo de produção e evolução do perímetro urbano de Parintins, e junto ao desenvolvimento econômico, a cidade paulatinamente começa a estruturar-se, crescer de forma espacial e se produzir cotidianamente. Surgem então as primeiras escolas e igrejas, e por volta de 1920 toda a cidade já dispunha de 14. 607 moradias, assim como ruas e praças.

Até a década de 1970, mesmo com todo processo de migração do homem do campo para a cidade recorrente, Parintins se constituía em um município tipicamente rural, uma vez

que 75% de sua população residia em áreas rurais conforme verificado na Tabela apresentada abaixo.

Tabela 01 – Evolução da população de Parintins entre os anos de 1970 a 2010

Ano	População urbana	População rural	Total
1970	16.747	21.334	38.086
1980	29.504	21.877	51.383
1991	41.591	17.192	58.783
2000	58.125	33.993	92.118
2010	69.890	32.143	102.033

Fonte: Adaptado de: SOUZA, 2013.

Os dados sobre a evolução da população de Parintins apontam, ainda, que somente a partir da década de 1980 é que a população urbana se sobrepõe à população rural. Conforme Souza (2013), essa mudança foi ocasionada não somente por conta da mudança do homem do campo para a cidade, mas também, pela chegada de pessoas advindas de outros municípios do Amazonas e de outros Estados brasileiros.

Explica ainda que:

[...] o processo de urbanização ocorrido em Parintins na década de 1980 redefiniu as relações ocorridas entre a cidade e o campo. O campo passou por um processo de esvaziamento populacional, principalmente devido a chegada da pecuária extensiva para a região (iniciada na década anterior), ao mesmo tempo em que a cidade passou por outro processo, o de inchaço populacional, que acarretou inúmeros problemas, tanto sociais como ambientais aos moradores (p. 62).

Vale lembrar que, a urbanização em Parintins faz parte de um contexto maior, pois, nesse período se intensificou também o processo de urbanização em diversas regiões do país, e na Amazônia não foi diferente.

E a respeito do processo migratório na região norte, Souza e Cañete (s/d) lembram que este já vinha sendo incentivado desde a década de 1960 com a iniciativa do governo federal através da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, em aliança o capital internacional.

Esse pressuposto demonstra que o governo brasileiro, impulsionado por expandir seus interesses internos e externos, historicamente empregou com grande tenacidade, estratégias, ditas de “desenvolvimento” para a região. E como consequência isso tem influenciado no aumento populacional e no crescimento acelerado e desordenado das cidades.

Na Tabela exibida anteriormente, se pôde observar que no ano de 2010 houve um aumento exorbitante da população da zona urbana de Parintins em relação à zona rural, de forma que o índice populacional praticamente dobrou seu contingente.

Fatores econômicos, sociais, e também naturais, foram e ainda são elementos influenciadores nesse despontar populacional para área urbana da cidade. Souza (2013) evidencia dentre tais fatores, a ineficácia e ausência de políticas públicas voltadas para o campo, as enchentes do Rio Amazonas que afetam constantemente as pessoas que moram nas margens dos rios e dos lagos e ausência de escolas que propiciem aos alunos a continuidade de estudos na zona rural.

Essa assertiva nos leva a inferir que as pessoas do campo migraram e ainda continuam a migrar para a área urbana da cidade, não por pura vaidade, mas por falta de políticas públicas que garanta sua fixação rural. Na verdade, elas são vítimas de processos sociais, econômicos e naturais que, ao retirarem suas condições de reprodução social no lugar de origem, as impulsionam para área urbana com a expectativa de melhores condições de existência.

Isso interfere diretamente na vida dessa população que acostumada numa relação constante com a natureza, ao adentrar a área urbana da cidade tende, de alguma maneira, se adequar e assimilar paulatinamente o modo de vida urbano. E, na maioria das vezes as pessoas passam a viver em condições precárias, pois, no cotidiano urbano, os destituídos de meios de sobrevivência se deparam com uma realidade totalmente antagônica e acabam por se inserirem na dinâmica daqueles que vivem sem ter o direito à cidade, pois,

[...] a reprodução social na cidade depende do acesso à terra urbana e à habitação, o direito à cidade significa o direito de todos e de todas ao acesso à habitação e a todos os serviços relacionados à vida urbana e necessários ao bem estar coletivo, conforme os valores e as categorias de representação da sociedade (SANTOS JUNIOR, 2011, p. 74).

De encontro com o que o autor pontua, enquanto direito à cidade, o município de Parintins enfrenta sérios problemas de ordem estrutural e social, os quais têm inviabilizado a muitos de seus moradores o acesso aos meios de se reproduzirem socialmente no espaço urbano. Inclusive, Souza (2013) pondera que um dos principais problemas urbanos em Parintins é a desigualdade social, a qual se manifesta de várias maneiras, a começar pela segregação espacial.

Sabemos que o crescimento demográfico passa a demandar estrutura e serviços que possam abarcar as necessidades populacionais, entretanto, Souza (2013) destaca que quando o aumento da população urbana começou a se despontar, Parintins não estava preparada para atender todas as necessidades requeridas. Por conta disso, as pessoas passaram a viver em

condições de vida não muito dignas, morando em habitações à beira dos córregos poluídos, próximas à “lixões” de forma a comprometer sua própria saúde e o meio ambiente.

Vemos, deste modo, que sem planejamento Parintins cresceu de forma desordenada. Quanto a este problema, podemos inferir que a administração pública, por sua vez, não acompanhou com responsabilidade esse crescimento, pois como foi dito, na medida em que a população de uma cidade vai aumentando, ela demanda ações e serviços que possam de forma equânime garantir condições de reprodução social adequadas. Entretanto, as condições de vida das pessoas apontadas pela autora, mostram que pouco houve preocupação do governo municipal.

A vida econômica dos Parintinenses, atualmente, estrutura-se baseada nos três setores da economia. Diga-se: o setor primário, o setor terciário, e o setor secundário. No setor primário, a pecuária tem se destacado como a atividade mais importante, conforme assertiva de Braga (2002, p.19):

[...] a atividade econômica mais importante do município é a pecuária, sobretudo a criação de bovinos, seguida da pesca, da extração do pau-rosa e do cultivo da juta e da malva. As demais atividades econômicas destinam-se exclusivamente ao abastecimento do próprio município .

No setor secundário, por sua vez, Braga diz que as atividades industriais são as que mais ganham relevo, dentre as quais as fábricas de esquadrias metálicas, ou simplesmente as serralherias. E por último, no setor terciário, o comércio e os serviços de hotelaria se mostram como os mais importantes.

Os serviços de hotelaria são impulsionados pelo turismo, o qual, na visão de Becker e Lima (2013) se desponta como uma nova frente econômica na cidade, principalmente por ocasião do “Festival Folclórico de Parintins”, uma festa popular que iniciou em 1966 e completou sua 51ª edição em 2016.

Esse Festival acontece todos os anos no último final de semana do mês de junho, apontado por alguns autores (BRAGA, 2002; VALENTIN, 2005; SOUZA, 2013), como um dos fatores também incitante do desenvolvimento da cidade ao longo dos anos. Por outro lado, o Festival Folclórico também ocasiona alguns aspectos negativos para Parintins. Valentin (2005) declara que essa manifestação cultural tem contribuído grandemente com o crescimento das mazelas sociais, dentre as quais se destacam a expansão das favelas, a prostituição juvenil, o consumo de drogas etc.

Vemos que Parintins não está isenta das chamadas expressões da questão social, as quais no decorrer dos tempos vão se apresentando sob múltiplas formas. Por outro lado, os

dados censitários assinalam que atualmente o município vem apresentando um aumento no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, o que pode significar melhoria na qualidade de vida da população, pelo menos do ponto de vista estatístico como assinala a Tabela abaixo.

Tabela 02 – IDHM/Parintins entre os anos de 1991 a 2010

<b>Ano</b>	<b>IDHM</b>	<b>Ranking Nacional</b>	<b>Ranking Estadual</b>
2010	0,658	2.946°	2°
2000	0,488	3.381°	4°
1991	0,414	2.237°	3°

Fonte: PNUD, 2013

Partindo dos dados da Tabela, podemos inferir que apesar dos percalços ainda existentes no município, o IDHM atual mostra-se superior às décadas anteriores, o que pode ser considerado como nível médio de desenvolvimento. Inclusive, é possível observar que esse índice ocupa a segunda posição no ranking estadual, o que significa dizer que Parintins possui o segundo melhor IDHM do Estado Amazonas, pois o primeiro lugar no ranking estadual está com a capital do Estado.

As informações do Atlas de desenvolvimento Humano (Tabela 03) mostram que a dimensão com maior crescimento em termos absolutos no município de Parintins no período de 1991 a 2010 foi a educação, que quase triplicou num período de duas décadas, o que nos leva ao entendimento de que melhorias na qualidade de ensino em Parintins estão acontecendo.

Tabela 03 – Componentes IDHM – Parintins/AM

<b>Ano</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Educação	0,214	0,327	0,605
Longevidade	0,637	0,705	0,800
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,19	67,30	72,97
Renda	0,520	0,504	0,589
Renda per capita	203,36	184,11	313,07

Fonte: PNUD, 2013

Do exposto, notamos que o índice de longevidade em Parintins também obteve crescimento, e um dos fatores responsáveis diz respeito à redução da taxa de mortalidade infantil, o que conseqüentemente ocasiona aumento numérico no que diz respeito à população adulta.

Dessa forma, a esperança de vida ao nascer tem aumentado nas últimas décadas, o que tende a representar uma expectativa de vida longa e consequentemente aumento no número de pessoas idosas, as quais correspondem atualmente a 7,12% da população geral.

Quanto à renda dos parintinenses, os dados (tabela 03) evidenciam que mesmo havendo queda no ano 2.000, a renda *per capita* em Parintins teve um aumento significativo no ano de 2010, o que numericamente nos leva a pensar que houve melhorias na distribuição de renda, diminuição da extrema pobreza e, portanto, da desigualdade social no município.

Entretanto, é bom lembrarmos, conforme pondera Yazbek (2012), que não é possível analisar ou mensurar a pobreza na sua totalidade partindo exclusivamente da perspectiva de renda, haja vista que a pobreza não é uma categoria homogênea, ela se configura como uma categoria complexa e multidimensional. Razão pela qual a autora pondera o seguinte:

[...] Abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo. Embora a renda se configure como elemento essencial para identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência precisa ser considerado para definir situações de pobreza (YASBEK, 2012, p. 292).

Partindo desse pressuposto, entendemos que não devemos elencar a pobreza em Parintins somente a partir dos dados apontados no que se refere ao índice de renda, pois como vemos, a pobreza não pode somente ser mensurada unicamente através desse critério. Por essa razão, afirmar que a extrema pobreza sofreu um decréscimo nos últimos anos em Parintins seria desconsiderar as múltiplas determinações dessa expressão da questão social na cidade.

Como categoria que se traduz pela carência de direitos é imperativo considerar também outros indicadores como os de saúde, trabalho, acesso a bens e serviços e outros que somados apontem para a garantia e efetivação desses direitos.

Claro que não se pode desconsiderar por si só esses dados, pois ainda que parcialmente, eles contribuem para termos um retrato da realidade que se apresenta na cidade de Parintins, bem como para a definição de políticas públicas que sobremaneira possam abarcar as necessidades populacionais nas suas especificidades e assim garantir modos de reprodução social de qualidade, pois como as demais cidades brasileiras, Parintins possui aspectos que lhes são peculiares.

Devemos lembrar também, como dito no início, que Parintins é resultado do processo de ocupação e urbanização da região Amazônica. Por isso, é possível afirmarmos que o

antagonismo social presente na realidade do município de Parintins faz parte da dinâmica de reprodução do capital, o que nos leva a concordar com Souza (2013) quando elenca que, é nesse âmbito que Parintins se produz e reproduz.

## 2.2 Identificando os sujeitos

Assim como a pesquisa precisa situar o sujeito dentro de um determinado ambiente, igualmente é necessário identificarmos quem são estes sujeitos. Nesse sentido, traçamos, neste item, uma breve caracterização e análise dos sujeitos deste estudo.

Como informa a Tabela abaixo, participaram desse estudo 12 (doze) pessoas idosas do sexo feminino e 6 (seis) do sexo masculino, prevalecendo, deste modo, um índice maior de participante do sexo feminino.

Tabela 04 – Gênero

<b>Sexo</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Feminino	12	67
Masculino	6	33
Total	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

O IBGE tem alertado que no Brasil há predominância maior de mulheres idosas atualmente, ou seja, sobrepondo-se aos homens, as mulheres possuem maior expectativa de vida. Inclusive, os dados enunciados por Souza (2012) em seu estudo, apontam que no Estado do Amazonas também há predominância maior de mulheres idosas, havendo apenas uma invertida no tocante ao índice de homens e mulheres idosas residentes na zona urbana e na zona rural, pois na zona rural do Estado há prevalência maior homens idosos.

As informações apresentadas pela autora são da contagem da população referente ao ano de 2007, as quais também revelaram que a população idosa de Parintins representava 3,66% do total de idosos do Estado do Amazonas. Da mesma forma, na zona urbana havia a predominância maior de mulheres idosas, e na zona rural de homens idosos nesse período. Mas, no tocante a Parintins, de modo geral, os dados evidenciados pela autora mostraram que havia prevalência maior de pessoas idosas do sexo masculino em Parintins.

O IBGE Censo de 2010, aponta que a quantidade pessoas idosas atualmente residentes em Parintins corresponde a 7.272, sendo 70% residentes na área urbana e, 30% na área rural. E, em se tratando de gênero, Parintins apresenta um índice de 51% de homens idosos e 49% de

mulheres idosas, o que nos leva a observar que ainda há, conforme evidencia a autora citada anteriormente, uma frequência maior de idosos do sexo masculino em Parintins.

Mas é importante ressaltar que, das pessoas idosas residentes na área urbana, 48% correspondem ao sexo masculino, um índice menor em relação às mulheres idosas que é de 52%. Por outro lado, na zona rural da cidade 60% dos (as) idosos (as) são do sexo masculino, e 40% do sexo feminino, o que mostra predominância maior de mulheres idosas na zona urbana de Parintins.

Essas pontuações corroboram com a assertiva de Camarano, Canso e Melo (2004), ao afirmarem que o envelhecimento também corresponde a uma questão de gênero.

Em seus estudos sobre as condições sociodemográficas do envelhecimento, as autoras destacam que nas áreas urbanas é que há maior prevalência de pessoas idosas do sexo feminino, o que se confirma a partir dos dados referentes também a população idosa em Parintins. As autoras apontam, ainda, que o maior índice de mulheres idosas em áreas urbanas está relacionado com maior participação de mulheres no fluxo migratório rural urbano.

A elucidação desses dados é importante no sentido de evidenciarmos que a prevalência do maior número de idosas que frequentam CCI, pode de alguma maneira, estar relacionada com o fato de haver mais mulheres idosas do que homens idosos na zona urbana do município, uma vez que o CCI está situado no espaço urbano de Parintins.

Ademais, para além do processo migratório, Camarano, Canso e Melo (2004) apontam a ideia de que ocorre no Brasil um processo o qual se configura como a feminização da velhice, isto é, as mulheres estão vivendo por mais tempo.

No tocante a faixa etária dos participantes da pesquisa, 50% possuem idade entre 60 a 69 anos, sendo 2 homens e 7 mulheres. 33% representam os idosos com idade na faixa etária entre 70 a 79 anos, 2 homens e 4 mulheres, e 17% integram a faixa etária de 80 anos, 2 homens e 1 mulher como registram as informações elencadas no Tabela 05.

Tabela 05 – Faixa etária

<b>Idade</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
60 a 69	2	7	9	50
70 a 79	2	4	6	33
80 ou mais	2	1	3	17
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Podemos notar que o maior percentual entre as idades dos sujeitos da pesquisa corresponde à idosos (as) que estão na faixa etária de 60 a 69 anos contendo um número maior

de mulheres nessa faixa etária. Ou seja, mais da metade das idosas estão nessa faixa, portanto, idosas jovens. O menor percentual diz respeito as pessoas de 80 anos ou mais de idade representado em maior número pelos homens.

O IBGE – Censo 2010 revela que, as pessoas idosas que contemplam a idade de 60 a 69 anos de idade representam 53%, enquanto idosos (as) na faixa etária entre 80 anos correspondem a 880 pessoas, ou seja, representam cerca de 12% do total de pessoas idosas em Parintins. E no que diz respeito ao menor percentual, este inclui as pessoas com 100 anos ou mais de idade, os quais representam 0,3%.

Quanto ao aspecto conjugal das pessoas idosas da pesquisa, os dados do Tabela 06 sinalizam que a maior parte delas são casadas, evidenciando um percentual de 44% (5 homens e 3 mulheres). Em segundo lugar temos 28% que correspondem a idosos (as) em situação de divórcio (1 homem e 4 mulheres). Em terceiro lugar aponta-se um percentual de 17% idosas solteiras e, por último apresenta-se o menor percentual que é de 5,5% para viúvas e 5,5% para idosas em união consensual.

Tabela 06 – Estado Civil

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Casado (a)	5	3	8	44
Divorciado (a)	1	4	5	28
Solteiro (a)	-	3	3	17
União consensual	-	1	1	5,5
Viúvo (a)	-	1	1	5,5
Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo/2016

É notável a partir das informações da Tabela que, entre os casados, a maioria corresponde as pessoas idosas do sexo masculino, diferentemente das mulheres cuja prevalência maior é a situação de divórcio. Porém, o fato dos homens em sua maioria serem casados não os impede de participarem ativamente do Centro de Convivência.

É importante destacar, também, que muitos casais de pessoas idosas frequentam simultaneamente as atividades ofertadas nesta instituição. O que significa dizer que ambos possuem os mesmos ideais, ou seja, no caso da participação no CCI buscam viver a vida de maneira mais saudável.

No que tange ao componente de escolaridade (Tabela 07), das 18 pessoas idosas pesquisadas, 55,5% são alfabetizadas, ou seja, sabem ler e escrever. Por outro lado, 28% não são alfabetizadas. Quanto ao Ensino fundamental incompleto, 1 (5,5%) possui esse grau de

escolaridade, e a mesma quantidade possui o ensino fundamental completo. Apenas 1 (5,5%) entre os participantes possui Ensino Superior completo.

Tabela 07 – Escolaridade

Nível	Homens	Mulheres	Frequência	%
Não alfabetizado	2	3	5	28
Alfabetizado	3	7	10	55,5
Ens. Fund. Incompleto	1	-	1	5,5
Ens. Fund. Completo	-	1	1	5,5
Ens. Médio Incompleto	-	-	-	-
Ens. Médio completo	-	-	-	-
Ens. Superior Incompleto	-	-	-	-
Ens. Superior completo	-	1	1	5,5
Outros	-	-	-	-
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

As informações contidas na referida Tabela demonstram haver um índice maior de mulheres idosas alfabetizadas em relação aos homens. Vemos, ainda, que entre os pesquisados, apenas uma das mulheres teve acesso aos níveis de instrução até o ensino superior.

Diante dos dados evidenciados e, levando em consideração que as pessoas possuem 60 anos ou mais de idade, devemos lembrar que atualmente as pessoas possuem mais oportunidades de acesso aos níveis de instrução. Ao contrário de décadas passadas aonde nem todas as pessoas tinham acesso às políticas educacionais.

No item sobre Parintins, mostramos que até finais da década de 1970 essa cidade era basicamente rural. E o fato de os 28% dos pesquisados não terem nenhum nível de instrução pode ter relação com o modo de vida rural, pois, vamos perceber, neste trabalho, que a maior parte dos (as) idosos (as) são oriundos (as) da zona rural do município, sendo que uma parcela significativa dessas pessoas começou a trabalhar em idade que varia dos 7 aos 14 anos de idade, o que pode ter influenciado na questão escolar

A população rural, também, durante anos foi alijada do direito a educação formal, pois até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>2</sup> (LDB, 1996) – que aponta alguns propósitos de atenção educacional no campo – a educação não se configurava como política pública de Estado, tendo acesso somente os setores abastados da sociedade.

E mesmo que o índice educacional tenha tido um acréscimo, como mostramos no item 2.1 ao nos reportarmos sobre IDHM de Parintins, as oportunidades de acesso à educação não abrangem a todos com igualdade.

<sup>2</sup> Lei nº. 9.394/96

Nesse sentido, condições de vida dessa população e suas peculiaridades não podem ser desconsideradas quando se trata de problemas relacionados com a educação. Como destaca Teixeira (2008), a baixa escolaridade no Brasil está ligada a questão da pobreza também, sendo esse fenômeno muito alto entre as famílias que possuem pessoas idosas. Baseada na PNAD de 1997, a mesma pondera que 61% delas em condição de pobreza não chegam a completar o primeiro ano de estudo.

De modo geral, os baixos níveis de escolaridade possuem inúmeros determinantes, tais como, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais. E de acordo com Sousa (2012), nos dias atuais a ausência ou os baixos níveis de instrução podem contribuir com a exclusão social do indivíduo, sendo que numa sociedade moderna, mas excludente, saber ler e escrever, pode reduzir esse processo de exclusão.

Vale ressaltar, que a educação não consiste somente no único direito do qual as pessoas, para além das pessoas idosas, foram alijadas no decorrer dos anos no Brasil. Na verdade as iniciativas de atenção à população por parte do Estado, em períodos precedentes à década de 1980, não possuíam equivalência universal, eram pontuais, precárias, como veremos no próximo capítulo.

### **3 A VELHICE NO ROL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Ao contrário dos países desenvolvidos, o processo de envelhecimento no Brasil ocorreu em menos de meio século, sem antes haver no país a estruturação de um sistema de proteção social (PAIVA, 2014), pois a seguridade social no Brasil – sistema que articulou as políticas de saúde, previdência e assistência social – só passou a vigorar no final da década de 1980 do século XX, trazendo para a população, de modo geral, maiores possibilidade de uma vida plena de cidadania.

Atrelada à saúde e à previdência social, a assistência social enquanto política pública inscrita no âmbito da seguridade social, pode ser vista como uma forma de superação das primeiras práticas intervencionistas de atenção aos sujeitos, principalmente aos que durante muito tempo se viram cotidianamente destituídos de bens e serviços necessários à promoção de bem estar e qualidade de vida.

Por estarmos nos debruçando sobre a vida de pessoas idosas que participam do Centro de Convivência do Idoso em Parintins, serviço inscrito no âmbito da assistência social, a discussão deste item está voltada precisamente para a cobertura das políticas públicas à velhice, com ênfase na assistência social e os reflexos engendrados pelo CCI no cotidiano dos idosos.

#### **3.1 Direitos e Políticas Públicas voltadas às pessoas idosas**

Embora ultrapassado mais de 500 anos de “descobrimento”, e mudanças tenham ocorrido ao longo da história, sabemos que desde o início do seu processo de formação o Brasil tem se materializado sob a ordem do sistema capitalista. Diante dessa circunstância, o país se pôs a tomar rumos não muito apropriados ao desenvolvimento social, político e econômico, que se sobreponha às bases de sua submissão ao capital.

Ao levarmos em consideração a lógica empregada por este sistema, concordamos com Oliveira (1972), ao enfatizar que o desenvolvimento brasileiro se deu mediante a possibilidade de acumulação, sendo o “subdesenvolvimento”, portanto, uma produção da expansão do próprio capitalismo, e não simplesmente uma formação histórica.

Essa mesma linha de pensamento encontramos em Benaion (2006, p.7), o qual menciona que o Brasil ao estar inserido no circuito do capital:

[...] foi conduzido a tomar os caminhos que o levaram ao mesmo tempo a promover um padrão de desenvolvimento que em lugar de lhe assegurar autonomia e independência, enredou-o numa teia que o condicionou a permanecer dependente,

subordinado, e, para algumas de suas regiões, a ideia de desigualdade e de atraso transformou-se em sua marca indenitária.

Situar o processo de formação social e econômica do Brasil não é nossa pretensão neste trabalho, mas quando tratamos de políticas públicas devemos lembrar de que sociedade estamos falando. Trata-se de uma sociedade emblemática e contraditória, onde existiram e/ou ainda existem populações, cujos modos de reprodução social e/ou de sociabilidade, podem sofrer influências constantes de mudanças estruturais e conjunturais na sociedade.

Dados do IBGE (2010), mostram que a população brasileira atualmente já contém mais de 190 milhões de habitantes, e esse número, indubitavelmente, segue acompanhado de maior expectativa de vida. Isso significa dizer que o crescimento da população de pessoas idosas tem se tornado uma realidade inegável no país como revela a Tabela abaixo.

Tabela 08 – População idosa residente no Brasil

	Ano	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	Total	70.070.457	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	190.755.799
	Idosos	3.312.420	4.312.320	6.636.202	9.593.054	14.538.988	20.588.891
	%	4,72%	4,63%	5,57%	6,53%	8,5%	10,7%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

As informações comprovam que no decorrer dos anos, o contingente de pessoas idosas no Brasil tem aumentado de maneira considerável. É notável que num período de seis décadas, o percentual praticamente dobrou. Todavia, o envelhecimento, apesar de ser um fenômeno universal, é um processo que vem sendo encarado em cada país conforme suas peculiaridades.

Alguns teóricos, dentre os quais Camarano e Pasinato (2004), afirmam que diferentemente dos países desenvolvidos onde o envelhecimento ocorreu em um cenário socioeconômico favorável,

[...] nos países em desenvolvimento e, especificamente, no caso brasileiro, o acelerado processo de envelhecimento está ocorrendo em meio a uma conjuntura recessiva e a uma crise fiscal que dificultam a expansão do sistema de proteção para todos os grupos etários e, em particular, para os idosos (p.253).

A dificuldade de expansão do sistema de proteção social às pessoas idosas, faz com que o aumento dessa população seja acompanhado também pelo alargamento das expressões da questão social, as quais recorrentemente se processam no dia a dia dessas pessoas.

E como se já não bastasse, a ação do Estado no Brasil prioritariamente gira em torno das políticas de desenvolvimento econômico, o que tem dificultado não apenas a proteção social

à idosos (as), mas, aos diversos segmentos sociais, pois é sabido que essas políticas, impiedosamente, vão se consolidando à custa do rebaixamento dos indicadores sociais, o que reflete no que foi sinalizado anteriormente, onde a desigualdade e o atraso mostram-se como elementos emblemáticos na vida da população brasileira.

Independente dos períodos de desenvolvimento brasileiro, é salutar destacarmos que sob as rédeas do capitalismo, apesar de atualmente existirem políticas públicas de atenção aos diversos segmentos sociais, essas condições emblemáticas historicamente, se configuram e se estendem no cotidiano do cidadão brasileiro, e a população é condenada a viver sob as mazelas desse sistema que em favorecimento de poucos, ocasiona efeitos deletérios à sua maioria.

Falamos em condições emblemáticas historicamente configuradas, por sabermos que a população brasileira, especialmente a mais empobrecida, foi durante muito tempo alijada de direitos, os quais paulatinamente foram sendo conquistados. Até a década de 1960, por exemplo, ser idoso (a) no Brasil, “não” se constituía em um problema que carecesse de intervenção estatal, de forma que a caridade e a filantropia mostravam-se “suficientes” para satisfazer as necessidades provenientes dessa população de mais idade.

No campo das ações sociais no Brasil, a intervenção estatal surge na década de 1930, momento em que o país começa a se desvincular da herança de um período colonial e oligárquico e a imprimir novos rumos à sua economia, o qual passa a sofrer substantivas mudanças em direção ao modelo urbano industrial. Ao mesmo tempo, com a industrialização se afloram as precárias condições de vida e de trabalho das populações urbanas, desencadeando, desta forma, a mobilização de setores médios urbanos e da classe operária por respostas do Estado às expressões da questão social (COUTO, 2010; PAIVA, 2014, SILVA, 2014).

Por outro lado, as respostas engendradas pelo Estado no governo de Getúlio Vargas, longe de se traduzirem para a proteção social de alcance universal, se processaram através de serviços pontuais e fragmentados tendo como finalidade o ordenamento das relações capital e trabalho, onde os trabalhadores eram “incorporados” de forma controlada pelas legislações trabalhistas o que representou retrocesso na organização política dos trabalhadores que começava a florescer nesse período (COUTO, 2010; FREITAS, 2005).

Com essa finalidade pondera Couto (2010, p.116), que os direitos sociais,

[...] foram restritos quase que exclusivamente à área trabalhista, voltada para a pequena parcela dos trabalhadores urbanos [...] que, por intermédio de suas organizações, conseguiram, em consonância com o projeto de desenvolvimento da época, garantir alguns direitos trabalhistas, que foram concedidos, na época, tão somente como benefícios sociais.

Isto explica nos meandros desse contexto, a implementação de medidas de cobertura social aos trabalhadores (exclusivamente urbanos) mediante benefícios operacionalizados, inicialmente, com a criação das Caixas de Aposentadoria e pensão (CAPs<sup>3</sup>) e posteriormente através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs<sup>4</sup>), ambos de caráter mercantilista, provedores de ações curativas e individuais de saúde aos trabalhadores que contribuía com a previdência.

Ao imprimir um debate sobre a proteção social antes da década de 1980, Silva (2014) pondera que os direitos sociais implementados pelo governo Vargas nos anos 1930 no Brasil, contribuíram para a reprodução das desigualdades sociais, uma vez que as legislações concebidas não alcançaram os que estavam fora do mercado de trabalho, à estes restou a filantropia que associada ao Estado tratava a pobreza sob a ótica do fracasso individual, e não como reflexo estrutural do capitalismo.

Na verdade, a política de ação imprimida tinha como objetivo favorecer o setor industrial, algo não muito diferente das ações intervencionistas do Estado no contexto da região amazônica que para atender suas necessidades buscava de certa forma “agradar” o governo federal, não delineando mudanças significativas para a promoção de assistência para os necessitados (SILVA, 2012).

Scherer (1989) pondera que, nesse período, as expressões da questão social se acentuavam na região, havendo o aumento da pobreza, do desemprego, o agravamento das condições de saúde da população, bem como a deterioração dos serviços públicos. Um contexto cujos interesses avessos à cidadania colocaram a população amazônica em extrema situação de miséria, cujo combate se dava mediante a atuação repressora do Estado<sup>5</sup> visando a restauração do equilíbrio social.

Na década de 1940, segundo Sposat et al. (2010), tem-se a configuração da assistência social em seu caráter burocrático, cujo aparato institucional centra-se no Ministério da Previdência e Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social e da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), sendo esta última, a primeira instituição de assistência social para fins de colaboração com a intervenção do Estado.

---

<sup>3</sup> As CAPs surgiram em 1923 com Lei Eloy Chaves, dando início a formação do sistema previdenciário no Brasil.

<sup>4</sup> “No Brasil para os (as) trabalhadores (as) urbanos (as) com carteira assinada, o desenvolvimento da Previdência Social realizou-se mediante a organização de vários IAP” (PAIVA, 201, p. 179).

<sup>5</sup> Uma das formas de manutenção do equilíbrio social acontecia quando “Estado exigia que qualquer mendigo encontrado implorando a caridade pública deveria ser sumariamente recolhido ao Asilo de Mendicância ou a Santa Casa de Misericórdia” (SCHERER, 1989, p. 86).

Conforme a autora acima, há a estruturação do aparelho institucional cujos programas assistenciais se voltam para segmentos específicos, como se a sociedade estivesse dividida “em castas”, onde deveria haver também um governo específico. Dessa forma, os serviços “se expandem através de um leque de programas assistenciais, que buscam responder as necessidades de saúde, educação, abrigo, trabalho, alimentação, subsistência dos excluídos” (LEAL *apud* SPOSAT et al, 2010, p. 82).

Neste cenário não há mudanças contundentes em relação às políticas de atenção a população, a não ser o trato pela benemerência e a intensificação do espírito filantrópico em diversas regiões do país, inclusive na cidade de Manaus/AM<sup>6</sup>.

Além do mais, intervenção social nesse período ocorre através de medidas assistenciais e educativas com objetivo ainda precípuo de manter o ajustamento social da força de trabalho, apesar de buscar responder minimamente as condições de subsistência dos excluídos.

O fato é que o período que vai de 1934 a 1964 na preocupação dos governos brasileiros o que prevalece é a regulamentação das relações trabalhistas, no sentido ensejar novas orientações visando o crescimento da economia do país (COUTO, 2010). Preocupação essa, ratificada no conteúdo das próprias constituintes (CF.1934; CF. 1937; CF.1946) engendradas nesse interim, nas quais inferimos não demonstrar nenhuma preocupação em termos de política pública exclusiva para com o sujeito na sua condição de velhice, mas na condição do indivíduo enquanto trabalhador.

A preocupação dos governos com a alavancada da economia e os anseios do capital era tão intensa, que os serviços de saúde ofertados se restringiam em assegurar a força de trabalho. Paiva (2014) destaca que na primeira metade do século XX há o crescimento da medicina previdenciária ofertando aos trabalhadores urbanos e familiares a assistência médico hospitalar.

Por outro lado, os desempregados, os trabalhadores rurais, domésticos e os trabalhadores informais não tinham acesso a esse modelo de assistência e recorriam ao atendimento em postos de saúde, hospitais e outros serviços mantidos pelo Ministério da Saúde em parceria com as secretarias estaduais e municipais, quando não, ficavam a mercê da caridade e da filantropia religiosa (IDEM).

Podemos dizer que, apesar do fato da questão social já ter sido reconhecida como uma questão política, mediante reclamos da população, as políticas sociais eram imbricadas em prol

---

<sup>6</sup> Araújo *apud* Scherer (1989, p. 89), reconhece não haver grandes inovações na formulação das políticas de bem estar social, pois o que se pretende é centralizar os programas já existentes, de assistência a (saúde, educação, infância, velhice, alienados, retardados, ao pauperismo, miséria e a delinquência) em colaboração mútua entre instituições públicas e privadas, além da criação de outras instituições.

de interesses divergentes, pois ao mesmo tempo em que respondiam as reclamações da classe trabalhadora, também buscavam favorecer aos interesses das classes dominantes, ou seja, as políticas sociais funcionavam como instrumento apaziguador de conflitos.

Quanto a velhice a autora pondera não ter havido, nesse período, nenhuma atenção específica ao segmento mais velho da população, apesar deste ser incluído como beneficiário da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPs), criada no final do mandato de Juscelino Kubtschek , na década de 1960.

Por meio dela, a previdência foi unificada em termos de benefícios, universalizando-a a todos os trabalhadores urbanos do mercado formal e apontando sua centralização administrativa, o que só foi feito em 1966, por um ato arbitrário da ditadura militar, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (COUTO, 2010, p. 111).

Essa lei “consagra o benefício da aposentadoria por velhice, por tempo de serviço e a especial” (GOLDMAN, 2009, p. 165), porém, não assegurava à velhice condições de cidadania, pois de forma restrita, ainda se configurava na regulamentação das relações trabalhistas.

Haddad (2003) evidencia que apesar do Estado ser mais atuante em relação aos períodos precedentes a década de 1930, não investiu em obras públicas específicas para viabilizar a prestação de assistência aos idosos. A atenção voltada à estes era realizada em convênio com instituições de natureza particular.

Os primeiros indícios de mudança em prol da velhice no Brasil, segundo Rodrigues (2001), começaram aparecer a partir da década de 1970 quando o aumento significativo no contingente populacional de idosos desperta preocupação do setor privado e do setor público em torno da velhice, por conta das Organizações das Nações Unidas – ONU que institui o ano de 1975 o Ano Internacional do Idoso.

Há o reconhecimento de que o número de anos vividos pelas pessoas estava aumentando, seria então necessário linhas básicas de uma política de promoção social ao idoso, o que começou a se modelar nos anos 1970, como expõe Haddad (2003, p. 107) ao proferir que “os primeiros projetos de políticas públicas para a velhice datam dos anos 1970, independente da experiência acumulada pela filantropia privada”.

A partir dessas demandas, realizaram-se encontros e seminários de caráter regional, como os que foram realizados em Fortaleza, São Paulo e Belo Horizonte, bem como de cunho nacional realizado em Brasília em 1975 (CAMARANO E PASINATO, 2004).

Para estas autoras, esses encontros foram fundamentais porque trouxeram à tona a situação dos idosos no Brasil e deram origem a um importante documento denominado de Política Social para o Idoso – Diretrizes Básicas, cujas principais propostas eram:

- Implantação de sistema de mobilização comunitária, visando dentre outros objetivos, a manutenção do idoso na família;
- Revisão de critérios para concessão de subvenções e entidades que abrigam idosos;
- Criação de serviços médicos especializados para o idoso, incluindo atendimento domiciliar;
- Revisão do sistema previdenciário e preparação para a aposentadoria;
- Formação de recursos humanos para o atendimento de idosos;
- Coleta de produção de informações e análises sobre a situação dos idosos pelo Serviço de Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social (Dataprev) em parceria com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outras (CAMARANO E PASINATO, 2004, p. 265).

Apesar da importância desse documento e das propostas nele apresentadas, Goldman (2009) revela que tal política não foi consolidada, por possuir em suas propostas configurações muito genéricas, bem como pela falta de recursos e, principalmente, de vontade política. Fatores estes que inviabilizaram a sua concretização, que seria uma importante Política para as pessoas idosas brasileiras.

Mas ainda nesse período, no âmbito da política previdenciária, o governo brasileiro teve como iniciativa em prol das pessoas idosas carentes, dois tipos de benefícios não contributivos, a saber: as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a Renda Mensal Vitalícia – RMV. Esta última se constituiu como a primeira medida de proteção do social à idosos (as) necessitados (as) e aos portadores de deficiência (CAMARANO E PASINATO, 2004).

Conforme Haddad (2003), a intenção da Renda Mensal Vitalícia foi contemplar a velhice despossuída e dependente da ação caritativa dos indivíduos, das santas casas de misericórdia e das entidades religiosas.

Mas, para Teixeira (2008), considerando os critérios de inserção e o valor das aposentadorias, o padrão de integração aos benefícios, foi incapaz de promover esse segmento da categoria de pobres. Dessa maneira, recorrendo a Vianna (2000), a autora argumenta que esse processo minimizou o padrão de reprodução desses beneficiários e nivelou a “cidadania” num estatuto inferior.

Isso revela aspectos contraditórios observáveis da previdência enquanto política de inserção, o que pode ser verificado quando Teixeira (2008) ratifica as condições de inclusão das pessoas idosas do exército industrial de reserva e do setor informal através da Lei nº 6.179. Segundo a autora:

[...] Os idosos do exército industrial de reserva, do setor informal, os pobres de forma geral, também foram incluídos, através de Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que aprova o amparo da previdência social para os velhos carentes com mais de 70 anos e para os inválidos, no valor de meio salário mínimo, desde que cumpram os requisitos de não exercer atividades remuneradas; de não ser mantidos por outras pessoas; e de não ter outro meio de subsistência (p. 163).

Além desses aspectos incongruentes, outro ponto importante a ser destacado, ainda no âmbito previdenciário, é que, em novembro de 1979 com a revogação da Portaria n. 82/74 e a inclusão da Portaria de n. 25/79<sup>7</sup>, as pessoas idosas não previdenciárias passaram ser contempladas com a assistência social. Esta Portaria objetivava “propiciar a integração social do idoso, sobretudo no que se refere à melhoria das condições de vida, ao fortalecimento dos laços familiares e à formação de uma atitude positiva à velhice” (HADDAD, 2003, p. 112).

Entretanto, tais objetivos nem mesmo com a extensão de amparo de pessoas idosas não previdenciárias foram propriamente alcançados, dado ao fato de que as defasagens nos proventos dos aposentados e pensionistas impediam o alcance dos objetivos traçados.

Outrossim, a situação de pobreza se acentuava requerendo maior atenção do Estado que criou o Ministério da Previdência e Assistência social (MPAS) mediante a Portaria 2.864, ampliando os objetivos da assistência social também inalcançáveis (IDEM).

Devemos mencionar que no contexto dos anos 1970, momento em que o Brasil passou pelo chamado milagre econômico, a prioridade do governo se centrava no crescimento da economia, deixando em segundo plano o desenvolvimento social. Sem falar que o país vivenciava os reflexos de uma crise econômica<sup>8</sup> em países industrializados.

Uma pujança econômica que ocasionou forte concentração de renda e prejuízos aos trabalhadores que se viam com salários cada vez mais baixos e em péssimas condições de reprodução social. A população se urbanizava rapidamente frente ao desenvolvimento do capitalismo monopolista<sup>9</sup> iniciada nas décadas anteriores, e o Estado em caráter tecnocrático quase não demonstrou preocupação com a pobreza que se alastrava (COUTO, 2010; PEREIRA, 2011).

---

<sup>7</sup> Esta Portaria tinha caráter preventivo, terapêutico e promocional (HADDAD, 2003).

<sup>8</sup> A década de 1970 enfrentou o declínio do padrão de bem-estar por meio da crise capitalista agravada pelos reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação (PIANA, S/D, p. 31).

<sup>9</sup> O capitalismo monopolista intensifica suas contradições oriundas da organização da produção capitalista, ou seja, sua produção cada vez mais socializada é restrita pela concentração mundial de renda por meio de apropriação privada dos produtos do trabalho (PIANA, S/D, p.27).

Diante dessas controvérsias e dos rumos que o Brasil historicamente vem tomando ao longo dos anos em prol do fator econômico, concordamos com Camarano e Pasinato (2004) ao elencarem que a negativa no alcance de objetivos de alcance social traçados, deve-se ao fato de que as ações que retratam esse período estavam estritamente vinculadas a esse fator. E no que se refere às pessoas idosas, “as políticas do governo federal para esta população consistiam estritamente no provimento de renda para aos que de alguma maneira trabalharam, e de assistência social para idosos necessitados e dependentes” (p. 265).

Isso demonstra o olhar que se tinha sobre a velhice nos anos 1970, o que revela a invisibilidade desse segmento na sua totalidade conforme aponta Haddad (2003, p.112) ao dizer que “a problemática da velhice aparece de forma isolada da realidade que a produz”.

Assim, do ponto de vista prático, as iniciativas não tinham como pressuposto melhorar a vida das pessoas à medida que iam envelhecendo, pois baseadas em uma perspectiva dominante de inclusão, a inclusão da velhice no âmbito dos direitos ocorre mediante a incorporação do direito do trabalhador, e não do direito da pessoa que envelhece.

Teixeira (2008) ressalta que, a previdência social é uma das mais antigas formas de respostas à problemática social do envelhecimento do trabalhador e as outras situações de riscos, ainda que, inicialmente não fosse direcionada a todas as pessoas idosas brasileiras. Já no final de 1970 e início dos anos 1980 do século XX, segundo Borges (2003), as questões previdenciárias já não diziam respeito somente à classe trabalhadora, mas à sociedade em geral.

Foi a partir da década de 1980 que a velhice no Brasil passou a ter visibilidade, pelo menos do ponto de vista formal, pois é um período em que o Brasil dá um grande salto no que diz respeito ao reconhecimento do cidadão enquanto detentor de direitos, direitos estes que vão para além dos direitos civis e dos direitos políticos, de forma que, a estes foram aglutinados também os direitos sociais.

A Constituição Federal de 1988 e a instituição da Seguridade Social enquanto sistema de proteção social foi uma pedra fundamental no que tange aos avanços importantes em termos de reconhecimento de direitos de cidadania não mais em seu caráter regulado, uma conquista que não se deu em caráter desarticulado de lutas e reivindicações da sociedade, visto que, a saúde, previdência e assistência social, foram bandeiras de lutas de movimentos sociais que tiveram também a participação de idosos brasileiros.

Um dos movimentos de grande relevância foi o movimento de Reforma Sanitária, cuja bandeira de luta consistia no reordenamento do reconhecimento da questão saúde numa dimensão política ligada à consolidação da democracia, pois até então, para além da medicina previdenciária, a atenção à saúde ocorria de forma pontual e centralizada por meio de programas

de prevenção de doenças infecciosas e parasitárias como, malária, doença de chagas e tuberculose (BORGES, 2003, COUTO, 2010).

A partir das reivindicações empreendidas, pelo menos em parte, inseridas no âmbito da Constituição Federal, a saúde transcende a análise segmentada e passa a abranger toda a sociedade (BORGES, 2003).

Desta forma, a apesar de considerada como a década perdida, a década de 1980 representa um contexto de avanços no empreendimento de políticas de saúde, previdência e assistência social,

[...] fazendo com que a rede de proteção deixasse de estar vinculada apenas ao contexto estritamente social-trabalhista e assistencialista e passasse a adquirir uma conotação de direito de cidadania. O texto legal estabeleceu, como princípios básicos a universalização, a equivalência de benefícios urbanos e rurais, a seletividade na concessão, a irredutibilidade do valor das prestações previdenciárias, a fixação do benefício mínimo, a equanimidade no custeio e a diversificação da base de financiamento, a descentralização e a participação da comunidade de trabalhadores, empregados e aposentados na gestão (artigo 194 da Constituição). Assim sendo, a seguridade social passou a ser conceituada como “um contrato coletivo, integrante do próprio direito de cidadania, onde os benefícios seriam concedidos conforme a necessidade e o custeio seria feito segundo a capacidade de cada um (Camarano; Pasinato, 2004, p. 266).

Para Haddad (2003), essa expansão de seguridade social via Constituição Federal convergiu para melhor organização das políticas de saúde, previdência e assistência, as quais efetivamente concretizadas representariam ganhos para melhoria na qualidade de vida da população idosa, algo que anos anteriores à década de 1980 não fazia parte das metas estabelecidas nos serviços de atenção aos idosos.

Essa conquista em termo formal de proteção social na concepção de Paiva (2014) se deve não somente pelas recomendações estabelecidas no Plano de Viena<sup>10</sup> e a adesão de países em desenvolvimento já que o plano não foi direcionado aos países da periferia, pois como foi dito, deve-se, sobretudo aos movimentos sociais e à luta de trabalhadores que se desencadearam desde a década de 1960 em países da América Latina.

Diante desses aspectos, podemos dizer que essa conotação salientada por Paiva (2014) articulada com a de outros autores como Camarano e Pasinato (2004), converge com a assertiva de Carlos Nelson Coutinho(1999), quando este se reportava ao conceito de cidadania num sentido estritamente relacionado à ideia de participação e de conquista, pois segundo o autor, a cidadania:

---

<sup>10</sup> O Foco de atenção principal desse plano era a situação de bem estar das pessoas idosas dos países capitalistas hegemônicos, dotado de um forte apelo à promoção da independência e autonomia do (a) idoso (a), “novo ator social”, concebido como indivíduo independente financeiramente (PAIVA, 2014, p. 171).

[...] é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto histórico determinado. [...] A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (p. 42).

Isso significa dizer que a participação social dotada de consciência política, mostra-se como elemento de grande potencial no que se refere à conquista de direitos de cidadania na sociedade. O que nos leva a entender que, na medida em que a população idosa participa ativamente da sociedade e luta pela consolidação de seus direitos, ela está de alguma maneira, firmando-se enquanto ator social com poder de influenciar na organização de uma sociedade onde prevaleçam condições que garantam qualidade de vida para seus membros.

É importante salientar, que a inserção de políticas públicas que têm por objetivo responder às necessidades da população idosa, bem como de demais segmentos sociais, são oriundas a partir de lutas por parte dos trabalhadores e da população não abastada da sociedade, as quais em todos os momentos tiveram como desafio, a resistência daqueles que detêm o poder, conforme exemplifica Paulo Netto (1999), ao se reportar aos entraves à efetivação do Sistema de Proteção Social brasileiro, a Seguridade Social.

A concepção de Seguridade Social, tal como posta na Constituição de 1988, enfrentou, nos anos imediatamente posteriores à sua promulgação, a mais forte resistência da grande burguesia, de seus representantes políticos e da burocracia estatal a seu serviço – todos, de uma parte, fazendo o possível para congelar e reverter os passos dados que poderiam viabilizá-la (passos bastante ponderáveis no caso do Sistema Único de Saúde SUS); de outra, protelando ao máximo a aprovação dos diplomas legais, ou deformando-os, que permitiriam implementá-la (como foi o caso da Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS) (p. 85).

Apesar da resistência conservadora as conquistas estão postas, o Sistema único de Saúde, inclusive, se configura no âmbito da proteção, promoção e recuperação da saúde como uma das maiores conquistas inscrita na Carta Constitucional como um direito de todos e dever do Estado. No caso específico da saúde do idoso, se tem já nos anos 1999, mais precisamente no mês de dezembro, a instituição da Portaria nº 1.395, que dispõe sobre a Política Nacional de Saúde do Idoso<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Assegura em seu Artigo 3º o direito “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2003, p. 9).

No âmbito da assistência, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/93) regulamentou os princípios constitucionais referentes à assistência social, ocasionando o reconhecimento desta como política pública e rompendo legalmente com a perspectiva conservadora de assistência baseada no assistencialismo, e nas práticas de benemerência.

A CF abriu caminhos de mudanças no âmbito da assistência social, e com a implementação da LOAS, um importante ganho que os (as) idosos (as) obtiveram foi a concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC. A abrangência desse benefício alcançava pessoas com idade superior a 67 anos, sendo que anos depois, diga-se em 2004, a idade mínima requerida foi reduzida para 65 anos, e para pessoas com renda mensal inferior a ¼ do salário mínimo conforme dispõe o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003.

Vale esclarecer que o BPC não está direcionado apenas ao segmento idoso, mas também às pessoas com deficiência que não possuem meios para manutenção de sua própria subsistência conforme estabelece o artigo 20 da LOAS:

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família (BRASIL, 2003, p. 20).

Apesar dos critérios estabelecidos para recebimento do benefício, os quais também são passíveis de problematização, devemos dizer que a LOAS, assim como demais marcos regulatórios que reafirmam o que prever a Carta Constitucional em termos de direitos, representam grandes conquistas para os cidadãos brasileiros em nível de proteção social, ainda que, com suas limitações no tocante à sua plena efetividade.

Todavia, o foco maior em caráter de proteção social, obtiveram as pessoas idosas com a promulgação da Lei 8.842/94, regulamentada em 1996 pelo Decreto n. 1.948. Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional do Idoso – PNI, a qual representa um salto fundamental no que diz respeito a uma política pública específica de amparo a este segmento, pelo menos do ponto vista formal conforme princípios elencados no Artigo 3º da PNI.

I - a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem estar e o direito à vida;  
 II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;  
 III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;  
 IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas por meio desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei (BRASIL, 1994, p. 6)

Essa legislação evidencia que o envelhecimento é algo que diz respeito a sociedade em geral, assim, chama a atenção da família, da sociedade e do Estado para resguardarem às pessoas idosas todos os direitos inerentes a cidadania.

Para Goldman (2009), assim como a Constituição Federal, a Política Nacional do Idoso, por sua vez, é uma prova incontestável da transformação dos direitos sociais em direitos positivos. Mas, pontua também, que no Brasil existem muitas contradições no tocante aos direitos, porque há sempre uma lacuna entre o que está proposto na lei e a realidade vivenciada, e com a população idosa não é diferente.

Na visão da autora:

[...] As diretrizes da Lei se configuram como cartas de intenção, muito distantes da realidade vivida pelos idosos brasileiros. Indicam ser o processo de envelhecimento de responsabilidade da sociedade em geral, afirmam que o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer espécie, sendo, portanto, sujeito de sua própria história, agente e destinatário das transformações. Há, portanto, um hiato entre o que preceitua a Lei e as condições objetivas e subjetivas do segmento idoso (IDEM, p.167).

Nesse viés, Teixeira (2008) menciona que nos preceitos da Política Nacional do Idoso existem aspectos contraditórios, uma das contradições é a configuração de um novo desenho de se fazer política social no Brasil, pois ao legalizar formalmente e incentivar instituições privadas na execução da própria política sob a retórica da participação da sociedade civil, abre margem para setorização e a focalização das chamadas políticas sociais.

Assim, as políticas públicas por si só, ainda que formalmente tragam avanços significativos relacionados à saúde, trabalho e educação dentre outros, não dão conta das inquietações pelas quais muitas pessoas idosas brasileiras passam no seu cotidiano.

Por isso a necessidade da participação política da sociedade, pois tais avanços somente serão concretizados quando penetrarem efetivamente a agenda do Estado e se materializarem no cotidiano da população idosa, o que para Goldman (2009) ainda pode estar longe de acontecer num país com políticas públicas restritas e orçamentos reduzidos.

No quadro atual, a resistência conservadora elencada por Paulo Netto (1999) aos direitos conquistados ainda persiste. E Borges (2003) explicita que as conquistas no âmbito da saúde, previdência e assistência social passam por um processo de desmonte e sucateamento mediante a afirmação do receituário neoliberal num processo de contrarreforma do Estado, o qual promove grandes contenções de gastos com o social em favor do capital privado.

Além do mais, não podemos esquecer que na história do Brasil independente dos períodos de desenvolvimento, que sempre estiveram sob as condições emblemáticas da lógica capitalista, conforme reiterado no início dessa discussão, as contradições sociais sempre estiveram presentes. Assim, a população brasileira é condenada a viver com as adversidades promovidas por esse sistema que constantemente a afeta de todas as formas. E quando se trata de população idosa, devemos lembrar também que:

[...] Nos países onde se instaurou o Estado de Bem Estar Social, os idosos contaram, como os demais setores mais frágeis da sociedade, com programas e serviços que lhes garantem um final de vida amparado, pelo menos do ponto de vista material. Nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, as políticas sociais destinadas aos idosos ainda estão longe de serem executadas plenamente [...] (GOLDMAN, 2009, p. 161).

Mesmo com essa ideia temperada de pessimismo concernente aos países em desenvolvimento, não há como negarmos a importância das políticas públicas para a possibilidade de garantir à população, inclusive à população idosa, o direito à consolidação de cidadania, pois é através dessas políticas que, o que está expresso nas legislações de amparo à sociedade poderá ser concretizado, sendo esta, segundo Pereira (2010) sua função principal.

Em âmbito brasileiro, espaço em que as mazelas sociais integram o cotidiano das pessoas, é possível afirmarmos que as políticas públicas não se encontram imunes à crítica, mesmo porque não se pode negar a existência de inúmeras contradições em termos de proteção social no Brasil, um país enredado na lógica perversa de um modo de produção eminentemente nefasto.

Diante disso, concordamos com Haddad (1986) e Teixeira (2008) ao elucidarem que a problemática da velhice nesse modo de produção, não pode ser estudada como uma questão a parte, é necessário questionarmos as estruturas geradoras da degradação social e da desvalorização, cujas implicações irão refletir na vida na velhice.

Pressupõe situarmos as condições objetivas da vida dos indivíduos durante toda sua trajetória de vida e as relações de trabalho estabelecidas por estes e assim, evitar entendimentos e interpretações não condizentes com essa condição da pessoa humana no meio social e nas próprias políticas.

### **3.1.1 Política de Assistência Social de amparo à velhice**

No item precedente vimos que constitucionalmente reconhecida como sistema de proteção social, a seguridade social no Brasil representa um dos ganhos mais significativos oriundos das lutas e mobilizações da sociedade civil por conquistas e garantias de direitos.

Ao lado da saúde e da previdência, a assistência social é instituída como Política de Proteção Social pública e ganha uma nova configuração, e ao ser dimensionada para a perspectiva de direito público, paulatinamente ela vai se distanciando da redoma conservadora de práticas assistencialistas e/ou de caridade as quais, historicamente e de maneira bastante enraizada, fizeram parte da realidade brasileira durante muito tempo.

Ao adquirir o caráter de política pública, a assistência social ultrapassa fronteiras ao direcionar os serviços socioassistenciais ‘para quem dela necessitar’, nivelando a garantia de proteção também para os indivíduos não integrados ao mercado de trabalho. Possui, ainda, enquanto política de caráter não contributivo, alguns instrumentos políticos normativos tais como, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)<sup>12</sup> e o Sistema único de Assistência Social (SUAS)<sup>13</sup> (SPOSAT et. al; PEREIRA, 2010; COUTO, 2010).

Antes da Carta Constitucional e da LOAS, a “proteção” dada pelo Estado brasileiro não era reconhecida como direito de cidadão e dever do Estado. Faleiros (2006) e Sposat et.al (2010) sinalizam que as políticas sociais de ação do Estado, antes dos marcos regulatórios citados, tinham como prioridade o ideário de colaboração e harmonia entre as classes. Além do mais, as políticas sociais eram desenvolvidas de maneira que os seus usuários as percebessem e internalizassem como bondade do sistema e como fracasso individual.

Ao reiterar o exposto, Sposat et. al (2010, p 41) proferem que:

[...] Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos [...] Os modelos de atendimento assistencial decorrentes da percepção da pobreza como disfunção pessoal encaminhava-se, em geral, para o alisamento ou internação dos indivíduos portadores dessa condição[...]

Os problemas sociais, que neste estudo entendemos como expressões da questão social, não eram tratados e reconhecidos como sendo oriundos das contradições inerentes à própria dinâmica estrutural do capitalismo. E como afirma a autora, eram tidos como “disfunção social dos indivíduos” onde a cada um cabia a responsabilidade por sua condição social, não sendo reconhecidos, portanto, como questão de Estado.

<sup>12</sup> A Política Nacional de Assistência Social expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social (PNA/2004).

<sup>13</sup> Criado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome, regulamenta o modelo de gestão para a operacionalização das ações de assistência social no Brasil.

Sem a direta intervenção do Estado, sobre as expressões da questão social e sobre seu reconhecimento, as primeiras iniciativas de assistência aos indivíduos no Brasil são oriundas da caridade cristã, especificamente das ações de benemerência da igreja católica (SCHERER, 1989; SILVA, 2012;).

Para Scherer (1989), o período monárquico representa a pré-história das políticas sociais brasileiras, época em que não havia a ação pública de atenção aos pobres. O cuidado com o pobre advinha da fusão entre o espírito filantrópico e benemerência governamental, ou seja, “o atendimento estava circunscrito aos cuidados e atenções de almas piedosas e de iniciativas de leigos, de irmandades e congregações, como ainda das santas casas de misericórdias, datadas do ano de 1953” (p.72).

Se levarmos em conta o tratamento dispensado à questão social, quando a assistência social não era ainda reconhecida como direito, não há como sermos indiferentes quanto às possibilidades de mudanças trazidas com o reconhecimento dessa política pública, pois esta, de forma universal, permitiu e permite aos brasileiros, dentre os quais, incluem-se pessoas idosas destituídas de meios de sobrevivência, maiores chances de acesso a direitos de cidadania e, portanto, a qualidade de vida.

O artigo 1º do capítulo 1 da LOAS assinala:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 6).

É notório que a LOAS propõe um olhar mais abarcante sobre as condições de vida dos indivíduos carentes de proteção social. E ao chamar a responsabilidade do Estado para o enfrentamento da questão social retira do indivíduo a responsabilidade que lhe pesava, pois de acordo com Silva (2012, p. 229) “em tempos remotos os indivíduos tinham a responsabilidade de cuidar de sua própria proteção”. Agora cabe Estado o dever para com sua segurança social.

Atualmente a assistência social tem por alcance a proteção do indivíduo como um todo, não somente os que estão inseridos nas relações de trabalho formal. Inclusive, pontua que em vez de excluir deve promover a integração ao mercado de trabalho, como se pode notar no inciso III dos objetivos da LOAS.

Além disso, a proteção segundo o que preconiza a LOAS deve ser viabilizada ao indivíduo desde o nascimento até a morte, conforme destaca o inciso I do artigo 2º que dispõe sobre os objetivos dessa lei.

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993, p. 6).

No artigo supracitado é possível notarmos, no tocante a velhice, a cobertura dada de diferentes formas, sendo reconhecida e pautada como um problema social não somente de responsabilidade exclusiva do indivíduo.

Outrossim, em se tratando da garantia de um salário mínimo no inciso V, podemos dizer que o BPC, representa para idoso (as) destituído (as) de meios de subsistência, oportunidade concreta de assistência social, pois a pessoa que tem acesso a esse benefício tem maior possibilidade de aquisição bens e serviços dos quais necessitam.

Dadas as peculiaridades da velhice, a promulgação e regulamentação da Política Nacional do Idoso – PNI em 1994, foi um passo importantíssimo dado no que tange a uma política de atenção pública específica às necessidades da população de mais idade.

E a assistência social para este segmento, segundo rege o Estatuto do Idoso, deve “ser prestada de forma articulada conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes” (Art. 33).

Para Yazbek (2009, p.67):

Historicamente, a assistência social pública é o mais importante mecanismo pelos quais são estendidos aos segmentos mais pauperizados de uma classe, serviços e recursos como creches, programas de profissionalização, programas de geração de renda, de moradia, de atendimento a direitos da criança, do adolescente, da maternidade, do idoso, do portador de deficiência, do homem de rua e muitos outros.

Nesse sentido, a assistência social em sua abrangência como política pública, ensejou mais oportunidade no que tange à segurança social para a classe não abastada da sociedade brasileira em situação de vulnerabilidade social, a qual encontrava dificuldade em manter-se protegida socialmente. Agora regida não mais pelo princípio da contribuição, qualquer cidadão dentre os quais as pessoas idosas têm direito aos benefícios e serviços ancorados nesta política quando necessário.

Vale salientar que, a PNI e a LOAS foram criadas na década de 1990, contexto bastante controverso da história do país, dado ao momento onde a perspectiva ideológica neoliberal encontra solo fértil, avança e se reproduz intensamente. Uma intensificação mediada por recomendações imprimidas pelos organismos internacionais em acordo firmado através do Consenso de Washington para países da América Latina, dentre os quais o Brasil que, por sua vez, se abre para a livre circulação do mercado internacional (COUTO, 2010; PEREIRA, 2011; SPOSAT, 2008).

De acordo com as autoras supracitadas, o impacto do neoliberalismo se grassou mais ainda nos governos do Presidente Fernando Enrique Cardoso – FHC alcançando maior legitimidade, pois sua perspectiva ideológica era inserir o Brasil na esfera do mundo moderno, porém, consubstanciada às duras perdas para os direitos constitucionais, para a classe trabalhadora, e para as chamadas políticas sociais.

Para Silva (2014):

[...] Tal modernização previa propostas que responderiam às exigências trazidas pela globalização e pregava a privatização, a desregulamentação, o pluralismo ou solidariedade, a parceria entre Estado e sociedade, a flexibilização das relações de trabalho, a macroeconomia monetarista e uma legislação antissindicalista (p. 62).

Em consonância com essa compreensão, Pereira (2011) é crítica em afirmar que o mais prevaemente no governo FHC foi a condução de uma política monetária em favor dos anseios do grande capital<sup>14</sup>, e em detrimento das políticas econômicas e sociais, a mais pesar para esta última. Na verdade, foi a condução de uma política que pôs em jogo o papel desempenhado pelo Estado e que ainda continua em processo de reformulação.

Segundo a autora:

Esse foi o período da história da proteção social brasileira que mais enfaticamente incorporou as determinações externas de mudanças econômicas e políticas [...] Ancorada na tese de que este novo cenário não comportava mais a presença do Estado, a ideologia neoliberal em ascensão, passou, cada vez mais a avalizar políticas de ingerência privada (p. 159).

Assim, diante das medidas implementadas por FHC, as políticas sociais contraem características compensatórias e assistencialistas, dificultando a constituição de um sistema de proteção social universal e democrático. Vale destacar que o desmantelamento dos direitos

---

<sup>14</sup> Tal subordinação dos governos nacionais a orientações externas de programas de austeridade econômica resultou em altíssimos custos sociais (baixo nível de vida, desemprego, aumento da criminalidade, etc.) e no custo político da perda de capacidade de decisão nacional (SPOSAT et al., 2010, p. 19).

previstos na Carta Constitucional e na LOAS começou logo em seu primeiro mandato, um exemplo disso foi a instituição do programa comunidade solidária através da medida provisória nº 813/95.

Para Silva (2014), essa medida representou retrocesso quanto aos direitos sociais já conquistados, principalmente, indo de encontro com a essência política da assistência social, pois além de se consubstanciar em ações pontuais e focalizadas no âmbito da extrema pobreza, ainda restringiu o papel do Estado na operacionalização desse programa em favorecimento da iniciativa privada. Dessa forma, muitos serviços sociais que deveriam ser públicos, acabaram por beneficiar os interesses de cunho privado.

É possível dizer que apesar de toda acentuação de interesses políticos ocorridos no Brasil ao longo dos anos 1990, a PNI consegue se estabelecer legalmente tornando-se maior referência em termos de política para fins específicos de atenção ao público idoso nessa conjuntura. Neste marco regulatório de atenção a esse público, o Artigo Primeiro pontua: A Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Para Camarano e Pasinato (2004), esse dispositivo legal tem como princípio fundamental o reconhecimento de direitos personalíssimos, pois reconhece em caráter legítimo que a pessoa idosa é sujeito que requer atendimento específico e diferenciado em cada uma de suas necessidades.

A PNI carrega traços importantes de uma legislação empenhada em viabilizar e assegurar os direitos essenciais à condução de uma velhice com qualidade. Inclusive um dos pontos apontados pela política está na promoção de atenção às necessidades desse segmento, tendo como base de competência as ações governamentais como postula o capítulo IV dessa política.

O inciso I do Artigo 10 do capítulo supracitado expõe as seguintes competências dos órgãos e das entidades públicas no âmbito da promoção e da assistência social:

- a) Prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais.
- b) Estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;
- c) Promover simpósios, seminários e encontros específicos;
- d) Planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;
- e) Promover a capacitação e recursos para atendimento ao idoso.

Tais competências concorrem para a promoção de formas estratégicas de atenção específica à idosos (as) brasileiros (as). Os órgãos e as entidades públicas têm por obrigação prestar serviços que atendam as necessidades desse segmento levando em conta suas especificidades. Mas, a abrangência de tais necessidades não está limitada a prestação de serviços, é necessário, sobretudo, que os serviços sejam planejados e operacionalizados levando em conta as contradições inerentes na sociedade que refletem na vida e na condição social do (a) idoso (a). Para tanto, a importância dos estudos e pesquisas a respeito desse público alvo pelos órgãos públicos.

A PNI sinaliza, deste modo, que os órgãos públicos devam ser capazes de responder com maestria a efetivação de direitos de cidadania à pessoa idosa, o que é de extrema importância num país onde essa população cresce intensamente, demandando do poder público e da sociedade como um todo, oportunidades para a vivência de uma velhice com qualidade. Afinal, a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, conforme sinaliza a Lei 10.741/2003 que dispõe acerca do Estatuto do Idoso. E é justamente assegurar que se cumpram tais direitos, a principal função desse dispositivo.

Ao tratar sobre as implicações da proteção social no Brasil, Teixeira (2008) tece inúmeras críticas a respeito da PNI e do Estatuto do Idoso. Para esta autora, tais políticas apresentam avanços e retrocessos, pois ao mesmo tempo em que apontam mecanismos de proteção à idosos (as) também apresentam ambiguidades que limitam o alcance efetivo dessa proteção.

Dentre as críticas fomentadas estão as formas articuladas de operacionalização das ações, as quais mediante a participação do setor privado imprimem a precarização dos serviços sócioassistenciais aos seus beneficiários, causando prejuízo à proteção integral. Outro ponto diz respeito aos critérios estabelecidos para recebimento dos benefícios, em especial, o BPC.

Se fizermos uma análise mais detalhada sobre essas legislações, vamos perceber que apesar de elucidarem uma amplitude maior em relação a velhice, elas realmente possuem muitas imprecisões, principalmente, no que concerne ao modus operandi das mesmas. Para a autora citada, são ambiguidades provenientes do modo dominante de se compreender e fazer política social, uma tradição em total consonância com as propostas de redução do Estado.

Como aparato social para população idosa no que tange ao município de Parintins, no Estado do Amazonas, a maior referência de atenção é o Programa de Atenção Integral ao Idoso, um programa inscrito no âmbito da assistência social no serviço da proteção social básica como propõe a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução 109 de 11 de novembro de 2009.

A origem do referido Programa, segundo Sousa (2012), remonta também a década de 1990, mais especificamente em 1994 na gestão do prefeito Enéas Gonçalves. Entretanto, esse programa só ganha notoriedade cerca de 10 anos depois, já na gestão do ex-prefeito Frank Luíz da Cunha Garcia<sup>15</sup>.

Souza (2012) constatou em seu estudo, que essa notoriedade do Programa após 10 anos de sua criação tem como principais fatores de seu reconhecimento, a gestão executiva do então ex-prefeito Bi Garcia. E a condução dos trabalhos junto aos idosos em Parintins foi realizada pela Sra. Michele Valadares Garcia, primeira dama do município nesse período, o que faz com que o programa seja internalizado como fruto de um Estado paternalista.

Mas o fato de alcançar notoriedade na gestão do prefeito citado e, ser conduzido pela primeira dama do município, não significa que o Programa do idoso em Parintins tenha sido redimensionado mediante vontade pessoal do ex-prefeito ou de sua esposa, pois de acordo com Sousa (2012, p. 95), “o programa tem sua garantia legal baseada nos marcos normativos (Estatuto do Idoso, 2003), o qual indica a implantação de serviços por entidades de atendimento governamentais e não governamentais”.

Além do Estatuto do Idoso, em 2005 o programa de atenção ao idoso em Parintins passa a ter como fundamento também a Política Municipal do Idoso (PMI/PIN), criada pela Lei Municipal 0340/2005.

Vale ressaltar que a criação e/ou a implantação e implementação desse mecanismo legal de atenção municipal à pessoas idosa, conforme aponta a pesquisa de Sousa (2012, p 131), “teve a participação ativa dos movimentos sociais, dos idosos e o protagonismo da condução dos trabalhos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania”.<sup>16</sup>

A Política Municipal do Idoso de Parintins reitera em muitos aspectos, o que preconiza a Política Nacional do Idoso quanto as competências dos órgãos e entidades públicas no âmbito da promoção e da assistência social. Um dos pontos evidenciados no município diz respeito à oferta dos CCIs em Parintins, o que converge com o estímulo e a criação de incentivos e alternativas de atendimento à idosos (as) como requerem os dois marcos legais.

Parintins dispõe, atualmente, de dois Centros de Convivência do Idoso, o Centro de Convivência do Idoso “Nelito Carvalho” situado na comunidade de Vila Amazônia, zona rural da cidade, e o Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” localizado área urbana do

---

<sup>15</sup> A gestão de Frank Luíz da Cunha Garcia ocorreu no período de 2005 a 2012.

<sup>16</sup> Essa secretaria possui atualmente o nome de Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH).

município sobre o qual discorreremos no próximo item quando iremos tratar da relação que pessoas idosas em Parintins estabelecem com o mesmo.

Todavia, é imperativo assinalarmos que a partir dos princípios que rezam a Política Municipal do Idoso de Parintins, é perceptível a apreensão e propositura, de forma amistosa, de um olhar muito importante sobre a velhice, uma vez que a contempla em seu aspecto multidimensional como podemos observar em seu Artigo 2º.

I – O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana; II – A velhice é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social; III – A pessoa idosa é possuidora de conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento cultural, social, econômico e político da sociedade; IV – A idade por si só, não pode ser considerada empecilho para a realização de qualquer ato próprio da pessoa humana; V – A família, a sociedade o município tem o dever de assegurar à pessoa idosa todos os direitos de cidadania garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem estar e direito à vida; VI – O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e de informação; VII – A pessoa idosa deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas pela Política Municipal do Idoso, de que trata a política; VIII – O ser humano segue a trajetória de constante desenvolvimento e nunca perde a sua perene capacidade de aprendizagem; IX – As diferenças econômicas, sociais e, particularmente as contradições entre os meios rural e urbano, deverão ser observadas pelo poder público e pela sociedade em geral, na aplicação desta Política Municipal.

Observamos que a velhice no recinto da Política de atenção municipal à idosos (as) de Parintins converge com o que pressupõe alguns teóricos como, Beauvoir (1990), Haddad (1987), Debert (2012), Goldman (2009) entre outros, que destacam que para além de aspectos cronológicos e biológicos, a velhice também possui aspectos sociais, culturais e psicológicos.

Especialmente no inciso IX nota-se um ponto bastante importante também expresso na PNI o qual deve ser considerado pelo poder público e por toda a sociedade no que concerne a implementação da PMI/PIM, a localidade e as peculiaridades inerente aos modos de vida das pessoas idosas.

Ademais, podemos observar também, a velhice evidenciada como um direito de todo ser humano, cabendo a sociedade, ao Estado e a família a garantia de proteção a esse direito, de forma que essa condição da pessoa humana possa ser vivida com dignidade e respeito no dia a dia.

Para tanto não basta somente que esses direitos estejam inseridos nas leis, pois conforme a PNAS, as políticas públicas de assistência social devem levar em conta três vertentes, a saber: as pessoas, as suas circunstâncias e a família, ou seja, a proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem.

### **3.2 O Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”: instrumento de promoção social e afetiva ao idoso**

Antes de evidenciarmos a relação que pessoas idosas em Parintins mantêm com o Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”, atentamo-nos a princípio, para importância de situarmos um breve enfoque sobre os centros de convivência, pois são instituições, como vamos perceber através da percepção dos próprios usuários do CCI em questão, que possuem um papel significativo na vida delas, no sentido de colaborar com a promoção de bem estar e de um envelhecimento saudável.

Como marco temporal da criação dos Centros de Convivência no Brasil, os quais ainda não possuíam essa nomenclatura, temos a década de 1960, detentora de uma conjuntura bastante conturbada, a qual segundo Pereira (2011), foi marcada inicialmente por forte estagnação da economia e pelas mobilizações das massas em torno de reformas socioeconômicas.

Foi uma conjuntura com padrão totalmente autoritário, firmado especificamente a partir de 1964, quando se tem instituição do golpe militar, uma intervenção que imprimiu amplas reformas que desembocaram precipuamente na reestruturação do aparelho Estatal, conforme podemos observar a partir da assertiva de Tavares e Assis (1986) elencada por Pereira (2011, p.135):

Das principais características verificada no período, ressalta em primeiro lugar a que expressa uma nítida modificação no conteúdo do Estado, o qual deixa de ser uma organização eminentemente populista para tornar-se tecnocrática e centralizada, fundada em um restrito pacto de dominação entre elites civis e militares, sob os aplausos das classes médias assustadas com o turbulento período anterior.

Para a autora, esse novo modelo econômico empregado mediante fortes reformas institucionais, além de suprimir a participação popular e favorecer a elite brasileira, configurou, ainda, o aspecto burocrático no modo de fazer política social no país, pois,

[...] a política social deixou de configurar um simples complemento ou extensão da economia e se firmou como um meio importante de acumulação de riquezas. Os programas sociais que passaram a ser desenvolvidos desde então tinham como objetivo prioritário atender aos interesses específicos da economia de empresa, embora integrassem a ação estatal. Ou seja, embora públicos na sua gestão, tais programas tiveram a sua execução privatizada (p. 137).

Dos programas enunciados pela autora, podemos enquadrar os que foram desenvolvidos pelo SESC, dentre os quais, os Centros de Convivência (chamados na época de centro social), que como se pode observar, são instituições não exclusivas da sociedade atual e nem possuíam a nomenclatura tal qual hoje é apresentada.

Conforme Teixeira (2008), os CCIs resultaram da unificação dos chamados grupos de convivência coordenados pelo SESC, cuja transformação tinha por objetivo precípua empreender uma nova sociabilidade às pessoas idosas através das práticas de lazer e recreação como mecanismo de valorização social.

Nesse período ainda não havia no Brasil uma preocupação social com as pessoas idosas de modo geral, mesmo porque o crescimento da população idosa não se mostrava, até esse momento, em grande proporção como pondera Bulla et. al (2007, p. 176), ao sublinharem que “até o início da década de 1960, a terceira idade não constava na agenda social, pois havia um número relativamente reduzido de pessoas com mais de 60 anos (apenas 5% da população total)”.

O fato de não haver, ainda, um número maior de pessoas idosas e a preocupação por parte da sociedade e do Estado para com a velhice, não significa que elas não existissem ou que não necessitassem de atenção. Existiam sim, mas conforme sinaliza a autora citada, à essas pessoas idosas desenvolviam apenas práticas de cunho assistencialista, as quais objetivavam:

[...] suprir algumas carências básicas como forma de minorar o sofrimento decorrente da miséria e da doença [essa ações estavam] ligadas principalmente a instituições asilares, estatais ou religiosas, apenas com a finalidade de garantir a sobrevivência física do idoso (p. 176).

Para além das instituições asilares (hoje instituições de longa permanência), podemos citar as chamadas Santas Casas de Misericórdia, as quais segundo Fernandes (2009); Camarano e Pasinato (2004), já vinham se expandindo em todo país desde o período colonial.

Porém, no que diz respeito ao trabalho efetivo junto ao grupo de pessoas idosas, os primeiros achados no estudo de Canõas (1985), apontam que o SESC em São Paulo foi a instituição pioneira em desenvolver esse tipo de trabalho, como bem afirma a autora a partir de sua própria experiência profissional nessa instituição:

[...] foi pedido à equipe, da qual eu fazia parte como orientadora social, em um centro social do SESC, um projeto de trabalho com pessoas idosas, pois aumentava dia-a-dia o número de aposentados e ninguém se preocupava com eles até então. Todos nós tínhamos experiência de trabalho social com crianças, adolescentes e adultos, mas quanto a idosos não havíamos pensado no assunto ainda (p. 63).

Os serviços desempenhados pelo SESC, como podemos observar na fala da autora, beneficiavam prioritariamente as pessoas idosas aposentadas, as quais eram assistidas mediante atividades programadas especificamente voltadas para a prática de lazer.

Lembra Canôas (1985), que para o início das primeiras ações, a equipe do SESC do qual ela fazia parte, ia pessoalmente até as filas de recebimento de aposentadoria do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC) lançar o convite para que as pessoas idosas pudessem participar.

Podemos compreender que os serviços junto aos grupos de pessoas idosas e posteriormente aos centros de convivência, mesmo tendo caráter diferenciado dos serviços ofertados nas instituições asilares, não compreendiam a velhice destituída de qualquer meio de sobrevivência.

Além do mais, Haddad (1986) e Teixeira (2008)) acentuam que os objetivos do Centros de Convivência convergiam para uma espécie de tutela dos (as) aposentados (as), e essa tutela, por sua vez, delineava uma perspectiva ideológica da velhice empregada pela classe dominante ampliando a marginalização dessas pessoas após a aposentadoria.

Camarano e Pasinato (2004, p. 280) destacam que atualmente “as novas formas de organização de serviços de atenção aos idosos, levam em conta as necessidades dos idosos, sejam elas funcionais, financeiras e/ou sociais”.

As autoras pontuam que essas novas formas de organização podem ser distribuídas em três modalidades e variam conforme o local em que são operacionalizadas. São elas: o ambiente domiciliar, o ambiente comunitário e, o ambiente integral institucional.

Os Centros de Convivência estão inseridos na modalidade de ambiente comunitário, e “visam o fortalecimento das atividades associativas, produtivas e de promoção de sociabilidade” (CAMARANO E PASINATO, 2004, p 281).

Consta na PNI como uma das diretrizes, a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa, que proporcionem sua integração às demais gerações. E os Centros de Convivência se configuram como uma dessas alternativas atualmente, opções estas que se encontram presentes no município de Parintins.

Segundo Sousa (2012), os CCIs em Parintins surgiram da necessidade de espaço físico que proporcionassem mais segurança às pessoas idosas durante a realização das atividades, pois estas aconteciam em logradouros e praças públicas pondo em risco a própria segurança das pessoas participantes.

Alguns núcleos ainda realizam atividades em praças públicas da cidade, até mesmo porque, no Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” funciona apenas um dos núcleos do programa, o qual desenvolve atividade com as pessoas idosas em três dias da semana (terça-feira, quinta-feira e sexta-feira). Os dias de atividades são organizadas da seguinte forma: nas

terças-feiras realiza-se atividades físicas, nas quintas-feiras promove-se uma caminhada em algumas ruas próximas ao CCI, e nas sextas-feiras acontece o baile dançante.

No que se refere às relações estabelecidas pelas pessoas idosas com o CCI mencionado, a pesquisa realizada aponta que essa instituição possui grande significado na vida dessas pessoas. Mas, o entendimento dessa importância pressupõe-nos, sobretudo, buscarmos como se deu essa relação e, assim compreendermos como e, a partir de quê, ela foi estabelecida.

No que tange ao tempo de participação das pessoas idosas no CCI, as informações, contidas na Tabela 09, mostram que um índice significativo delas (72%) possuem um período de participação de sete anos ou mais no CCI.

Tabela 09 – Tempo de participação dos (as) idosos (as) no Centro de convivência

<b>Tempo</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
1 mês	0	0
2 a 4 meses	1	5,5
5 a 7 meses	0	0
1 ano	0	0
2 a 3 anos	2	11
4 a 6 anos	2	11
7 anos ou mais	13	72
Total	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Dentro desse aspecto, algumas pessoas relataram durante a realização da pesquisa de campo, já terem participado de ações para idosos em Parintins antes mesmo da existência dessa instituição, quando as atividades eram realizadas, ainda, nas ruas do bairro onde o CCI está localizado.

Em relação ao fato de como as pessoas idosas passaram a frequentar o CCI, a Tabela 10 aponta que, 56% delas buscaram participar das atividades ofertadas no CCI por iniciativa própria, 22% por iniciativa de amigos, 11% a convite do próprio CCI e 5,5% respectivamente por incentivo da família e de vizinhos.

Tabela 10 – Iniciativa em participar do Centro de Convivência

<b>-</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Iniciativa própria	10	56
Incentivo de amigos	4	22
Convite do Centro de Convivência	2	11
Incentivo de vizinhos	1	5,5
Incentivo da família	1	5,5
Total	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Podemos ver que, do ponto de vista da iniciativa das pessoas idosas, os dados mostram-se bastante positivos, pois revelam que elas estão buscando alternativas de participação e integração social. Por outro lado, é possível inferirmos – mesmo não sendo nossa pretensão neste trabalho – que o CCI deixa a desejar quanto a realização de uma busca relativa das pessoas idosas, para que possam fazer uso das atividades que ali são desempenhadas, pois verifica-se que apenas 11% dos pesquisados participam por que foram convidados pela instituição.

A busca ativa é um serviço fundamental que deve ser realizado com eficácia pelo CCI, uma vez que as informações contidas na Tabela também mostram que existe pouco incentivo das famílias em fazer com que os (as) idosos (as) frequentem as atividades da instituição.

Nesse caso, essa busca levaria mais informações a estes segmentos e a família destes, pois pode ser que a falta de conhecimento do CCI e de sua importância por parte das suas famílias, seja um dos fatores que as estejam impedindo de incentivarem as pessoas idosas à essa participação.

É preciso destacar, entretanto, por mais que apenas uma das pessoas idosas tenha tido a iniciativa de frequentar o CCI a partir do incentivo da família, isso não quer dizer que as demais, exceto as que moram sozinhas, não estejam recebendo apoio da família para estarem a frequentar a instituição. Quando questionados se recebem esse apoio, todas as pessoas idosas que não moram sozinhas são unânimes em dizer positivamente, que a família apoia.

Entretanto, é preciso que a família incentive as pessoas idosas a essa participação, pois como a própria PNI destaca, também é dever da família assegurar a elas, todos os direitos de cidadania, e a participação na comunidade constitui-se como um desses direitos.

Essa participação acontece também por meio do CCI, o qual na percepção das pessoas idosas que já o frequentam, mostra-se fundamental, conforme elucidam as informações apontadas na Tabela a seguir.

Tabela 11 – Benefícios do Centro de Convivência à vida dos (as) idosos (as)

<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Benefícios</b>
8	4	Saúde
3	-	Saída da rotina
1	1	Diversão
-	1	Lazer
12	6	Total

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Podemos ver que, tanto os homens como as mulheres em sua maioria, evidenciam em suas respostas, que um dos maiores benefícios proporcionado pelas atividades do CCI está relacionada com a melhoria nas condições de saúde, razão pela qual reconhecem, em grande parte, a importância de serem frequentadores desta instituição, entre outros motivos.

Lembramos que a velhice não se configura como uma espécie de doença. E tratá-la sob esse aspecto é uma maneira inteiramente equivocada dada às suas múltiplas dimensões que não são levadas em conta quando vista por esse ângulo. Mas, não podemos desconsiderar a reflexão de Moragas (1997, p 50) ao proferir que “a probabilidade de adoecer durante a velhice e de que a doença deixe sequelas no organismo é muito maior do que em outras etapas da vida”.

Para além de contribuir com as condições de saúde, as pessoas idosas também manifestam que o CCI configura-se como uma alternativa fundamental de lazer que as oportuniza a saída de uma vida rotineira e lhes proporciona um espaço de diversão.

É por meio deste Centro também que as pessoas tem a possibilidade de maior socialização, pois no espaço da instituição existe a possibilidade de convivência e de interação com outras pessoas, conforme alguns evidenciaram.

Estes benefícios elencados, também nos levam a assertiva de Moragas (1997) quando destaca que a ocupação do tempo livre é também um fator essencial para a prevenção de doenças, pois, “com o aumento do número de idosos surgem causas não materiais para doenças, inclusive, para doenças do tipo crônica. Dentre essas causas estão: a solidão, a falta de um papel social ativo, ausência de obrigações, excesso de tempo ocioso [...]” (p. 51).

Contribuir para que as pessoas idosas tenham uma vida mais ativa é um ponto positivo do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”. Algo fundamental não apenas para a prevenção de doenças, até porque a saúde propriamente dita não significa ausência de doença, mas, por que se mostra como um espaço prazeroso onde as pessoas idosas se sentem mais felizes e valorizadas.

Esse aspecto de valorização é perceptível na retórica de uma das idosas que, ao responder ao nosso questionamento sobre os benefícios do Centro de Convivência em sua vida, proferi a seguinte assertiva “Muita alegria por nós ter onde se divertir. O idoso teve sua vez aqui” (Idosa 09).

A Tabela 12 apresenta algumas atividades que os pesquisados realizavam antes de frequentarem o CCI, o que revela um pouco da vida cotidiana dessas pessoas antes da entrada na instituição, nos levando a pensar as razões da importância que os (as) idosos (as) atribuem ao CCI em suas vidas.

Tabela 12 – Atividades das pessoas idosas antes de frequentarem o Centro de Convivência

<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Atividades</b>
9	2	Ficavam em casa se ocupando com serviços domésticos; frequentavam a igreja
3	4	Trabalhava
12	6	Total

Fonte: Pesquisa de campo/2016

As informações elucidadas na referida Tabela mostram que as atividades da maioria das mulheres estavam basicamente voltadas para a questão doméstica, enquanto em maior quantidade para os homens, o trabalho foi apontado como principal atividade.

Essas informações nos permitem inferir que, ao participarem do CCI, essas pessoas tentam de alguma maneira encontrar uma forma de serem valorizadas e de saírem da rotina do dia a dia. E buscam, assim, preencher o “tempo livre” que na velhice se torna maior, principalmente, para idosos (as) aposentados (as) e para os que por alguma razão não mais se encontram inseridos no mercado de trabalho.

Do ponto de vista cultural, a aposentadoria e a saída do mercado de trabalho afetam as pessoas idosas que, por estarem fora do mundo do trabalho e das condições de reprodução social podem sentir-se desvalorizadas e inúteis, pois para muitos o não trabalho é um fato que representa, de certo modo, a marginalização e a perda de identidade, que segundo Teixeira (2008), é algo fundamentado no aparato ideológico da classe dominante.

Para Debert (2012) esse ponto de vista apresenta uma espécie de inversão dos signos do envelhecimento, os quais passam a assumir novas designações. Do mesmo modo, a aposentadoria que poderia se configurar como momento de descanso e recolhimento se redefine como um período de atividade de lazer.

Nas colocações da autora:

[...] Não se trata mais apenas de resolver problemas econômicos dos idosos, mas também proporciona-lhes cuidados culturais e psicológicos de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada. É nesse contexto que surgem os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade como forma de criação de uma sociabilidade mais gratificante entre os mais velhos (p. 61-62).

Para Teixeira (2008), os programas para terceira idade, apesar de se configurarem como estratégias de socialização entre as pessoas idosas estimulando a prática de uma velhice ativa e de experiências inovadoras, fecham espaço para a problematização das situações de pobreza, abandono e dependência.

Quanto ao Centro de Convivência do idoso em Parintins, o que se percebe é uma relação de dependência dos (as) idosos (as) no aspecto afetivo, de convivência e de valorização social, pois essa instituição é internalizada pelas pessoas idosas como uma porta de entrada para essa valorização.

É inegável que no CCI, em Parintins, idosos (as) encontram espaço para sociabilidade mediante o lazer e o convívio com outras pessoas, já que não mais possuem o trabalho como instrumento dessa sociabilidade. Vemos, por exemplo, que quase metade dos pesquisados responderam que trabalhavam antes de adentrarem o Centro de Convivência. Outros (a maioria do sexo feminino) ficavam em casa realizando trabalho doméstico e cuidando do lar.

Antes de frequentarem o CCI, ficar em casa era o que fazia a maioria, seja realizando trabalho doméstico ou não. Mas, o fato dessas pessoas não manterem mais as relações de trabalho, não significa que não se relacionem de uma outra forma, pois a pessoa idosa, de acordo com Faleiros e Rebouças (2006, p. 117) “continua mantendo relações familiares, de amizade, culturais, de pequenos grupos, de vizinho e com os serviços. Isto pode ser a matriz para que ele se reestabeleça socialmente”.

Mas, levando em conta o conflito de gerações, não podemos ignorar o fato de que nem todas as relações estabelecidas por elas, promovem esse reestabelecimento social apontado pelos autores. No que tange às relações familiares, por exemplo, Debert (2012) baseada em Evandrou e Victor (1989), se atenta para o fato das pessoas idosas viverem com os filhos, não garante-lhes o respeito e prestígio, nem tampouco a ausência de maus tratos.

Pode parecer nessa análise que estejamos caindo na armadilha ideológica dominante quanto à inversão dos signos do envelhecimento, mas a realidade é que do ponto de vista prático, como proferido anteriormente, as pessoas idosas mantêm com o CCI uma relação de dependência para a manutenção do seu bem estar, e além disso há uma relação de alteridade significativa.

No que confere a relação mantida com as outras pessoas idosas, vemos na Tabela a seguir que 67% mantêm uma relação boa e 22% consideram manter uma relação de nível ótimo. Isso revela que no CCI os (as) idosos (as) encontram um espaço significativo de convivência comunitária.

Tabela 13 – Relação entre as pessoas idosas do Centro de Convivência

<b>Relação</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Ruim	0	0
Regular	1	5,5
Excelente	1	5,5
Ótima	4	22
Boa	12	67
Total	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Solicitamos aos pesquisados que justificassem suas respostas quanto a relação mantida com outras pessoas no CCI, em sua grande maioria as justificativas se repetiram, mas, todas se mostraram positivas. Para demonstrar, descrevemos no quadro abaixo algumas das justificativas proferidas.

Quadro 01 – Justificativas sobre o relacionamento entre as pessoas idosas no Centro de Convivência

<b>Subcategorias retiradas das justificativas</b>	<b>Justificativas</b>
	<b>Mulheres</b>
Relação de amizade e boa convivência	- Porque a gente se dá bem graças a Deus (idoso 3); - Porque me dou bem com todas as minhas amigas (idoso 6); - Porque me dou bem com todos, a gente bagunça, a gente conversa e aí eu vou pra casa alegre” (idoso 7); - Porque aqui a gente se trata como irmão, a gente convive junto em amizade” (idoso 9); - Porque não há discórdia entre nós idosos (idoso 11); - Porque existe uma relação de amizade entre nós (idoso 12).
Distração	- Porque quando eu estou lá em casa eu tenho muita perturbação, e aqui eu me distraio” (idoso 5).
Sensação de bem estar	- Porque eu me sinto muito bem com os outros idosos” (idoso 1).
Relação de amizade e boa convivência	<b>Homens</b>
	- Porque graças a Deus todo mundo se dá bem (idoso 1); - Porque todos se conhecem e se dão bem (idoso 3); - Porque são meus colegas e eu me dou muito bem com eles (idoso 5); - Porque gosto dos meus colegas, porque todos nós somos amigos (idoso 4); - Porque somos amigos (idoso 6).

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Através das justificativas percebemos que as pessoas idosas estabelecem uma relação interpessoal bastante amistosa entre si, o que é de extrema importância em uma sociedade onde o valor humano se perde nas coisas, e onde segundo Guerra e Meneses (2007) as representações acerca da velhice são estigmatizadoras e produtos ideológicos da sociedade, sendo a velhice é sempre vista no outro e nunca no indivíduo de forma particular.

Essa relação de convivência entre os (as) idosos (as) atrelada às atividades ofertadas pelo Centro de Convivência em questão, revela-se como fator elucidativo das suas participações

nessa instituição. Inclusive, quando questionadas se gostam das atividades realizadas no CCI, todas as pessoas idosas foram unânimes em responder que sim. E dentre as atividades, as que elas mais gostam são as atividades físicas (ginástica e dança).

Vale ressaltar que essas não são as únicas atividades ofertadas pelo CCI. Realizam-se também caminhadas nas ruas próximas, jogo de dominó (praticado pelos homens), bem como palestras com profissionais de saúde, especificamente do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e com alunos e professores das Universidades no município mediante projetos de extensão universitária.

Um último ponto a destacar em relação à participação das pessoas idosas no CCI é que, quando a instituição entra em recesso, a maioria delas fica em casa se distraíndo com os programas de televisão ou, apenas realizando atividades domésticas e participando de atividades da igreja. A minoria procura outra forma de se divertir frequentando associação de moradores.

Essas atividades são igualmente apontadas quando questionamos também sobre o que fazem nos finais de semana. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que enquanto formas de sociabilidade essas atividades também são importantes para o bem estar desses idosos, ainda que alguns deles não as internalizem com a importância tal qual fazem com as atividades do CCI.

Vemos que o CCI não se configura como único espaço de sociabilidade, mas quando questionarmos sobre o que as pessoas idosas fazem quando o CCI entra em recesso, respostas elencadas mostram quão importância dão ao Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”.

- “Fico parada e espero voltar para continuar” (idoso 7);
- “Fico em casa pedindo para retornar, porque a gente sente saudade dos colegas daqui” (idoso 5)

Isso demonstra que o CCI é elemento imprescindível na promoção do bem estar na velhice, pois contribui para que a vivam com entusiasmo e ainda fortaleçam os vínculos sociais e afetivos. O CCI constitui-se, nesse aspecto, como instrumento fundamental de promoção à direitos, pois, “viver muito e bem é um direito de todo ser humano” (ALVES, 2006, p. 53).

Mas, apesar disso, muitos desafios ainda precisam serem enfrentados, pois conforme considera Alves Junior (2009), a velhice contemporânea ainda se divide em dois polos distintos, num dos polos estão os aposentados ativos detentores de capacidades para aproveitar a vida e ser útil para a sociedade. No outro, a velhice cuja decrepitude, dependência e isolamento são marcas que a representam.

## **4 A VELHICE EM QUESTÃO EM PARINTINS**

A velhice é vivenciada de maneiras distintas e, a depender do lugar ocupado pelas pessoas, das condições de sociabilidade e reprodução material e subjetiva, ela poderá ser considerada como significativa ou não para aqueles que a vivenciam.

Diante disso, esse item versa sobre a questão da velhice em Parintins, trazendo inicialmente algumas considerações teóricas, que ajudam a nos desprendermos de concepções que inundadas de valores empregados pelo próprio sistema, acabam por negá-la como condição inerente ao ser humano.

Perpassa, ainda, aspectos do cotidiano das pessoas idosas antes da velhice e posteriormente na velhice, trazendo elementos que dão margem para entendermos a vivência da velhice em Parintins.

### **4.1.Considerações teóricas sobre a velhice**

Literaturas acerca do envelhecimento já têm mostrado que em decorrência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, especialmente, na área da saúde, a queda nas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, conseqüentemente atrelada a outros fatores, continua se constituindo como principal determinante da longevidade em países ditos desenvolvidos, bem como nos que estão em processo de desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Falamos em países desenvolvidos e em desenvolvimento, porque existe consenso entre os teóricos ao fato de que o envelhecimento se configura como um fenômeno universal, isto é, um fenômeno que indubitavelmente está acontecendo de forma bastante acelerada em todos os países do globo. A diferença consiste na forma como cada país encarou e ainda lida com esse fenômeno, o qual antes de tudo, na perspectiva de alguns teóricos (BEAUVOIR, 1990; GOLDMAN, 2009), diz respeito a um processo de mudança natural intrínseco ao desenvolvimento de cada pessoa, processo este que não ocorre de maneira similar, uma vez que o envelhecimento se configura como heterogêneo.

Essa heterogeneidade apontada pelos autores supracitados é também observada na perspectiva de Loureiro e Faleiros (2006), ao elencarem que o envelhecimento é um fenômeno complexo com múltiplas dimensões, pois não se configura numa trajetória linear e absoluta, mas nas relações sociais e nas condições de vida dos seres humanos.

Como pode ser observado, o envelhecimento não se resume aos aspectos demográficos, assim como Faleiros, Goldman (2009) também o aponta como um fenômeno

complexo com características variadas, o qual percorre toda história da humanidade. Por essa razão, os autores destacam que esse fenômeno necessita ser estudado e analisado por diversas disciplinas, haja vista que suas características variam conforme a cultura, o tempo e o espaço no qual o indivíduo está inserido.

Entendemos, deste modo, que a velhice, por sua vez, enquanto resultado desse processo complexo e multidimensional, também só pode ser analisada e compreendida na sua complexidade se considerarmos seus múltiplos aspectos, pois conforme aponta Beauvoir (1990), ela é multideterminada e possui aspectos irredutíveis uns aos outros.

Na compreensão da autora, a velhice.

[...] é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo, e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural, na sua velhice como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade a qual pertence. O que torna a questão complexa é a estreita interdependência desses diferentes pontos de vista (BEAUVOIR, 1990, p. 15).

Esses aspectos apontados pela autora confirmam que a heterogeneidade é inerente ao processo de envelhecer e conseqüentemente à própria velhice. E para além de considerarmos os aspectos fisiológicos do indivíduo, os quais são particulares de cada um, é de fundamental importância pôr em destaque também, o contexto em que esse indivíduo se insere e as relações de sociabilidade por ele estabelecidas.

Diante dessas assertivas, compreendemos que quando se trata de conceituar a velhice, vemos que por ser multidimensional e heterogênea, não há como definirmos um conceito próprio e único para este fenômeno, pois, como explica Beauvoir (1990, p. 345) “a velhice é o que acontece com as pessoas quando ficam velhas; impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito, ou mesmo numa noção”.

Entretanto, algumas concepções acerca da velhice, segundo Belato (2009), são provenientes da nomeação das pessoas idosas nas diferentes culturas, as quais mesmo não expressando diretamente a condição social delas, apresentam claramente traços dessa condição, conforme explicitado abaixo:

Na cultura latina, que recolheu importante contribuição da cultura grega, a nomeação dos velhos exprime em substantivos e adjetivos, a diversidade de sua condição social: velhice, senectude, senilidade, decrepitude; velho, senil, decrepto, veterano, vetusto, idoso, veterado (inveterado). Alguns adjetivos latinos, que não tem exata transposição em português, são muito ricos semanticamente; *veterosus*: letárgico, adormecido,

inativo, languido ; *veternus*; velho, antigo, colhido pelo marasmo, entorpecido, inerte, apático; *veteratorius*: fino, finório manhoso, matreiro, hábil (nas manhas); *veterarium*: onde se envelhece o vinho ou onde se guarda o vinho envelhecido (IDEM, p. 20).

É possível observar que no teor de alguns termos elencados acima, encontra-se imbuído o sentido negativo à condição da pessoa idosa. Sentido este, como se pode perceber, também provém de uma herança cultural e histórica, pois conforme já explicitado, a velhice é um fenômeno universal que integra as diferentes culturas. Além disso, ela sempre haverá de existir embora ocorram mudanças na história das sociedades.

A depender dos aspectos socioculturais, as ideologias da velhice podem expressar diferentes significados, dentre os quais, os que demarcam aspectos incoerentes a esse fenômeno. Por essa razão, os valores culturais, como muitos autores apontam, além de influenciarem no modo como o ser humano vive a sua velhice, também influenciam na representação que se tem da velhice em determinada sociedade, ainda que, essa representação seja equivocada.

Nas sociedades antigas, por exemplo, as pessoas idosas constituíam um grupo etário com importante poder e riqueza social, mas nem todos os velhos compunham esse grupo, como por exemplo, as mulheres idosas não podiam fazer parte desse grupo, por que a divisão sexual do trabalho não permitia a integração das mesmas. (BELATO, 2009).

Na verdade, a relação de poder e prestígio sempre foi preponderante nas sociedades antigas, e isso atrelado a questão de gênero transformava a posição social da mulher numa posição desprivilegiada. Quanto às pessoas idosas pobres, destituídas de todo tipo de prestígio, não representavam praticamente nada no âmbito social, eram seres invisíveis aos olhos da sociedade, como postula Beauvoir (1990) em sua análise sobre a condição delas nas sociedades históricas. Segundo a autora,

[...] até o século XIX, nunca se fez menção aos “velhos pobres”; estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada. A história, assim como a literatura, passa por eles radicalmente em silêncio. A velhice não é uma certa medida desvendada, senão no seio das classes privilegiadas. Um outro fato salta aos olhos: trata-se aí de um problema de homens. Enquanto experiência pessoal, a velhice concerne tanto a eles quanto às mulheres, e mesmo mais ainda a estas últimas, pois vivem mais tempo. Mas quando se faz da velhice um objeto de especulação, considera-se essencialmente a condição dos machos. Primeiro, porque são eles que se exprimem nos códigos, nas lendas e nos livros; mas sobretudo, porque a luta do poder só interessa ao sexo forte (BEAUVOIR, 1990, p. 111).

Podemos verificar que, diante dos setores privilegiados da sociedade e numa forte relação de poder, as pessoas idosas de classe social não abastadas não possuíam visibilidade, embora fossem pouco numerosos, até porque a experiência da velhice se realizava nas pessoas que tinham maior poder aquisitivo, e esse poder aquisitivo as possibilitavam melhores condições de envelhecer.

Por isso, Beauvoir (1990) ressalta a grande importância de se examinar o lugar destinado às pessoas idosas na sociedade, e a representação que se faz deles em diferentes tempos e em diferentes lugares, pois para a autora, é a luta de classes que vai determinar a maneira como o indivíduo vai ser surpreendido pela velhice.

Outro ponto de destaque que nos chama a atenção nas análises da autora, é com relação à velhice atrelada à questão de gênero, pois como se pode observar, as mulheres viviam por mais tempo, porém, tomadas como sexo frágil se constituíam em objeto de especulação em relação aos homens. Dito de outra maneira, podemos dizer que mesmo pouco era a figura da velhice masculina que tinha visibilidade, e a velhice feminina era ignorada.

Ainda na perspectiva da autora, a classe social se constitui como o mais importante entre os conjuntos de fatores que determinam o processo de envelhecimento. Essa ideia pode ser constatada quando Beauvoir retrata o tratamento e a condição da pessoa idosa no contexto da sociedade capitalista francesa do meado do século passado, onde as pessoas idosas pobres eram tratadas como párias.

É fundamental não esquecermos o fato de que em cada sociedade há uma composição de valores, normas, regras, que conseqüentemente pode determinar o lugar e a forma como o indivíduo vive e se relaciona. Conforme enunciado de Belato (2009), nas sociedades antigas ou históricas, a valorização e o respeito para com as pessoas idosas aconteciam primordialmente com os que eram dotados de prestígio, vigor e lucidez.

Diante disso, o que se pode elencar é a forma como a velhice é interpretada e vivenciada em cada sociedade, o que por sua vez, é passível de variações, dependendo da conjuntura e das condições sociais e culturais em que acontece o processo de envelhecer, ou seja, das experiências vivenciadas e dos modos de reprodução social das pessoas durante toda vida.

Partindo desse entendimento, é possível concordarmos com Goldman (2009), quando elucida em seus estudos, a importância das dimensões culturais, sociais e políticas do envelhecimento e, uma vez, sendo resultado desse processo a velhice pode ser considerada como:

[...] um fenômeno histórico, social e cultural, enfim, multifacetado e multidisciplinar. Perpassa as trajetórias de vida pessoal e social e só pode ser compreendida em determinados tempos, espaço, classe social, relações de gênero e de etnia, dentre outras variáveis (p. 28).

Essa reflexão é relevante, porque além de destacar o caráter heterogêneo da velhice, também se reporta à importância das diferentes disciplinas para desvelar a velhice a partir dos diversos ângulos, levando em conta as características culturais, temporais e espaciais dessa condição humana.

Mesmo com o entendimento de que essa condição do ser humano não pode ser conceituada ou ter uma noção definitiva, é inegável a existência de ideias equivocadas que se propagam na sociedade em relação à velhice, pois, às pessoas com idade mais elevada, muitas vezes, associam-se estereótipos negativos ou se projetam ideologicamente noções de maneira equivocada.

Segundo Moragas (1997), a velhice é vulgarmente considerada como uma realidade que afeta somente uma parte da população, frente a isso destaca a importância de um enfoque objetivo da velhice que possa abranger sua totalidade, tendo em vista também que o recorte cronológico por si só não define a velhice na sua complexidade. Para o autor a velhice não começa em uma idade cronológica uniforme.

As crenças, os mitos e consequentemente os estereótipos ainda se configuram como um desafio a ser superado na sociedade, no sentido de se fazer entender que a velhice é uma condição cujas experiências são vivenciadas de diferentes maneiras. E, se essas experiências são boas ou não, isso vai depender das condições nas quais as pessoas encontram-se inseridas na sociedade, pois de acordo com Dallepiane (2009, p. 11), “vários são os modos de envelhecer, os quais se modificam de acordo com a condição socioeconômica, gênero, acesso à educação e a informação, cultura e região de residência”.

Ao darmos importância a esse conjunto de fatores, estamos recorrendo ao pressuposto de que, para desvelarmos a velhice na sua complexidade, devemos tomar como ponto de partida a sua multidimensionalidade, ou seja, situá-la no âmbito das relações sociais, nas condições de vida e de reprodução dos seres humanos etc. E assim, tornar possível a superação de concepções errôneas em torno da velhice, as quais historicamente vêm se disseminando no âmbito social.

Nesse aspecto, quando se trata de sociedades diferentes, não podemos tomar como eminentemente verdadeiras as imagens que se processam em torno da velhice, pois por mais que as representações se apresentem a partir de determinada cultura, elas denotam certas ambiguidades, conforme sinaliza Beauvoir (1990, p. 109):

A imagem da velhice é incerta, confusa, contraditória. Importa observar que, através dos diversos testemunhos, a palavra “velhice” tem dois sentidos diferentes. É uma certa categoria social, mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias. É para cada indivíduo, um destino singular- o seu próprio. O primeiro ponto de vista é dos legisladores, dos moralistas; o segundo, dos poetas; quase sempre eles se opõem radicalmente um ao outro. Moralistas e poetas pertencem sempre às classes privilegiadas e esta é uma das razões que tira de suas palavras uma grande parte de seu valor; eles dizem sempre apenas uma verdade incompleta e, muito frequentemente, mentem. Entretanto, como os poetas são mais espontâneos, são mais sinceros. Os ideólogos forjam concepções de velhice de acordo com os interesses de sua classe.

Como destacado é difícil precisar com clareza a relação das imagens que se criam acerca da velhice com a realidade, por mais que essas imagens estejam ligadas ao tempo e ao lugar em que são criadas. O fato é que, as representações são determinadas pelas circunstâncias e acabam sendo reproduzidas socialmente, por isso diz-se que a velhice pode ser configurada como uma expressão da questão social.

Diz-nos Beauvoir (1990) que nas sociedades históricas as imagens que se criavam sobre as pessoas idosas eram forjadas e a classe dominante assistia com indiferença todos os seus dramas. E essa indiferença para com os mais velhos nessas sociedades era tão evidente que:

[...] seus esforços para socorrer os velhos pobres foram sempre irrisórios. A partir do século XIX, esses velhos tornaram-se numerosos, e ela não pôde ignorá-los. Para justificar sua selvagem indiferença, foi obrigada a desvalorizá-los. Mais que o conflito de gerações, foi a luta de classes que deu à noção de velhice sua ambivalência (p. 263).

Haddad (1986) ao analisar os discursos produzidos pela ciência, pelo Estado e pelo Serviço Social do Comércio – SESC no Brasil, expõe que os discursos elucidados pelos mesmos não se apropriam da velhice em seu aspecto multidimensional, pois baseados em aspectos doutrinários não dão conta da produção social da velhice. Os discursos elucidados mostram que: “[...] as representações que se fazem da velhice: ocultam a realidade vivida pelos homens no interior da nossa sociedade ocultando, enquanto prática da dominação e da mistificação, que a velhice é produto da existência objetiva dos homens” (p. 18).

Na sociedade capitalista contemporânea algumas designações têm sido criadas com a perspectiva de suavizar nos discursos produzidos, os estigmas que à população idosa são atribuídos no cotidiano (GOLDMAN, 2009).

Já para teóricos como Debert (2012), Teixeira (2008) e Paiva (2014), algumas designações, dentre as quais, a “terceira idade”, são meramente tendenciosas na afirmação do

valor da juventude que, por sua vez, apresenta-se no escopo das relações capitalistas como estilo de vida mais adequado.

Todavia, em se tratando de sociedade capitalista, é importante fazermos uma ressalva no que diz respeito à valorização da juventude e conseqüentemente a negação da velhice, pois conforme Paiva (2014), essa valorização só se realiza enquanto força de trabalho e consumo de mercadoria. Segundo a autora, há realmente um tributo à juventude, mas a juventude que exerce sua capacidade funcional ao sistema do capital.

Portanto, compreender a velhice em sua complexidade pressupõe-nos enxergar e analisar para além do aparente (das ideias equivocadas que se mostram e se disseminam na sociedade), pois nos dizer de Karel Kosik (2011) em sua dialética do concreto, o aparente não se constitui como a verdadeira essência do fenômeno, o real propriamente dito.

#### **4.2.Vida Cotidiana e Velhice**

Ponderar sobre a vida cotidiana na velhice pressupõe entendermos, a princípio, o que alguns teóricos elucidam a respeito da vida cotidiana. Assim, ao trazer a informação de que o estudo sobre o cotidiano não é algo recente, Matos (2002, p. 32) postula que:

[...] A temática do cotidiano é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas. São muitos os obstáculos para pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos do cotidiano: campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambiguidades; caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos.

Essa complexidade encontra explicação na reflexão de Heller (2008), o qual esclarece que a vida cotidiana configura-se como heterogênea, sobretudo, no que se refere ao conteúdo e aos tipos de atividades que se desenvolvem no âmbito social. Ela possui, ainda, aspectos hierárquicos os quais são modificáveis em função das distintas estruturas econômico-sociais. A diferença impetrada consiste nos modos de organização que se estabelecem, porque independentemente de qual seja o momento histórico o cotidiano se faz presente por ser esfera da vida social.

Partindo de uma perspectiva ontológica, resumidamente explica Heller (2008, p. 30):

A vida cotidiana , a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção (...) Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano genérica a ponto de poder se desligar inteiramente da cotidianidade;(...) A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os

seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias.

Sendo o cotidiano esfera da vida social, integra também todas as esferas da vida do indivíduo, desse modo, é possível também pensarmos acerca da vida cotidiana na velhice, a qual também é heterogênea e, sobretudo, vivida de maneira bastante singular pelos sujeitos sociais.

Todavia, considerando o pensamento de Matos (2002) destacado, anteriormente, atemos que trilhar as rotas do cotidiano e extrair suas minúcias não se constitui tarefa de natureza fácil.

A vida cotidiana possui aspectos para os quais se dão pouca importância. Aspectos aparentemente irrelevantes, porém não o são totalmente, uma vez que são elementos constitutivos da vida social.

Embora alguns desses aspectos sejam transitórios, afinal, uma das características do cotidiano é a espontaneidade, eles são riquíssimos em detalhes, e se constituem de extrema importância para o desenrolar da vida social e para compreensão de como ocorre sua configuração (MARTINS, 2014).

Perante essa assertiva, salientamos que deslocar a vivência da velhice de aspectos inerentes ao cotidiano, seria de certa forma, esquecermos elementos imperiosos que contemplam e reproduzem a vida em sociedade, bem como a própria sociedade.

Além do mais, não devemos esquecer que é no cotidiano que se expressam as nuances desse viver, já que a vida cotidiana diz respeito a vida do homem por inteiro como elencado anteriormente.

Estudar a velhice na vida cotidiana implica levarmos em conta as multiplicidades de fatos existentes na vivência do indivíduo que contemplem o tempo, o espaço e o próprio sujeito. Não somente porque a vivência deste é singular, mas, porque no decorrer da história o homem através de suas atividades práticas contribuiu, e mesmo na velhice continua a contribuir com construção da realidade social, a qual de acordo com Heller (2008) tem como substância a própria história.

O indivíduo em sociedade estabelece inúmeras formas de sociabilidade as quais se manifestam através de seus valores, suas crenças, seu trabalho, através do lazer etc., e todas as suas atividades são essenciais para a sua reprodução e para a reprodução da vida social.

Por essa razão, não podemos nos esquivar de encontrarmos os significados por trás dos fenômenos sociais aparentes, pois em consonância com o que preceitua Lefebvre (1991), todas as formas de relações sociais possuem relevância histórica apesar de parecerem banais.

Para Lefebvre (1991) o cotidiano é a soma das insignificâncias, mas uma soma não realizada de maneira eventual. Desse modo, ao propor uma crítica da vida cotidiana estabelece a necessidade de uma atitude crítica, pois, “é impossível captar o cotidiano como tal, aceitando, “vivendo-o” passivamente sem fazer um recuo. Distância crítica, contestação e comparação caminham lado a lado” (p.34).

Em se tratando de cotidiano, diz-nos o autor que esse método:

[...] trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos (p.35).

A compreensão da sociedade em que vivemos pressupõe também a extração da essência dos fatos aparentemente sem sentido, o que requer tal atitude crítica, pois consoante a reflexão de Kosik (2011), a realidade não se apresenta aos homens de forma imediata, e o todo imediatamente acessível é um todo caótico e obscuro. Algo que para ser superado necessita ser pensado igualmente de forma crítica.

No que concerne a vida cotidiana Kosik (2011) afirma ser antes de qualquer coisa,

[...] *organização*, dia a dia da vida individual dos homens; a repetição de suas ações vitais é fixada na repetição de cada dia, na distribuição do tempo em cada dia. A vida de cada dia é divisão do tempo e é ritmo em que se escolhe a história individual de cada um. A vida de cada dia tem sua própria experiência, a própria sabedoria, o próprio horizonte, as próprias previsões, as repetições, mas também as exceções; os dias comuns, mas também os dias feriados. A vida de cada dia não é, assim, entendida como oposição ao que sai da norma, aos feriados, à excepcionalidade ou à História: a hipótese da vida de cada dia como banalidade em oposição à História, já constitui o *resultado* de uma certa mistificação (p. 69).

Dado pressuposto, entendemos que se analisados criteriosamente os aspectos da vida diária das pessoas idosas, será possível compreendermos suas formas de organização social, pois essa organização acontece no dia a dia cujas experiências permitem a partir de aportes críticos a abstração de seu real significado na construção histórico-social.

Enfatizamos no item 4.1 que a velhice é multidimensional e ao mesmo tempo é encarada de diferentes maneiras, dependendo do lugar, do contexto e das condições de sociabilidade dos indivíduos em qualquer que seja o modo de produção no qual eles estão inseridos. Por isso, compreender a velhice na sua complexidade significa considerar todos esses aspectos. Algo bastante trabalhoso numa sociedade dita moderna, onde se difunde a cultura do hedonismo que, por sua vez, se contrapõe ao fenômeno da velhice.

Na verdade a sociedade moderna é indutora de inúmeras incertezas que ocasionam a desvalorização de elementos fundamentais para a compreensão da própria história. E sabemos que enquanto seres sociais as pessoas idosas no decorrer da vida contribuíram com o desenvolvimento social e também econômico, ou seja, por meio de suas experiências ajudaram na construção da história.

Nesse sentido, a vida na velhice não pode ser descartada e desvalorizada como se nada representasse. Suas práticas diárias, diga-se o trabalho, o lazer, as atividades socioculturais inerentes à esfera da vida social, ainda que não sejam materializadas como em outros momentos da vida, são partes da substância da vida social.

Entretanto, é importante nos atentarmos a assertiva de Lefebvre, quando sinaliza que o cotidiano só tem sentido quando está em total simbiose com as contradições do processo histórico, no sentido de superação do processo de alienação que o circunda, impedindo a compreensão desse processo.

Consoante às assertivas de Lefebvre, concordamos também com Heller (2008) ao sublinhar que a vida cotidiana está diretamente relacionada com a reprodução dos homens na sociedade levando em consideração a historicidade, onde não pode haver sociabilidade sem a reprodução particular.

É no âmbito do cotidiano, segundo a autora, que se dá historicamente a reprodução do homem particular com o seu mundo, o qual se realiza com a organização do trabalho, a vida privada, a atividade social sistematizada etc., as quais são partes orgânicas da vida cotidiana.

A partir desse entendimento, explicar sobre a vida na velhice em Parintins pressupõe considerar a realidade concreta e a influência das condições objetivas sobre o homem nessa localidade, ou seja, os valores, as tradições, os costumes, o trabalho e a própria história, pois no dizer de Heller (2008) a vida cotidiana encontra-se ancorada no centro do acontecer histórico.

Pensar o cotidiano de idosos em Parintins pressupõe valorizarmos os aspectos minuciosos da vida diária dessas pessoas, os quais também contribuem significativamente para a construção da vida e da história, pois como pontua Martins (2015) a história é vivida e decifrada no cotidiano. É desses aspectos referentes aos idosos em Parintins- AM que os próximos itens se irão tratar.

### 4.3 Aspectos socioeconômicos da vida de idosos (as) do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lesa” antes da “velhice”

Perpassar o cotidiano das pessoas idosas em momentos precedentes a fase considerada velhice, soa como importante para entendermos como elas foram construindo suas vidas, se houve preocupação com a vida no porvir, diga-se: a velhice. Bem como, se, de alguma maneira, houve preparação para poder vive-la, pois sabemos que o cotidiano das pessoas quando idosas é um tanto peculiar.

Não podemos falar de cotidiano sem situarmos o trabalho, haja vista ser um elemento que não está fora do cotidiano dos seres humanos, pois como já dizia o próprio Karl Marx, o trabalho media a relação que o homem mantém com a natureza e através dele se realiza enquanto homem.

Tratando-se de uma sociedade onde a vida está alicerçada no liame entre capital e trabalho, não hesitamos em questionar dos (as) idosos (as) se os mesmos trabalharam antes de alcançarem a velhice. O estudo nos revelou que dos 18 idosos, 94% (6 homens e 11 mulheres) exerciam alguma forma de trabalho, e 5,5% não exerceram nenhuma atividade laborativa antes de chegarem a esta fase.

Tabela 14 – Quantidade de idosos (as) que trabalharam e não trabalharam

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	6	11	17	94
Não	-	1	1	5,5
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

É notório que trabalhar foi uma atividade fortemente presente na vida de quase 100% dos pesquisados. E como é observável na Tabela 15, a maior parte deles iniciou essa atividade produtiva ainda com idades mínimas.

No decorrer da pesquisa, algumas pessoas idosas narraram que começaram a trabalhar desde criança. Por não terem oportunidade de estudo – o que também podemos considerar determinante na escolaridade delas, mostrada no item (2.2) – alguns pesquisados ajudavam seus pais na roça e nos afazeres domésticos. Mas, essa falta de oportunidade não pode ser considerada como único fator influente na idade de inserção no trabalho das pessoas nas idades apresentadas na Tabela abaixo. Algumas pessoas idosas relatavam também ser comum os filhos ajudarem os pais no trabalho.

Tabela 15– Idade que as pessoas idosas começaram a trabalhar

<b>Idade</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
7 anos	1	6
8 anos	1	6
10 anos	6	35
12 anos	3	18
13 anos	1	6
14 anos	1	6
22 anos	1	6
35 anos	1	6
Não responderam	2	12
Total	17	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Se as informações apresentadas na Tabela acima tivessem sido registradas nos dias atuais, seriam passíveis de inúmeras críticas diante da existência de normativas legais as quais não permitem o trabalho de crianças e adolescentes, salvo em algumas exceções. Mas como não se trata de um evento registrado no contexto atual, é mister considerarmos as circunstâncias por de trás.

Levando em conta os elementos inerentes à vida no município de Parintins, devemos lembrar que a ruralidade em nesta cidade prevaleceu até finais da década de 1970, como já dissemos. Ou seja, os habitantes do município possuíam características de uma sociedade com modos de vida<sup>17</sup> eminentemente rural.

As pessoas mantinham uma forte relação com a natureza e o processo produtivo era realizado de forma coletiva, uma espécie de ajuda mútua entre as pessoas. Nesse sentido, é possível apontarmos que fazer parte do mundo do trabalho desde criança foi traço marcante da vida rural da qual alguns desses idosos fizeram parte.

As atividades produtivas exercidas pelos pesquisados podem ser visualizadas na Tabela 16. É notável que a atividade de maior destaque consistiu na agricultura (76%), uma forma de trabalho que desde o processo de formação do município se fez muito presente entre as atividades desenvolvidas pelas pessoas, de modo geral, e ainda persiste até os dias de hoje, conforme assevera Souza (2013, p. 91).

A agricultura é a segunda maior atividade do setor primário, representada pelas culturas temporárias (abacaxi, arroz, batata-doce, feijão, cana-de açúcar, mandioca, melancia, fumo, melão, milho e outros) e culturas permanentes (abacate, banana, cacau, café, caju, coco, laranja, limão, pimenta-do-reino e tangerina).

<sup>17</sup> Do ponto de vista da geografia humana, modo de vida refere-se sempre a um coletividade, podendo ser definido como “conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura sua existência” (DERRUAU, s/d, p. 169).

Tabela 16 – Tipo de atividades das pessoas idosas antes da velhice

<b>Atividade</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Agricultura	4	9	13	76
Funcionalismo Público	1	1	2	12
Babá	-	1	1	6
Carpintaria	1		1	6
Total	6	11	17	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Não menos importante, pois “o trabalho dignifica a condição humana independente de qual seja a função que se exerça<sup>18</sup>”, constatamos também que 12% das pessoas pesquisadas trabalharam como funcionários públicos e, 6% trabalhou como babá, e finalmente 6% trabalhou na carpintaria.

Os seres humanos buscam, através do trabalho, satisfazer suas necessidades materiais de existência, pois, para se reproduzirem precisam ter acesso a roupas, calçados, a alimentação e outros bens essenciais à subsistência humana. A partir disso, os pesquisados foram questionados sobre seu maior gasto mensal.

Tabela 17 – Maior gasto mensal

<b>Tipo de gasto</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Alimentação	6	9	15	83
Vestuário		2	2	11
Medicamento	-	-	0	0
Outros	-	-	0	0
Não responderam		1	1	5,5
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

A Tabela 17 registra que a alimentação ocupa lugar de destaque quanto ao gasto mensal de 83% das pessoas, seguida de gastos com o vestuário para 11%, e apenas 5,5% (1 idosa) não respondeu porque não soube especificar o seu maior gasto.

Embora o trabalho seja um elemento preponderante no cotidiano, do ponto de vista da sociabilidade o homem simples não encontra somente no trabalho formas e/ou alternativas de relacionamentos. Até porque, os seres humanos também possuem outras necessidades as quais se sobrepõem a manutenção de subsistência material constantemente traduzida no alimentar e vestir.

<sup>18</sup> Souza (2013, p. 102)

Os seres humanos precisam manter relações sociais e dentre as outras alternativas está o lazer, a religião e outras maneiras que se encontram dentro do contexto social. Por exemplo, participar de festas ou eventos culturais ou não, é uma forma de sociabilidade que fez parte da vida cotidiana de idosos (as), como revela a Tabela 18.

Tabela 18 – Participação ou não participação em festa cultural

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	5	8	13	72
Não	1	4	5	28
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

É notório que a maioria dos pesquisados (72%) 5 homens e 8 mulheres, participavam desse tipo de atividade, enquanto (28%) 1 homem e 4 mulheres não participavam.

Para Dutra (2012, apud ROCHA ET. AL, 2013 p. 1), a cultura popular é manifestação que de modo geral, “traduz a forma de viver do homem e pode ser expressa através de diversos elementos como a literatura, a pintura, a música, a dança, entre outras, que são manifestações e práticas cotidianas”.

Manifestações estas fizeram e ainda fazem parte da realidade de Parintins, uma vez que Souza (2013) elucida existir um conjunto de festas populares no município, dentre as quais se destacam o Festival Folclórico de Parintins, o Festival de Pastorinhas<sup>19</sup>, Festa de Nossa Senhora<sup>20</sup> do Carmo, entre outras.

Na Tabela abaixo é possível verificarmos as festas nas quais os (as) idosos (as) participavam.

Tabela 19 – Festa cultural em que os (as) idosos (as) participavam

<b>Tipo de festa</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Pastorinha	-	5
Boi-bumbá	3	1
Carnaval		1
Outros (arraial; quadrilha)	2	1
Total	5	8

Fonte: Pesquisa de campo/2016

<sup>19</sup> Manifestação popular acontece no mês de dezembro (SOUZA, 2013)

<sup>20</sup> A festa em honra a Nossa Senhora do Carmo, padroeira de Parintins, acontece no período de 06 a 16 de julho.

Esses dados mostram que apesar do município ser referência na festa do boi-bumbá no Amazonas, o cotidiano de Parintins também dispõe de outras festas populares. Dentre a mais participativa entre os pesquisados está a Pastorinha, seguida da festa do boi-bumbá, quadrilha e arraial<sup>21</sup>.

Durante a pesquisa, pessoas idosas se mostravam um tanto nostálgicas quando falavam do tempo em que participavam dessas festas, revelando o quanto gostavam de participar e eram muito felizes. O que se manifesta como um retrato do lado bom da vida delas, sempre vivos e guardados na memória.

Entretanto, uma das idosas, mesmo não sendo necessário, afirmou que embora sentisse vontade não participava, porque seu pai era bastante rígido com os filhos e não permitia. Fato este, nos faz lembrar que por muito tempo nas relações afetivas predominava uma espécie de solidariedade para com a figura paterna, a exemplo da família patriarcal<sup>22</sup>, centrada na figura do pai onde havia obediência precípua, mesmo que fosse de forma autoritária.

Algo que também nos remete para reflexão realizada por Andrade (2015, p. 198) ao proferir que “Por longos anos, pais e mães impunham a autoridade, a obediência por meio de uma educação severa, com horários rígidos, tendo o estudo e o trabalho como obrigações a serem cumpridas fielmente pelos filhos, sob pena de aplicações de punições”.

Não estamos falando que os pesquisados estabeleciam uma relação ou eram tratados como no período colonial, o que estamos enfatizando a partir do comentário, é a questão do respeito para com a figura dos pais, o que favorecia uma relação diferenciada<sup>23</sup> da que pais e filhos estabelecem nos dias atuais, onde a autonomia dos filhos prevalece mais do que a ética de respeito aos seus pais.

Em se tratando de relação familiar mantida pelas pessoas idosas, em momentos precedentes a considerada velhice, a Tabela 20 demonstra que 67% mantinha uma boa relação em família, 22% mantivera uma relação de nível ótimo e, para 11% o estabelecimento dessa relação se dava de forma regular. O que, de forma geral, revela que a relação familiar para a maioria, era amistosa, e como podemos ver, não houve registro de relação familiar de caráter ruim.

---

<sup>21</sup> A designação refere-se aos arraiais de Santos da igreja católica.

<sup>22</sup> Família chefiada por um patriarca que detinha poder sobre seus filhos e suas esposas no período colonial brasileiro.

Tabela 20 – Relação familiar

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Ruim	-	-	0	0
Regular	1	1	2	11
Excelente	-	-	0	0
Ótima	2	2	4	22
Boa	3	9	12	67
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Esse aspecto positivo no que tange a relação familiar mantida entre um número significativo de participantes deste estudo, pode ser constatado e reafirmado a partir das justificativas assinalas abaixo:

- “O relacionamento na nossa família era tranquilo, não tinha discórdia” (Idosa 01);
- “Na nossa família era três irmãos, e graças a Deus a gente se dava bem” (Idosa 02);
- “A gente respeitava nossos pais e eles nos cuidavam bem” (Idosa 03);
- “A família era muito importante pra mim, eu sempre fui bem tratada” (Idosa 07);
- “Porque existia poucos desentendimentos” (Idosa 08);
- “Minha vida sempre foi muito boa” (Idosa 09);
- “Morei em casa de família depois que meu pai faleceu, e lá eu era bem cuidada e amada por essa família e aos 15 anos eu já casei” (Idosa 10);
- “Não tinha muita briga entre a gente” (Idosa 12);
- “A relação com minha família sempre foi boa, todos se davam bem” (Idoso 01);
- “Todos os irmãos se davam bem, éramos muito animados e unidos (Idoso 05);
- “Por que a gente se dava bem, nunca faltava nada” (Idoso 06).

É observável que os laços se estreitavam mediante a predominância do respeito entre pais e filhos e entre irmãos, o que conseqüentemente originava uma boa convivência no âmbito familiar baseada no espírito de fraternidade, com quase nada ou sem muitos desentendimentos, revelando que a solidariedade ainda possuía solidez no âmbito familiar.

Uma das idosas que apontou ter tido uma relação familiar do ponto de vista regular, destaca, mais uma vez, a característica rígida do tratamento por parte dos pais: “Meus pais eram muito rígidos, me batiam demais porque eu não sabia fazer as coisas” (Idosa 05). Tipo de tratamento que refletiu sobre sua visão negativa no que tange a relação familiar estabelecida em tempos passados e retida em sua memória.

As relações familiares podem ser entendidas também partir dos dados do Tabela 21, quando 83% (6 homens e 9 mulheres) declaram ter participado de festas ou reuniões em famílias, ao contrário de 17% (3 homens e 3 mulheres) que elucidam não terem participado.

Tabela 21 – Participação em festas e/ou reuniões em família

<b>Respostas</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	6	9	15	83
Não	-	3	3	17
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Quando respondiam tal questionamento, as pessoas se reportavam as festas de aniversário, confraternização de natal e ano novo. Dos que afirmaram participar, destacaram que antes era mais fácil reunir a família de uma vez, ao contrário dos dias atuais onde, às vezes, não é possível reunir toda a família pelo fato de filhos morarem em outros municípios, ou mesmo pela relação já não mais ser a mesma empreendida antigamente, principalmente com os filhos mais novos.

No cotidiano dos (as) idosos (as) como mostra a Tabela 22, é notável que além da relação familiar, a relação de amizade era constante, cerca de 89% possuíam amigos e 11% não estabeleciam relação de amizade, um vínculo ético apontado por Morin (2007) não unicamente como uma relação afetiva de apego, mas também, vínculo de fraternidade.

Tabela 22 – Índice idosos (as) que possuíam ou não amigos (as) antes da velhice

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	6	10	16	89
Não	-	2	2	11
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Pessoas apontaram que antes possuíam muitos amigos e tinham com quem conversar contar histórias, outras ainda pela rigidez dos pais não possuíam essa relação afetiva. Mas, pela quantidade de pessoas idosas que mantinham relação de amizade, podemos dizer que em momentos precedentes a esta fase da vida, esse tipo de relação era mais solidificada.

Parintins por não ser ou não ter se configurado como uma metrópole<sup>24</sup>, a exemplo da capital do Estado, favoreceu na vida dessas pessoas, condições para estabelecimento de vínculos de amizade, seja ao nível de compadrio ou de vizinhança, falamos isso porque a relação de compadrio e de vizinhança é muito presente em sociedades amazônicas, principalmente nas populações de caráter rural.

<sup>24</sup> Reportando-se à cidade de Manaus, Andrade (2015) assevera que “a dinâmica da vida urbana não favorece a proximidade e o estreitamento dos laços.

O fato é que independente do momento as relações sociais positivamente estabelecidas entre os seres humanos, seja através da amizade ou da relação familiar, são sempre fundamentais, pois ter amigos e possuir família, do ponto de vista ético, é ter com quem contar em qualquer que seja o momento, é ter com quem se relacionar.

A religião também mostrou-se como elemento constitutivo do cotidiano das pessoas idosas. É observável no Tabela 23 que 5 homens e 12 mulheres o que representa 94% dos pesquisados eram adeptos à religião, diga-se a religião católica, e somente 01 idoso (5,5%) não possuía nenhuma religião.

Tabela 23 – Índice de pessoas idosas adeptas ou não à religião antes da velhice

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	5	12	17	94
Não	1	-	1	5,5
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

A religião é umas das manifestações de fé muito presente no contexto parintinense. Contudo, não é a única, pelo fato da manifestação de fé não dizer respeito somente a tradição cristã<sup>25</sup>.

Festejos em honra aos diversos “santos” em várias comunidades (rurais e urbanas) são muito recorrentes, um dos principais é a festa em honra a Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade. É uma manifestação que reúne romeiros de cidades do baixo amazonas e de comunidades rurais próximas ao município.

Além do mais, a religiosidade do Parintinense é expressada nas apresentações do Festival Folclórico de Parintins, pelos Bois Garantido e Caprichoso, fazendo parte do espetáculo como figura típica regional<sup>26</sup>. Momento em que profano se utiliza da tradição cristã para objetivos determinados da indústria cultural.

Isso mostra a influência e a força da tradição cristã na vida cotidiana, não só das pessoas idosas, mas, de muitos habitantes da cidade de Parintins, e em diversos momentos da vida.

Para além dos elementos expostos, a vida cotidiana da pessoa idosa também foi marcado por rudimentos importantes como o cuidado com a saúde, no sentido de prevenção e

<sup>25</sup> “A fé não se constrói somente em relação a objetos, símbolos, imagens: ela conduz-nos a depositar crença no homem, na natureza, no planeta, no cosmos (ANDRADE, 2015, p. 210).

<sup>26</sup> Um dos itens que concorrem no julgamento do Festival de Parintins.

tratamento de doenças. A Tabela 24 expõe que apenas 03 das mulheres idosas não iam ao médico.

Tabela 24 – índice de pessoas idosas que iam ao médico

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	6	9	15	83
Não	-	3	3	17
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Apesar de termos disponibilizado algumas alternativas, 04 das 15 pessoas idosas que iam ao médico não lembraram a frequência com que iam, 02 se consultavam uma vez a cada semana, 8 uma vez ao mês e 01 uma vez ao ano. O que revela mais da metade dos pesquisados cuidavam com frequência de sua saúde. Tratamento que não se resume em ir ao médico frequentemente, pois a saúde também está concatenada com práticas saudáveis de atividades diárias, como praticar exercícios físicos, ter uma alimentação saudável e etc.

Dos pesquisados, 67% (6 homens e 6 mulheres) declararam terem praticado alguma atividade física antes de fazerem parte do grupo etário de pessoas idosas, o que para a maioria ainda prevalece, já que participam das atividades ofertadas no Centro de Convivência do Idoso atualmente. Por outro lado, 33% destacaram não terem realizados atividades físicas.

Tabela 25 – índice de pessoas idosas que praticavam ou não atividade física

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	6	6	12	67
Não	-	6	6	33
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Por se tratar de uma trabalho a respeito da vivência da velhice, indagamos se em algum momento da vida pararam para pensar ou pensaram que um dia se tornariam pessoas idosas. É notável na Tabela 26 que das 18 pessoas idosas, 33% (1 homem e 5 mulheres) responderam que sim, e 67% (5 homens e 7 mulheres) disseram nunca terem pensado nessa possibilidade.

Tabela 26 – índice de idosos (as) que pensaram e não pensaram na velhice

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	1	5	6	33
Não	5	7	12	67
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Como consequência quanto a essa indiferença tem-se o fato dessas pessoas não terem tido preocupação em amearhar recursos financeiros para viver o seu tempo de velhice, pois constatamos que todos os sujeitos da pesquisa não se prepararam financeiramente para a vida futura. Algo que não advêm da ausência de responsabilidade ou do descuido dessas pessoas, pois como um dos idosos proferiu, “quando se é jovem a gente só quer viver e aproveitar a vida, porque se a gente viver se preocupando, a gente não vive direito”.

Por último, perguntamos aos pesquisados se eles sentem falta da vida da qual usufruíam antes de chegarem à considerada velhice. 78% (6 homens e 8 mulheres) disseram que sentem falta, e 22% (4 mulheres) afirmaram não sentir.

Tabela 27 – índice de idosos (as) que sentem e não sentem falta da vida antes da velhice

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	6	8	14	78
Não	-	4	4	22
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Apesar de nem todos os pesquisados justificarem suas respostas, as motivações dos que sentem falta da vida de outrora podem ser visualizadas abaixo e nos fornecem subsídios para entendermos porque antes da velhice a vida foi tão significativa.

- “Sim, porque queria fazer coisas agora, que fazia na juventude” (Idosa 01);
- “Sim, porque agora tem tanta coisa ruim que acontece, e antes não acontecia tanta coisa ruim” (Idosa 02);
- “Sim, porque a gente sente falta das coisas boas” (Idosa 03);
- “Sim, apesar de tudo eu sinto falta, mesmo que meus pais não davam liberdade” (Idosa 05);
- “Sim, porque a juventude é diferente, a gente quer ir pra uma parte a gente vai. A gente sendo de idade tem que ir acompanhada (Idosa 06);
- “Sim, porque as vezes não dá pra fazer algo agora, mas que antes dava” (Idosa 07);
- “Sim, tenho saudade do tempo que era mais nova, mas me sinto feliz com a idade de agora. Só penso em seguir em frente. Se a gente se preocupar a gente não vive” (Idosa 09);
- “Sim, pois queria ter aproveitado mais a juventude” (Idosa 11);
- “Sim, porque quando eu era novo eu tinha muito colega, tinha muito trabalho” (Idoso 01);

- “Sim, na época da juventude o negócio era mais facilitado. As pessoas chamavam pra trabalhar, ofereciam trabalho” (Idoso 02);
- “Sim, porque a gente vai ficando idoso [...] porque a gente não pode sair quase, só venho pra cá pra dançar mesmo (Idoso 03);
- “Sim, porque na juventude tive momentos felizes” (Idoso 04);
- “Sim, Sinto muito porque era muito fácil as coisas, peixe e outras coisas. Eu gostava muito de pescar (Idoso 05).

Um dos principais pontos tocados pelos idosos diz respeito a questão da independência da qual tinham maiores possibilidades quando mais “novos”, e que no momento são pequenas dada as perdas biológicas que vão surgindo à medida que o ser humano vai envelhecendo.

A independência apontada não se restringe para a questão financeira, mas para a realização de diversas atividades sem depender de alguém para acompanhá-los, ou mesmo, para fazer por eles, como ir para festas, visitar um amigo ou parente, realizar uma atividade manual, sair para passear etc.

Seguidamente a falta que alguns dizem sentir, a exemplo dos idosos 01 e 02, está motivada pelo fato de o trabalho ter sido mais propício durante a juventude, cujo acesso com o avanço da idade se tornou mais dificultoso, e do qual muitos se veem alijados atualmente, trazendo, ainda, como consequência, a diminuição das relações de amizade que eram mais numerosas.

O mundo do trabalho também é um espaço onde as relações humanas são estabelecidas, relações estas, que tendem a diminuir, pois o homem fora do trabalho, por vezes, perde contato com seus companheiros de jornada. Nesse sentido, a falta de companheirismo, de se relacionar como “antigamente” acaba se tornando ingrediente ausente na vida de idosos (as) atualmente.

Em um dos depoimentos, diga-se da idosa 11, encontramos, nas entrelinhas, uma espécie de ressentimento pelo fato da pesquisada não ter vivido e aproveitado intensamente sua juventude, algo que não dá pra voltar atrás no tempo presente.

O depoimento soa como um alerta para a ideia de que devemos aproveitar bem a vida e o que ela nos proporciona. É como uma reflexão presente no âmbito da canção “epitáfio”, de autoria do compositor Sérgio Brito, e interpretada pela banda de música Titãs, cujo trecho diz o seguinte: “Devia ter amado mais, ter chorado mais, ter visto o sol nascer. Devia ter arriscado mais, e até errado mais, ter feito o que eu queria fazer [...] devia aceitar a vida como ela é [...]”.

Esta composição também nos emite uma mensagem de alerta que nos convida a perceber quão precioso é cada instante de nossas vidas, o qual deve ser aproveitado e vivenciado a fim de evitar ressentimentos futuros.

Por outro lado, enquanto para muitos, a experiência da vida anterior deixou saudades e ressentimentos, para outros, constatamos que ela não faz tanta falta. A idosa 08, por exemplo, pontua a seguinte assertiva: “quando eu era mais nova não aproveitava a vida como hoje”.

Ao contrário da Idosa 11, citada anteriormente, a idosa 08, mesmo outrora não tendo aproveitado a vida como acredita que deveria ter sido, as experiências vivenciadas já não lhes fazem falta. Igualmente, como preceituam as idosas 10 e 12 nas falas abaixo.

- “Não, Porque cada momento da minha vida foi bem, e agora é melhor ainda” (Idosa 10);
- “Não, porque gosto mais da vida agora na velhice do que quando eu era mais jovem” (Idosa 12).

De modo geral, os ingredientes que se fizeram presentes na vida cotidiana dos sujeitos da pesquisa antes da velhice, não sinalizam para a evidência de uma vida precedente com tantas controvérsias. Mas como sabemos, o avanço da idade, de forma positiva ou negativa, vai registrando suas marcas na vida e na lembrança das pessoas.

#### **4.4 Condições econômicas de pessoas idosas do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”**

A vida está diretamente relacionada com as condições materiais de existência dos seres humanos, dessa forma, as condições econômicas são elementos significativos para a vida dos indivíduos. Através delas podemos verificar como vivem e sobrevivem cotidianamente. Nessa perspectiva, discorreremos, neste momento, sobre os aspectos econômicos da vida dos (as) idosos (as) pesquisados (as).

No tocante às condições de moradia, a pesquisa apontou que 16 (88%) dos pesquisados possuem casa própria. Por outro lado, 5,5% mora em casa alugada, e 5,5% em casa cedida. E em todas as moradias constatamos a existência de água encanada e energia elétrica.

De maneira detalhada a Tabela abaixo mostra a quantidade de cômodos existentes nas moradias dos pesquisados. É observável que 11% moram em casa possuindo 1 cômodo apenas, 5,5% residem em moradias de 2 cômodos e, 28% respectivamente, possuem moradias com 3, 4, e 5 ou mais cômodos.

Tabela 28 – Estrutura habitacional

<b>Número de idosos</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de cômodos</b>
2	11	1
1	5,5	2
5	28	3
5	28	4
5	28	5 ou +

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Quanto à renda dos pesquisados, constatamos que 83% (6 homens e 9 mulheres) recebem aposentadoria, e 17% (3 mulheres) possuem renda proveniente de recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Isso significa, que apesar da renda das pessoas idosas possuir natureza diferente, todos possuem meios de se manterem financeiramente.

Para idosos (as) brasileiros (as) a aposentaria configura-se como uma das principais fontes de renda, fato que para o setor econômico é considerado como prejuízo ao sistema previdenciário brasileiro. Isso é evidenciado principalmente pela mídia pela qual a população idosa é apresentada à sociedade como sendo economicamente dependente (LOPES, 2003), indo de encontro com a lógica da aposentadoria como um direito de cidadania destinado à idosos (as), para o qual contribuíram durante anos visando sua garantia.

Mediante o combate a uma possível “crise”, há tentativas de se negar e restringir o alcance desse direito que é constitucional, dentre os mecanismos utilizados está a reforma do sistema previdenciário. Algo que se mostra absolutamente contraditório, pois como argumenta Berzins (2003) *apud* Sousa (2012) os proventos oriundos da aposentadoria são os principais meios de arrecadação de alguns municípios, bem como, de inúmeras famílias.

O governo brasileiro parece “esquecer” ou faz “vista grossa” para os verdadeiros problemas que afetam o sistema previdenciário, pois é de nosso conhecimento, que a quebra desse sistema é consequência das incongruências do modo de produção capitalista, e das implicações ocorridas no mundo do trabalho e, principalmente má gestão estatal.

Oliveira et, al (2004) ao tratarem acerca de idosos (as) e a previdência social retratam que está havendo, no âmbito do sistema previdenciário, um decréscimo de contribuições em relação aos beneficiários, redução esta que contribui para que a previdência social venha paulatinamente se deteriorando.

Muitos são os entraves sociais e econômicos existentes no Brasil como reflexos das contradições empregadas pelo capital e da insuficiência de respostas do poder público no seu enfrentamento. Existe a cultura da má distribuição de renda, a exacerbação da miséria, precárias condições de reprodução social. E, se para o setor econômico a aposentadoria é sinônimo de

prejuízo, para os que dela sobrevivem possui grande significado, principalmente quando constituída como único meio de sustentação financeira.

Além disso, a renda proveniente da aposentadoria nem sempre é suficiente para satisfazer necessidades essenciais, principalmente no caso de idosos (as) brasileiros (as), cuja maioria, segundo Teixeira (2008), sobrevive de mínimos sociais.

Como dissemos, 17% também possuem renda advinda de benefícios sociais como o BPC. E, ao considerarmos os critérios estabelecidos para o recebimento desse benefício pela LOAS e outros dispositivos legais, entendemos que essas pessoas não têm como prover sua própria subsistência e nem quem possa mantê-la.

Esses critérios nos permitem também compreender que a assistência social no Brasil acontece de forma focalizada na questão da vulnerabilidade social dessas pessoas, o que é bastante contraditório para uma sociedade onde a desigualdade social se produz e reproduz, não sendo possível mensurar essas condições somente por meio de proventos financeiros.

As políticas de distribuição de renda no Brasil quase que exclusivamente colocam critérios de acesso focados na extrema pobreza tomando por base a condição financeira do possível beneficiário. Mas, conforme já dissemos, baseados em Yazbek (2012), a pobreza no Brasil é estrutural e multidimensional, não sendo proveniente somente da destituição de bens materiais e da má distribuição de renda.

Os dados da Tabela 29 apontam a renda dos (as) pesquisados (as) que não moram sozinhos (as), que em sua maioria mostra-se insuficiente para a promoção de acesso aos bens materiais necessários para sua subsistência e de sua família. Destacamos essa afirmativa levando em conta que a renda dessas pessoas varia de entre 1 e 3 salários mínimos, e o valor do salário mínimo brasileiro que atualmente é de R\$ 880,00, um valor insignificante que garante pouca estabilidade financeira.

Tabela 29 – Renda familiar das pessoas idosas que não moram sozinhas

<b>Valor</b>	<b>Frequência</b>
Não possui renda	0
Menos de 1 SM	0
1 SM	4
2 - 3 SM	11
4 – 5 SM	0
Acima de 5 SM	0
Total	15

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Notamos que a maioria das pessoas que moram com outras pessoas possuem renda de até 3 salários mínimos, e 04 com um salário mínimo. Por outro lado, foi constatado que as

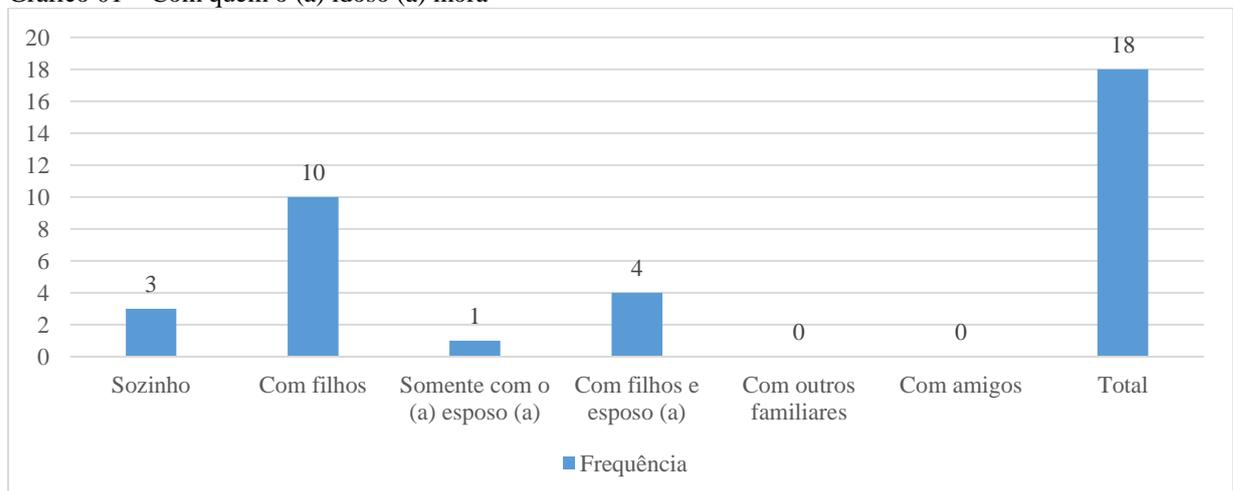
pessoas idosas que moram sozinhas, o que compreende 17% dos pesquisados, sobrevivem com 1 salário mínimo.

Ainda que morem sozinhas não podemos afirmar que levem uma vida segura do ponto de vista financeiro, pois como já dissemos, o valor do salário mínimo é pequeno em relação custo de vida, o qual na velhice, passa a ser maior em decorrência de inúmeras necessidades que surgem dessa condição da pessoa humana.

Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o valor da cesta básica de alimentos segue aumentando a cada ano, ocasionando a redução do poder de compra das famílias com rendimentos menores. Sem falar que, muitas vezes, como já foi dito em outros momentos, assim como o salário do (a) idoso (a) torna-se o único recurso financeiro de inúmeras famílias, em muitos casos ele também serve como complementação de renda já que muitos ainda moram com seus familiares.

No caso dos pesquisados, como certifica o Gráfico 01, 15 deles, ainda moram com seus familiares, e 03 são os que moram sozinhos. Sendo que o fato da pessoa idosa morar com a família pode elevar ainda mais o custo de vida, tendo que em vista as necessidade de bens à subsistência que tendem a aumentar. Dessa forma, o salário da pessoa idosa se configura como complementador de renda familiar.

Gráfico 01 – Com quem o (a) idoso (a) mora



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Conforme o Gráfico, 10 das pessoas idosas moram com os filhos, 04 moram com filhos e esposo (a), e 01 mora somente com o (a) esposo (a). Informações estas, nos dão a possibilidade de entendermos que elas basicamente se inserem em conjunto de família considerada como nuclear ou extensa.

Por outro lado, ao levarmos em conta a ressignificação do conceito de família, o qual se torna amplo a partir dos novos arranjos, não identificamos entre os pesquisados, alguém que compusesse outros arranjos familiares.

A partir da quantidade de filhos dos pesquisados (Tabela 30) temos uma dimensão da extensão das famílias nas quais estes estão inseridos. Vemos, no entanto, que o quantitativo varia, mas de modo geral, a maior parte se mostra bastante extensa.

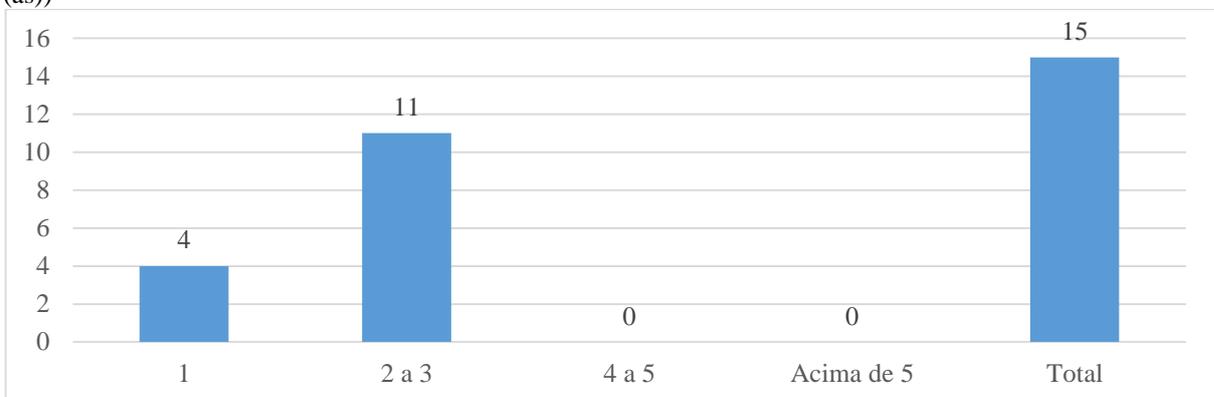
Tabela 30 – Quantidade de filhos por idoso (a)

Quantidade	Frequência	%
2	1	5,5
3	1	5,5
4	1	5,5
5	1	5,5
6	1	5,5
7	2	11
8	1	5,5
9	4	22
10	3	17
12	3	17
Total	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

No Gráfico 02, constatamos que para a renda familiar de 11 dos 15 pesquisados que não moram sozinhos, a contribuição provém de 02 a 03 pessoas, enquanto para 04 idosos (as), a renda é proveniente apenas de 01 pessoa, no caso, intuimos ser do salário do (a) próprio (a) idoso (a), o que corrobora com a assertiva apontada por Lopes (2003) de que o rendimento da pessoa idosa, as vezes, é o único sustento de uma família.

Gráfico 02 – Quantidade de pessoas que contribuem para renda familiar (idosos (as) que não moram sozinhos (as))



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Canôas (1985) e Camarano (2004) evidenciam a existência de pessoas idosas que dependem financeiramente da família por não possuírem rendimentos, mas isso não é o caso dos sujeitos desta pesquisa. Por outro lado, a partir dos dados acima, é notável a existência de famílias que dependem exclusivamente da renda do (a) idoso (a).

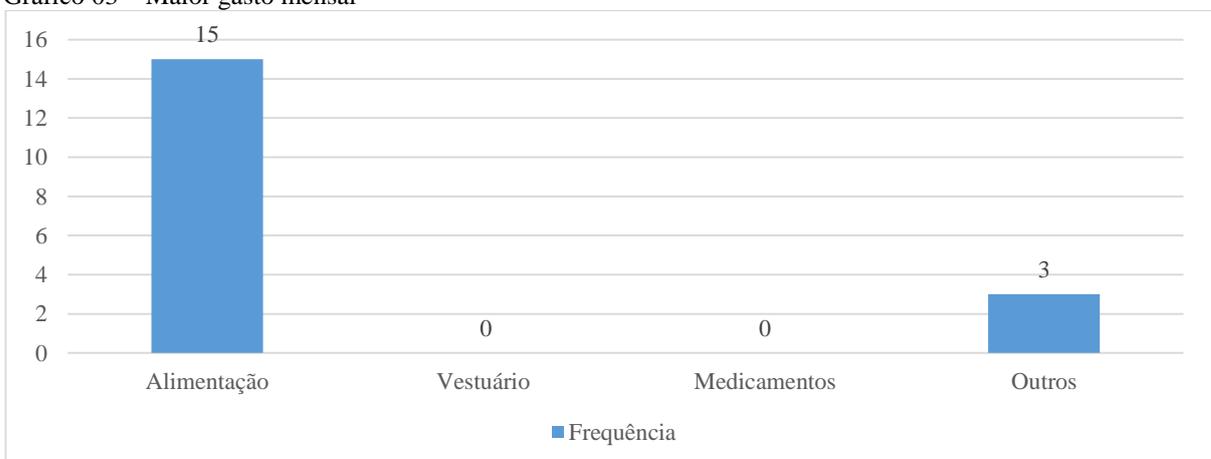
Isso faz com que o seu poder aquisitivo diminua, causando implicações nas suas condições de vida, pois na velhice as necessidades das pessoas aumentam e precisam ser respondidas de maneira específica, no intento de uma vida saudável, já que na velhice muitas dessas necessidades são peculiares.

No dizer de Leite (2009, p. 96), “uma velhice saudável não depende unicamente da ausência de enfermidades, mas também da ausência de fatores de risco que contribuem para o desenvolvimento de uma morbidade”.

Para a autora, a idade das pessoas idosas por si só já se constitui como um fator de risco, além do mais, a população idosa no Brasil não possui condições adequadas de saúde. Nesse sentido, é preciso que idosos (as) desenvolvam hábitos saudáveis e boa alimentação a fim de evitarem os possíveis riscos. o que nem sempre acontece em razão das condições financeiras. E, como já foi aludido, muitos idosos (as) no Brasil sobrevivem de mínimos sociais, e esses mínimos nem sempre são suficientes para que essas pessoas adquiram serviços e bens necessários, como por exemplo, alimentos essenciais à boa alimentação.

A alimentação, por sua vez, constitui-se como o maior gasto mensal para 15 dos pesquisados (6 homens e 9 mulheres). Enquanto para 03 (mulheres) a prioridade é para com outros gastos como, pagamento de contas (energia, água etc).

Gráfico 03 – Maior gasto mensal



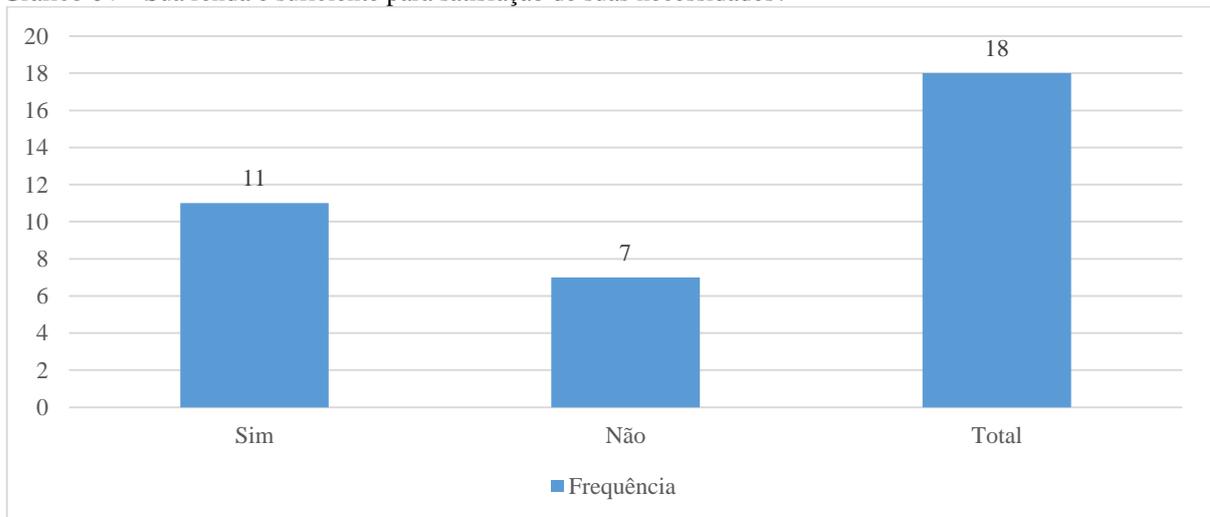
Fonte: Pesquisa de campo/2016

De modo geral, a alimentação ainda soa como prioridade nos gastos financeiros dos (as) idosos (as). Por outro lado, não mais notamos, como constatado na fase anterior a velhice, o gasto com vestuário, e sim com pagamento de contas. Demonstrando que as prioridades nos gastos financeiros mudam com o alcance da velhice.

Não houve, entretanto, registro da prioridade de gastos com medicamentos. Mas isso não significa que os (as) idosos (as) não possuam gastos com remédios. Afinal, apesar de a velhice não ser sinônimo de doença, pessoas idosas estão mais propícias a adquiri-las. E no caso dos sujeitos pesquisados, alguns são acometidos por enfermidades, como veremos ainda neste trabalho.

Mas voltando para a discussão sobre a renda da pessoas idosas, perguntamos a estas se ela é suficiente para suprir suas necessidades. As informações do Gráfico 04 nos permitem verificar que para 11 idosos (as) (5 homens e 6 mulheres) a renda satisfaz suas necessidades, enquanto para 07 (1 homem e 6 mulheres) a renda não se mostra suficiente para supri-las.

Gráfico 04 – Sua renda é suficiente para satisfação de suas necessidades?



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Durante a pesquisa foi recorrente ouvirmos de alguns pesquisados, quando fazíamos tal questionamento, a seguinte expressão: “meio apertado mais dá”. Ou seja, para alguns, a renda se mostra suficiente para satisfação de suas necessidades, porém, com muito esforço para que isso aconteça.

Vale destacar que, o fato da maioria das pessoas idosas possuírem moradia própria, como constatado, já se constitui como algo positivo no que tange a diminuição de gastos, pois o fato de não pagarem aluguel contribui para que o rendimento financeiro se mostre, mesmo com muito esforço, favorável à manutenção de subsistência.

Contudo, é possível apreendermos que, apesar da renda dos pesquisados em sua maioria não ultrapassar uma média de 03 salários mínimos, as informações coletadas indicam que essas pessoas conseguem levar uma vida de, certa forma, com um pouco de tranquilidade numa sociedade de constantes entraves.

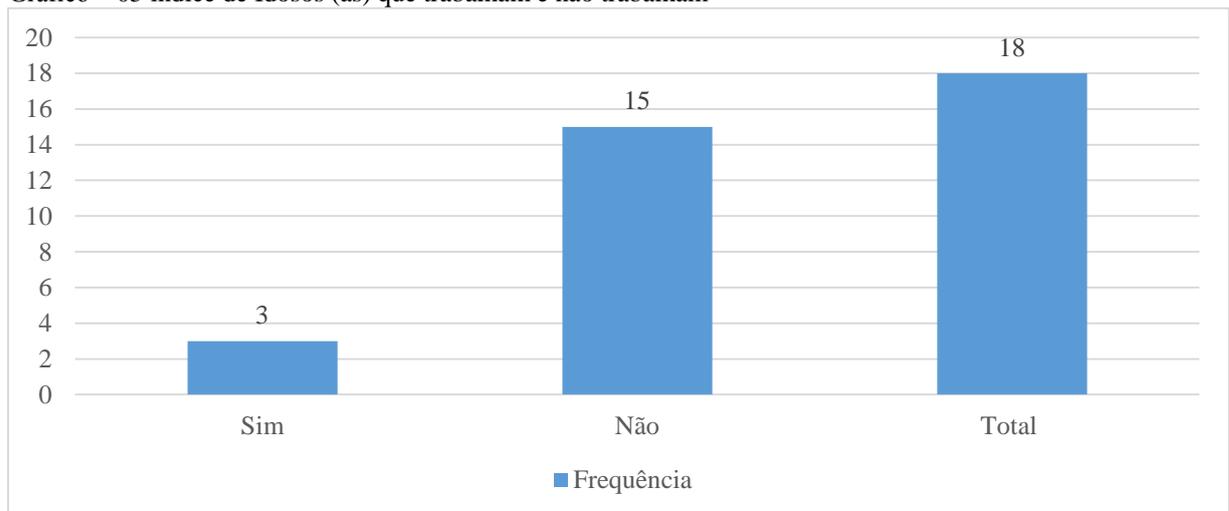
#### 4.5 O cotidiano de pessoas idosas do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”

Sinalizamos neste momento alguns aspectos inerentes ao cotidiano de idosos (as) participantes do CCI “Pastor Lessa” de Parintins. São elementos importantes que por vezes passam despercebidos pela sua pouca valorização. São minúcias de grande relevância capazes de revelar a construção da vida numa sociedade onde as “coisas” se tornam mais valorizadas em detrimento das próprias pessoas e de como elas vivem.

Nesse espaço circundante destacamos elementos inerentes as formas de sociabilidade que nos permitem entender como essas pessoas vivem o seu tempo de velhice na esfera da vida social.

Penetrar no cotidiano dos sujeitos dessa pesquisa nos permitiu verificar conforme informações do Gráfico 05, que ao contrário da vida antes de adentrarem a fase chamada velhice, como evidenciado no item 4.3, atualmente 15 das pessoas idosas não participam mais do mundo do trabalho, apenas 03 delas continuam fazendo parte do processo produtivo.

Gráfico – 05 índice de Idosos (as) que trabalham e não trabalham



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Do ponto de vista ontológico o trabalho é categoria fundante do ser social, pois, a produção e reprodução da vida humana realiza-se através do trabalho. Sabemos também que o

trabalho é um dos elementos primordiais para garantir ao homem a reprodução da vida material como é o caso das 03 pessoas idosas que ainda trabalham mesmo participando do CCI e possuindo renda financeira.

Vale salientar que, das pessoas que responderam ainda trabalhar, duas são do sexo masculino e uma do sexo feminino como mostra a Tabela a seguir. Vemos que um dos idosos (idoso 03) trabalha como vendedor de garrafas e outro (idoso 04) como vendedor de balas. Mas ambos exercem tais atividades por motivos distintos. Quanto à idosa 02, mesmo sendo aposentada respondeu trabalhar na roça somente pelo gosto de exercer esse tipo de atividade no qual sempre trabalhou.

Tabela 31 – Tipo de atividade e motivação das pessoas idosas que trabalham

<b>Atividade</b>	<b>Motivação</b>
Agricultura (idoso 02)	Sempre trabalhou e gosta de trabalhar na roça
Vendedor de balas (idoso 03)	Porque não gosta de ficar parado (a) em casa
Vendedor de garrafas (idoso 04)	Para complementar a renda da família

Fonte: Pesquisa de campo/2016

A partir das motivações elencadas ao fato de exercerem atividades laborativas, é possível sinalizarmos algumas observações. No caso do idoso 04 sua motivação converge com a ideia de que o trabalho configura-se como atividade indispensável à reprodução da vida material. Além do mais, no Brasil de acordo com Lopes (2003), diante do grau de miséria e de instabilidade das famílias, muitas vezes, é a aposentadoria de idosos que alimenta três gerações de uma mesma família.

Levando em conta a pessoa idosa como provedora da casa e o valor da irrisório da aposentadoria no Brasil e também em Parintins, a situação financeira das famílias tende agravar e o (a) idoso (a) enquanto provedor (a) necessita, de alguma maneira, buscar alternativas possíveis de satisfação de suas necessidades vitais de sobrevivência, e de sua família. Frente a isso, o trabalho ainda que não seja formal se mostra como uma alternativa viável, o que nos termos de Matos (2002) consideramos como uma estratégia cotidiana.

Quanto a idosa 02 e ao idoso 03, suas motivações soam como algo subjetivo, pois para além de outros fatores, o trabalho mostra-se como elemento que promove satisfação pessoal. Na sociedade capitalista a saída do trabalhador idoso do mercado de trabalho, seja por via da aposentadoria ou não, soa como uma espécie de desvalorização de sua força de trabalho. Isso acarreta, ainda, perda de sua identidade.

O trabalho não é somente uma via de subsistência, mas também uma necessidade humana para pessoas idosas fora do sistema produtivo, principalmente numa sociedade onde as

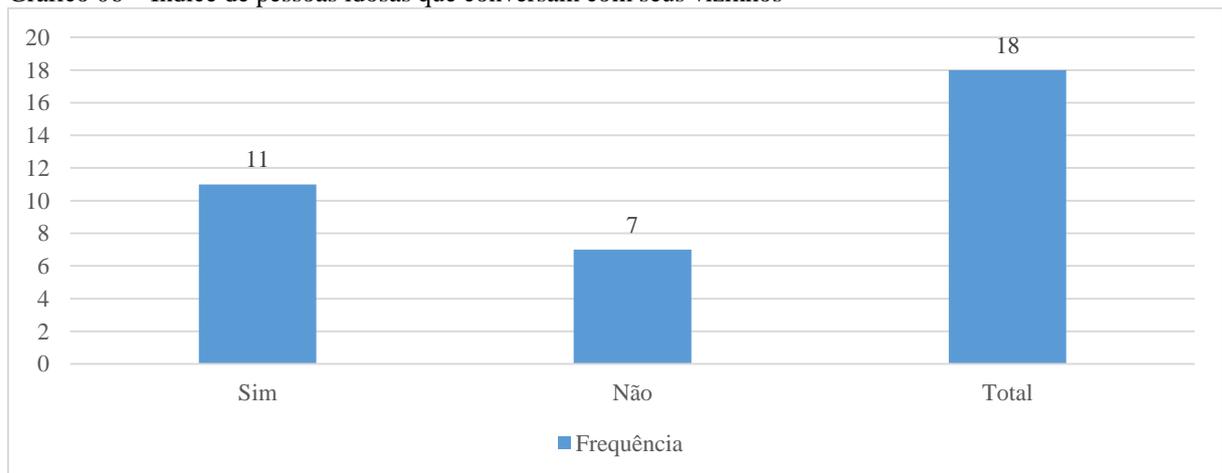
mesmas são obrigadas a assumir outro estilo de vida em razão da maior quantidade de tempo livre. Tempo livre que o homem busca preencher através do trabalho ainda que seja de maneira informal ou conveniente.

Observamos que 15 das pessoas idosas não participam do sistema produtivo, mas buscam formas de se manterem ativas, o que é possível ser explicado a partir da assertiva de Debert (2012) quando sublinha que os signos da aposentadoria, assim como do envelhecimento estão sendo invertidos em prol do mercado consumo, onde a aposentadoria deixa de ser um momento de descanso e recolhimento para se tornar um período de atividade e lazer.

Não estamos dizendo que as pessoas idosas deveriam, necessariamente, exercer atividade laborativa. Afinal, elas já trabalharam durante toda vida. Mas, com mudanças nos signos do envelhecimento, é provável que muitas delas possam estar aderindo a novas possibilidades de alcance de uma velhice mais ativa mediante novas formas de sociabilidade. São possibilidades que não se configuram somente no trabalho. Afinal, o trabalho segundo Martins (2015) é apenas um dos meios de sociabilidade do homem.

Outro aspecto do cotidiano dos pesquisados, está relacionado ao fato de que em Parintins essas pessoas, ainda, possuem hábito de se relacionarem com seus vizinhos. O Gráfico 06 revela que existe um estabelecimento de relação de vizinhança em 11 dos pesquisados (6 homens e 5 mulheres). Por outro lado, mostra que os demais (7 mulheres) não se relacionam com os vizinhos.

Gráfico 06 – Índice de pessoas idosas que conversam com seus vizinhos



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Magalhães (1987) explica que quando na fase ativa, o homem tende a ser o grande produtor e sustentáculo de consumo dos que estão em fase de formação, diga-se, crianças,

adolescentes, jovens e adultos. Mas quando esse homem alcança a meia idade, configurada na fase dos 50 a 60 anos, inicia-se um processo de marginalização e isolamento.

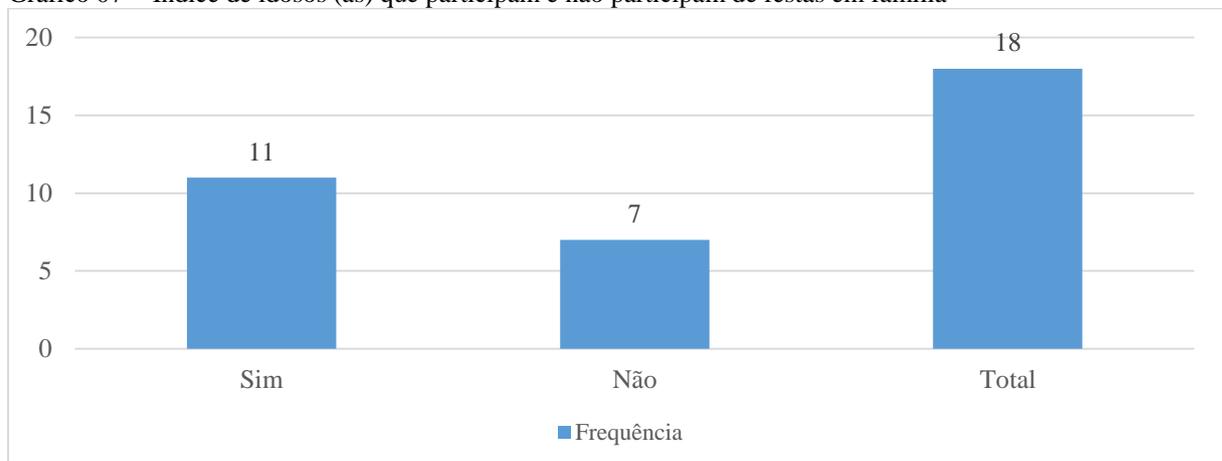
Segundo o autor, é um processo de perdas que diminui o papel do homem também no âmbito familiar, pois o obriga a exercer outras funções dentro da família. Por exemplo, se na fase produtiva ele se constituía como sustentáculo da família e exercia a função de pai, na meia idade sua função fica basicamente relegada a exercer a condição de avô. Para este autor:

[...] Com a perda da função produtiva, as estruturas de sociabilidade se enfraquecem, o mesmo ocorrendo com a perda dos papéis ligados à vida familiar. Os demais papéis espontâneos exercidos por grupos secundários e de vizinhança também se enfraquecem, exceto os que se institucionalizam deliberadamente para compensar as perdas (p. 27).

Tal assertiva é pertinente por nos permitir entender o porquê de 11 dos pesquisados possuírem uma relação de vizinhança, pois como foi verificado anteriormente quase 100% dos (as) idosos (as) não executam mais atividades de trabalho. E, uma vez enfraquecida essa estrutura de sociabilidade, buscam formas de suprir tal necessidade, que por vezes não encontram alento no âmbito das relações familiares as quais também se enfraquecem quando se tornam “improdutivos”.

Conforme o autor citado, entendemos a família também como uma estrutura de sociabilidade importante para o ser humano. Porém, quando não fortalecida pode se configurar com estimuladora de isolamento. Nesse sentido, questionamos aos pesquisados se participam de festas ou reuniões em família. Conforme mostra o Gráfico 07, 11 (4 homens e 7 mulheres) responderam que sim, enquanto 07 (2 homens e 5 mulheres) declararam não.

Gráfico 07 – Índice de idosos (as) que participam e não participam de festas em família



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Durante a aplicação do formulário, dos que declararam não participar de festas em família, alguns, mesmo com sentimento de angústia e tristeza buscavam justificar suas respostas, ainda que isso não tenha sido solicitado. Sublinharam, por exemplo, que os filhos muitas vezes não possuem mais paciência com seus pais e não gostam de conversar e nem de ouvir seus conselhos. Outros, apontaram que quando chega a véspera do natal e ano novo, datas importantes para ser celebrada em família, costumam passar a sós em casa porque os filhos preferem sair para festejar junto com os amigos em outros lugares.

Ao analisar a caracterização da vida e da cultura do velho na cidade de São Paulo, Canôas (1985), destaca que a família assume proporções vantajosas para o idoso. Ao mesmo tempo que ama procura ser amado. Mas nesse âmbito de proporções se ver envolto de inúmeros conflitos. A autora esclarece que o idoso:

[...] Por ter experiência maior de vida, em geral, tenta passá-la para seus familiares, em toda uma atenção afetiva e prática, mas frustra-se, pois as pessoas que os cercam (filhos, netos, ou amigos) querem descobrir e realizar suas próprias experiências. Na maioria das vezes, fecha-se magoado e a família passa a ser fonte de sofrimento (p. 38).

No tocante aos 07 dos idosos de nossa pesquisa em Parintins (Gráfico 07) é provável que haja também esse tipo de conflito, o que não favorece uma boa relação familiar, razão pela qual encontram na relação estabelecida com seus vizinhos, uma alternativa para esquivassem isolamento. Ademais, Debert (2012, p. 83) adverte que, “a persistência de unidades domésticas plurigeracionais não pode ser necessariamente vista como garantia de uma velhice bem sucedida, nem o fato de morarem juntos um sinal de relações mais amistosas entre os idosos e seus filhos”.

A PNI e Estatuto do Idoso, conforme evidenciamos no item 3, preveem que a família também tem responsabilidade perante as pessoas idosas, e estes, por sua vez, têm o direito a convivência familiar e comunitária. Todavia, é notório a partir do exposto no Gráfico 07, que o que consta nesses marcos normativos pouco têm se efetivado, pois é possível inferirmos que 07 dos participantes do presente estudo não possuem vínculos familiares fortalecidos já que não participam de atividades na família que indicam tal fortalecimento.

Vale ressaltar que numa sociedade onde prevalece a lei do mercado e onde cada indivíduo busca alternativas de sobrevivência, os vínculos familiares passam por um processo de enfraquecimento o que pode conseqüentemente ocasionar o fenômeno da solidão do (a) idoso (a) mesmo morando com seus familiares. Esse fenômeno para Vieira (2015), soa como um dos fatores preocupantes em relação aos mesmos.

A solidão pode aparecer no idoso no momento em que seus filhos saem de casa em busca de melhorias de vida (estudo e trabalho) ou formação de outra família; a viuvez; as limitações físicas; a saída do mercado do trabalho que rompe os laços de amizade com seus colegas e amigos (2015, p 03).

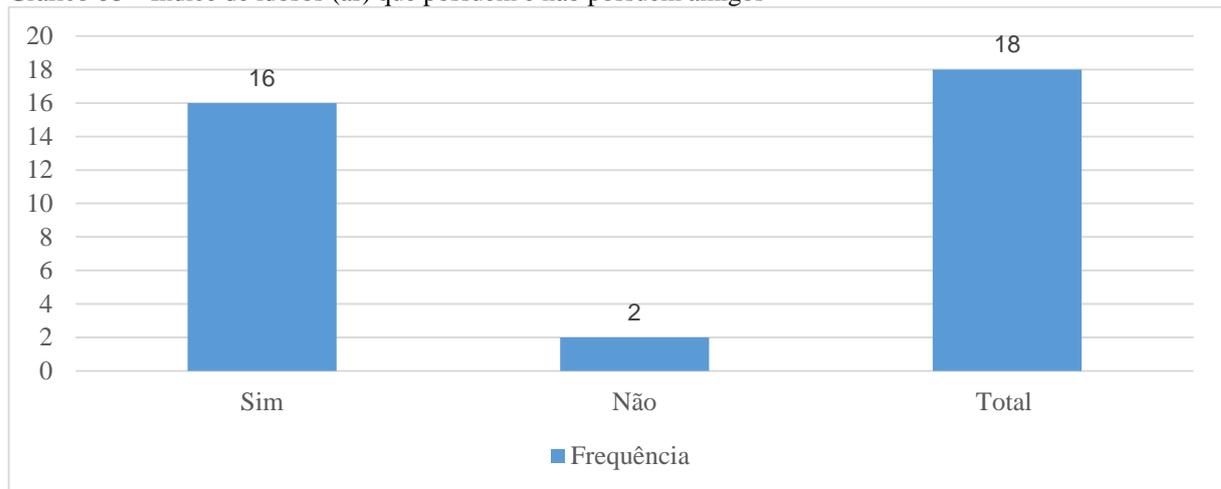
Frente a isso a intervenção do Estado é fundamental, pois além da família o Estado também tem responsabilidade para com demandas emanadas da população idosa. Cabe a ele ofertar os Serviços de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos (SCFV) conforme consta na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Essa Resolução expõe no âmbito da Proteção Social Básica como uma das descrições específicas do serviço para idosos, o foco no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

Apesar dos dados assinalarem não haver uma relação familiar solidificada em 100% dos (as) idosos (as) de nossa pesquisa, eles apontam que a maioria (11) mantêm uma convivência familiar amistosa já que participam de atividades inerentes ao contexto familiar. Mas, mesmo com esse aspecto positivo, concordamos com Viera (2015) ao sublinhar que:

[...] todos os outros idosos que residem com seus familiares, precisam de atenção tanto por parte da família, como da comunidade, sociedade e do poder público, para que assim, se possa efetivar de fato seus direitos a vida, à saúde, à educação, à alimentação, ao esporte, lazer, respeito e o direito de convivência familiar e comunitária (VIEIRA, 2015, p. 03).

Na perspectiva de tomarmos conhecimento se as pessoas idosas do CCI ainda mantêm relação de amizade, questionamos se os mesmos possuem amigos. 16 (5 homens e 11 mulheres) responderam que sim, e 2 (1 homem e 1 mulher) responderam que não (Gráfico 08), o que significa que os últimos não estabelecem esse tipo de sociabilidade em seu cotidiano.

Gráfico 08 – Índice de idosos (as) que possuem e não possuem amigos



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Pelo fato de estarmos lidando com idosos (as) pertencentes ao CCI, dos 16 que responderam possuírem amigos, alguns se direcionavam para laços de amizade criados com outros (as) idosos (as) pertencentes a esta instituição. Outros apontavam como amigos os seus próprios vizinhos. Houve, ainda, os que destacaram como amigos pessoas com quem possuem uma relação de compadrio (no sentido de ser padrinho ou madrinha do filho de alguém e vice versa), uma espécie de relação social fundamentada em aspectos religiosos.

A minoria, ou seja, 02 (dois) dos pesquisados disseram não estabelecerem uma relação de amizade afim de evitarem conflitos promovidos por inúmeras situações, inclusive, fofoca engendrada entre as pessoas.

A relação de amizade, bem como a relação de vizinhança estabelecida são elementos de grande significado para idosos (as), no sentido de evitar a solidão evidenciada por Vieira (2015). E, tomando os estudo de Canôas citado anteriormente, ter amigos na velhice significa compreensão, solidariedade, ter com quem falar, discutir dúvidas, enfim, é uma forma de idosos (as) se sentirem mais seguros (as) diante das adversidades provenientes da sociedade assim como do seio familiar.

Morin (2007) classifica a amizade como a ética da fraternidade a “qual parte de afinidades subjetivas ou chega a elas, transpolíticas, transclassistas, trans-éticas e transraciais como o amor” (p. 107).

Nesse sentido, a amizade na velhice do ponto de vista ético é um suporte positivo numa sociedade onde os instrumentos de sociabilidade se esfacelam e a solidariedade social e afetiva entre as pessoas se tornam mais distantes. Ou seja, a amizade é um elemento fundamental num espaço onde “a solidariedade humana é a primeira baixa causada pelo triunfo do mercado consumidor” (BAUMAN, 2004, p. 96).

Inspirada pelo estilo de vida dominante, a conduta humana passa a ser traçada por um conjunto de valores que limitam e superam suas próprias vontades, sendo, nesse contexto, as afinidades humanas desinteressadas, elementos fundamentais para o estreitamento e solidificações das relações que aos poucos têm se tornado líquidas.

Outra questão revelada na pesquisa diz respeito ao aspecto religioso da vida de idosos (as) em Parintins. Verificamos que 100% dos pesquisados são adeptos a alguma religião. A religiosidade e a fé são elementos fortemente presentes na realidade do povo de Parintins. Constatamos que a religião predominante é a religião católica, correspondendo a 17 pessoas (94%) em relação ao total dos pesquisados. Enquanto, apenas 01 dos pesquisados (5,5%) diz respeito a religião evangélica.

Durante as atividades realizadas no CCI em Parintins, uma fato curioso nos chamou atenção nas observações realizadas. Tem-se o costume, antes do início das atividades, a realização de um momento de oração, o qual para os (as) idosos (as) é indispensável. Momento este geralmente conduzido pela coordenadora do CCI, e na falta desta, pelos monitores

Em um dos dias de atividade quando a coordenadora não estava presente, assim que os (as) idosos (as) chegaram na instituição foram diretamente conduzidos (as) para a realização das atividades físicas, quando uma das idosas perguntou à monitora: Professora, não vamos fazer o momento de oração? A monitora parou o que estava fazendo e disse: vocês querem fazer? Eles responderam que sim, que não podiam iniciar as atividades sem antes rezar e agradecer a Deus. Todos se dirigiram ao auditório para fazer o momento solicitado.

Outro fato que também nos chamou atenção, e passível de críticas, é que os momentos de oração foram (no período da pesquisa) conduzidos de tal maneira que não levaram em consideração a religião de todos os frequentadores do CCI. Como foi observado anteriormente, nem todos os participantes da instituição pertencem a religião católica, todavia, as orações realizadas eram específicas dessa religião, demonstrando a indiferença do CCI quanto a valorização das especificidades religiosas dos que dele participam.

No entendimento de Alves (2006, p. 52):

As pessoas que cuidam dos idosos ou instituições que os acolhem precisam saber respeitar a religiosidade manifestada pelos idosos, porque isso faz parte do trato humano. Não se pode aproveitar da eventual fraqueza mental ou física do ancião para impor-lhe uma religião. Respeitar e cultivar a religiosidade do idoso é ajudá-lo a descobrir os valores humano-religiosos de sua idade e a viver esse tempo de sua existência na serenidade e na paz que só Deus sabe dar.

Não estamos dizendo que o CCI está tentando impor algum tipo de religião aos participantes, o que pontuamos é a valorização da pluralidade religiosa entre os (as) idosos (as). Seguindo a racionalidade do autor supracitado, a espiritualidade é salutar diante das inconsistências da sociedade moderna que valoriza a juventude e envolve a velhice em um universo de rejeição, preconceitos e exclusão. Todavia, a diversidade religiosa e as peculiaridades de cada uma deve ser respeitada.

Em meio a agitação do cotidiano, num tempo repleto de mitos e preconceitos onde as pessoas querem viver bem mas não desejam envelhecer, a espiritualidade pode ajudar a pessoa idosa a saber parar para contemplar as coisas do dia a dia, auxiliar na aceitação da realidade de si mesmo e do próprio ciclo de vida como uma realidade única e inevitável (ALVES, 2006).

Frequentar determinada religião pode ser um elemento muito importante para o enriquecimento da espiritualidade de idosos (as), mas o estudo revela também que essas pessoas encontram na religião um aparato para a interação social por meio de participação em atividades da igreja. 08 dos pesquisados (3 homens e 5 mulheres) disseram se envolver em atividades específicas da igreja onde frequentam, e 10 (3 homens e 7 mulheres) declaram não participar.

Como vemos, as pessoas idosas do CCI não participam apenas de atividades formais, diga-se missas ou cultos religiosos, das igrejas onde frequentam. A nível de valorização de preceitos cristãos e na busca de bem estar subjetivo eles procuram integra-se de maneira específica em atividades ou movimentos (Tabela 32) que são promovidos pela igreja ou inerentes à comunidade religiosa.

Dos 08 idosos que afirmaram se envolver em atividades da igreja, todos pertencem a religião católica. É observável na referida Tabela que 03 das pessoas idosas participam da Congregação Mariana, 02 participam do Apostolado da oração, 01 da Pastoral da criança, 01 da Pastoral do dízimo e 01 de vendedor em quermesse.

Tabela 32 – Atividades específicas que os (as) idosos (as) se envolvem na igreja

<b>Atividade</b>	<b>Frequência</b>
Congregação Mariana <sup>27</sup>	3
Apostolado da oração <sup>28</sup>	2
Pastoral da criança <sup>29</sup>	1
Pastoral do dízimo <sup>30</sup>	1
Vendedor (a) em quermesse	1
Total	8

Fonte: Pesquisa de campo/2016

A participação nesses movimentos da igreja acontece de forma voluntária e geralmente são pessoas aposentadas ou pessoas de meia idade que mais se voluntariam. Em Parintins, em celebrações religiosas da Igreja Católica, principalmente nos festejos em honra a Nossa Senhora do Carmo, é recorrente vermos muitos (as) idosos (as) que integram o Apostolado da oração e a Congregação Mariana participando com afinco durante todos o período dos festejos. Assim como é possível observarmos todos os domingos, para além dos festejos da padroeira, pessoas idosas se dirigindo para a catedral de Nossa Senhora do Carmo e outras paróquias para participarem da celebração das missas que acontecem no horário das 6:00 da manhã.

Ao considerarmos que todos os pesquisados possuem uma religião, indagamos aos mesmos se quando eles vão à igreja costumam ir sozinhos ou acompanhados. Dos 18 idosos 10 responderam que vão sozinhos e 08 disseram irem acompanhados. Os que vão sozinhos, ainda que não fosse preciso justificar, disseram não irem acompanhados porque moram perto da igreja onde frequentam. E, dos que vão à igreja acompanhados, 05 vão com suas esposas ou seus maridos, 03 vão na companhia dos filhos e 01 na companhia do neto.

Ademais, percebemos existir no cotidiano dos (as) idosos (as) também uma questão de fé manifestada na religiosidade dos mesmos, o que mostra que a força da religiosidade ainda persiste na vida dessas pessoas, pois como vimos no item 4.3, a vida religiosa já fazia parte do cotidiano de 94% dos pesquisados. Vale enfatizar que a fé segundo Heller (2008), também desempenha um papel importante na vida cotidiana.

<sup>27</sup> É uma associação pública, formada por leigos católicos, que procuram seguir melhor o Cristianismo através de uma vida consagrada à Mãe de Deus, a Virgem Maria.

<sup>28</sup> O Apostolado da Oração (AO) é um caminho espiritual que a Igreja propõe a todos os cristãos para os ajudar a ser amigos e apóstolos de Jesus Ressuscitado na vida diária.

<sup>29</sup> A Pastoral da Criança, organismo de ação social da CNBB, alicerça sua atuação na organização da comunidade e na capacitação de líderes voluntários que assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania tendo como objetivo o "desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político.

<sup>30</sup> A pastoral do dízimo, enquanto prioridade missionária, deve contribuir para que o dizimista estabeleça um relacionamento de gratidão a Deus, de partilha com os irmãos e de co-responsabilidade na comunidade. O dízimo deve ser entendido como um meio de participar da grande missão da Igreja, a evangelização.

Sendo assim, concordamos com Ellison (1991) *apud* Cardoso e Ferreira (2009) ao assinalarem que envolvimento religioso é capaz de proporcionar à idosos (as) benefícios cognitivos, por influenciar na forma como os indivíduos percebem suas experiências, aumentando assim seus sentimentos de auto eficácia, de amor próprio, de controle e de segurança pessoal.

É importante lembrar que o cotidiano de pessoas idosas em Parintins não se resume somente às questões religiosas, até porque neste município o profano também integra a realidade social. É possível percebermos, quando questionamos sobre a participação em eventos culturais, que estes também fazem parte da vida do (a) idoso (a) parintinense, ainda que em menor frequência em relação à vida precedente à velhice. 08 dos pesquisados (3 homens e 5 mulheres) afirmaram participar. Por outro lado, 10 deles (3 homens e 7 mulheres) responderam que não.

A partir de tal indagação sobre essa participação em eventos ou festas culturais na cidade, foi possível identificarmos, conforme consta na Tabela 33, quais eventos os 08 pesquisados cuja resposta foi positiva participam.

Tabela 33 – Eventos culturais em que os (as) idosos (as) participam

<b>Eventos</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Pastorinha	-	3
Boi-bumbá	1	1
Carnaval	1	1
Outros (quadrilha; arraial)	1	
Total	3	5

Fonte: Pesquisa de campo/2016

As informações reafirmam que, tanto pessoas idosas do sexo feminino quanto do masculino, participam dos eventos culturais. E, assim como na vida antes da velhice, a Pastorinha se destaca como evento de maior nível de participação das pessoas idosas. Afinal, existe em Parintins o “Festival de Pastorinha” que acontece todos os anos no mês de dezembro, é um evento tradicional também baseado em aspectos religiosos. A Pastorinha segundo Neves (2010, p. 100), “é uma cultura popular tradicional, de origem ibérica, que celebra o nascimento de Jesus Cristo e é geralmente mais predominante no nordeste do país, onde é chamada também de pastoril”.

Em segundo lugar destaca-se a festa do boi-bumbá, conhecida como “Festival Folclórico de Parintins”. É uma das festas mais tradicionais da cidade e conhecida

mundialmente. Nesta festa, pessoas idosas participam de diversas formas, seja na “velha guarda” dos bois<sup>31</sup>, na batucada ou marujada<sup>32</sup>, na vaqueirada ou mesmo nas representações cenográficas durante as apresentações dos bois Garantido e Caprichoso na arena do bumbódromo<sup>33</sup>.

Dos frequentadores do Centro de Convivência, uma das idosas afirmou participar da brincadeira de boi-bumbá como integrante da batucada. Quanto aos homens, apenas um deles apontou brincar como integrante da vaqueirada do boi Garantido. Mas existem outros que brincam de forma indireta através da participação nos ensaios dos bois que acontecem nos chamados “currais”.

Vemos, ainda, que duas pessoas responderam participar das festas de carnaval na cidade. Importa dizer que todos os anos o Programa do Idoso do município leva as pessoas idosas para participarem diretamente da festa de carnaval de Parintins conhecida como “Carnailha”. Essa participação acontece através do “Bloco da melhor idade”, o qual é integrado por idosos e idosas de todos os núcleos do Programa, inclusive do CCI “Pastor Lessa”.

Outros eventos destacados são os arraiais de santo da igreja católica e as quadrilhas. Em Parintins também existe o festival de quadrilha, um evento que antecede e abre o Festival Folclórico de Parintins, citado anteriormente. Mas, a quadrilha faz parte de eventos, como as festas juninas, também realizadas pelo Programa do Idoso todos os anos, e das quais as pessoas idosas participam.

Isso mostra que a cultura popular é parte dos modos de vida de idosos (as) do CCI, os quais se expressam nas suas práticas cotidianas. Percebe-se, pelo exposto, que muitas dessas práticas se realizam seja no sagrado ou profano. Mas, mesmo mediante sagrado ou profano, esses eventos tendem a causar impactos positivos no viver de idosos (as) que deles participam, nesse caso, dos frequentadores do CCI.

Quanto à idosos (as) que não participam de eventos culturais, dizer que os mesmos não tenham interesse em participar não pode ser tomada como razão única, pois como inferimos em linhas anteriores, existem relações familiares que se mostram enfraquecidas. Além do mais, foi explicitado também que 10 pesquisados frequentam as igrejas desacompanhados. Isso leva a deduzirmos que demais idosos (as) que não participam de eventos culturais podem até sentir interesse ou vontade de participar, mas por alguma motivo não o fazem.

---

<sup>31</sup> Constitui-se dos antigos brincantes dos bois de Parintins que têm uma vida dedicada aos bois.

<sup>32</sup> Conjunto de ritmistas que tocam durante as apresentações dos bois na arena do bumbódromo.

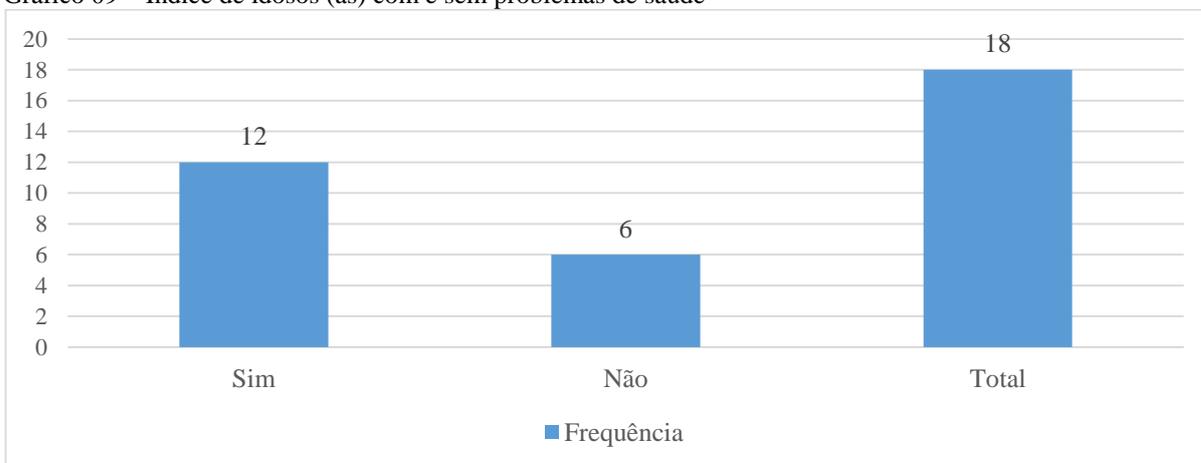
<sup>33</sup> Centro de Convenções onde os bois garantido e caprichoso se apresentam durante o Festival Folclórico de Parintins.

Vários são os determinantes para a vivência de uma velhice com qualidade, algo que depende sobretudo da oferta de oportunidades e de boas condições para a reprodução dos indivíduos no âmbito da sociedade, seja ela qual for. A longevidade, de acordo com Leão (2015, p. 95), “é, sem dúvida, um triunfo. Mas se ganhamos em anos de vida, é preciso mais ainda condições de poder vive-los com dignidade”.

E no que tange a saúde das pessoas idosas, esta pode ser considerada como consequência proveniente do alcance dessas condições. Nesse sentido, a saúde é um fator primordial para a vivência de uma velhice com qualidade. Mas é inegável que nessa fase da vida as pessoas se tornam mais suscetíveis aos malefícios da saúde, o que não quer necessariamente dizer que a velhice seja sinônimo de doença.

No Gráfico 09 podemos verificar que das pessoas idosas de nossa pesquisa, 12 (3 homens e 9 mulheres) possuem algum problema relacionado à saúde, e 06 (3 homens e 3 mulheres) não possuem nenhum problema. O que denota que dessas pessoas a maioria está acometida de alguma doença.

Gráfico 09 – Índice de idosos (as) com e sem problemas de saúde



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Além de identificarmos quantas pessoas possuem problemas de saúde, constatamos também quais doenças elas possuem. Verificamos, assim, que o reumatismo é o problema de saúde que mais se sobressai, pois dos 12 sujeitos, 04 são acometidos por essa doença. Simultaneamente, em segundo lugar, estão problemas de gastrite e diabete (02 idosos respectivamente). E posteriormente os problemas respiratórios, labirintite e esquecimento (01 idoso respectivamente).

O diagnóstico desses problemas de saúde nos leva a refletir sobre o porquê da compra de medicamentos não ser prioridade no que tange ao gasto mensal das pessoas idosas deste

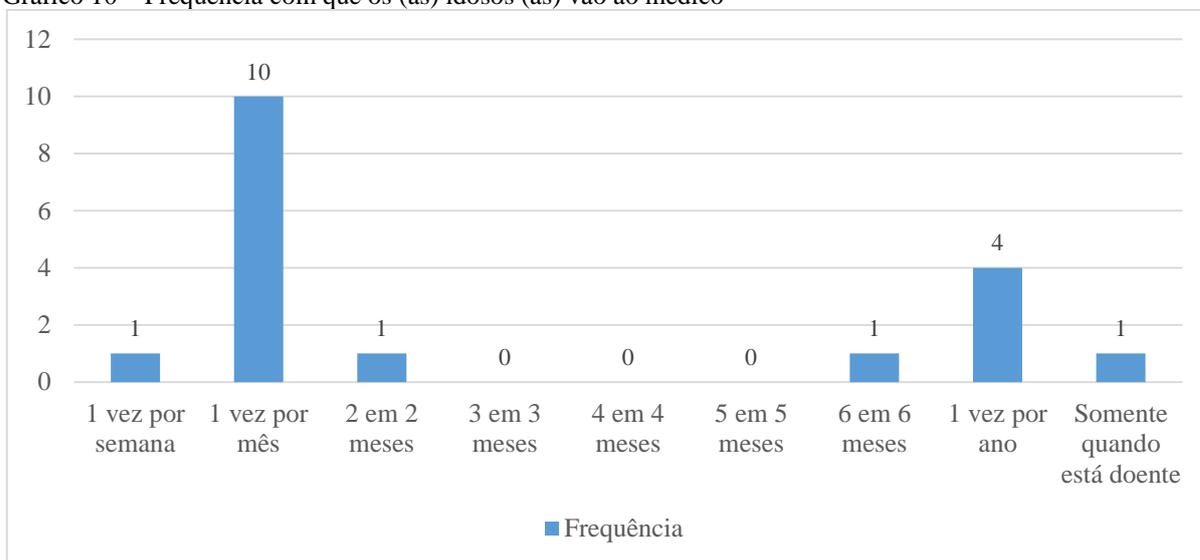
estudo, como mostrado no item 4.4. Poderíamos dizer que a situação financeira tende a gerar outras prioridades como as que foram constatadas. Mas, por outro lado, portar qualquer tipo de doença não representa à estes a isenção de uma vida ativa a não ser em estado de adoecimento crônico e irreversível.

Os (as) idosos (as) do CCI, como vimos, participam das atividades da instituição, nela encontram melhorias para sua saúde, oportunidades para lidar com os seus problemas diários e ainda participam de outras atividades externas ao CCI. Além do mais muitas dessas pessoas exercem atividades importantes da vida diária como veremos mais adiante.

Ao levarmos em conta que o envelhecimento também diz respeito a uma questão fisiológica, pois sabemos que a medida que os indivíduos vão envelhecendo suas funções orgânicas também sofrem algumas alterações que os tornam mais fragilizados e vulneráveis a obtenção de patologias, perguntamos aos pesquisados com que frequência eles vão ao médico.

Dos 18 pesquisados 10 declararam ir uma vez ao mês, 04 uma vez a cada ano, 01 uma vez por semana, 01 dois em dois meses, 01 vai de seis em seis meses e, 01 somente quando está acometido de alguma doença (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Frequência com que os (as) idosos (as) vão ao médico



Fonte: Pesquisa de campo/2016

O fato de 10 dos pesquisados irem ao médico uma vez a cada mês se mostra como algo positivo, pois revela preocupação dos mesmos com seu bem estar, e assim buscam prevenção e controle de doenças, uma preocupação que não pode acontecer somente quando atingidos por alguma anormalidade na saúde como é o caso de 01 dos idosos.

Nesse sentido, entendemos que a não prioridade dos pesquisados com a compra de medicamentos pode estar relacionada com o fato de os mesmos manterem uma vida ativa e realizarem o tratamento da saúde de forma preventiva indo com frequência a consultas médicas bem como participando das atividades realizadas no CCI, reduzindo, desta forma, o uso de medicamentos e, portanto, a prioridade na aquisição dos mesmos.

Foi também perguntado se quando eles vão ao médico vão sozinhos ou acompanhados. 13 responderam que vão sozinhos e 05 disseram que vão acompanhados. Dos que vão ao médico sozinhos, 03 vão porque gostam, 07 porque não tem quem os acompanhe e 03 por outros motivos, dentre os quais, porque moram próximo ao Centro de Saúde.

É recorrente ouvirmos alguém fazer referência às pessoas idosas como aquelas que voltam a ser criança, como se não fossem capazes de tomarem decisões próprias. No entanto, quando afirmam gostarem de realizar consultas médicas desacompanhadas, de alguma forma, estão nos dando subsídios para refutarmos essa ideia. Ir ao médico ou a qualquer outro compromisso sem companhia e por gostar pressupõe uma questão de autonomia e de independência, indo de encontro com ideias equivocadas que compreendem os (as) idosos (as) como seres dependentes e destituídos de autonomia e sem liberdade.

Por outro lado, não possuir companhia para ir ao médico pode ser reflexo de mudanças imprimidas no seio da sociedade capitalista as quais conseqüentemente tendem a influenciar também nas relações familiares. Teóricos (CATTANI, 2005; ANTUNES, 2011; TEIXEIRA, 2008) explicam que com a afirmação do trabalho abstrato se redefinem também as relações produção, e o homem se ver obrigado a fazer parte desse processo com o qual sofre duras perdas, especificamente no capitalismo moderno onde o mercado de trabalho mostra-se mais competitivo.

A falta de companhia pode ser explicada pelo fato de os membros da família se dedicarem exclusivamente ao trabalho e não terem tempo suficiente para acompanhar seus anciãos em certas ocasiões. Ou seja, por questão de subsistência as pessoas são obrigadas a dedicar mais tempo à dinâmica estabelecida pelo sistema em detrimento das questões familiares. Por exemplo, idosos (as) afirmaram irem desacompanhados (as) ao médico pelo fato de seus filhos trabalharem e não terem tempo disponível para fazer companhia.

Em se tratando de saúde, sabemos que esta depende sobretudo da disponibilidade de boas condições para que o indivíduo se reproduza socialmente. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde– OMS, “recomenda que políticas de saúde na área do envelhecimento devem levar em consideração os determinantes da saúde ao longo de todo curso de vida” (VERAS E CALDAS, 2009, p. 68).

De acordo com a Lei 8.080 que dispõe sobre a Lei Orgânica da Saúde, a saúde possui vários determinantes como a questão da moradia, trabalho, saneamento básico, alimentação, transporte, educação etc. São elementos que se traduzidos em ganhos reais na vida das pessoas geram possibilidades de bem estar físico, mental e social evitando, deste modo, as situações de enfermidades.

No que concerne à alimentação enquanto determinante da saúde perguntamos aos idosos quantas refeições eles consomem diariamente. 11 responderam que realizam 04 refeições por dia, 04 fazem 05 refeições diárias e, 03 fazem 03 refeições.

Entretanto, sabemos que a quantidade de refeições não é sinônimo de boa alimentação, e uma alimentação de qualidade é fundamental para a saúde das pessoas, mas para a alimentação ter qualidade é necessário que contenha certa riqueza nutricional. Nesse sentido, indagamos aos pesquisados quais alimentos eles mais consomem.

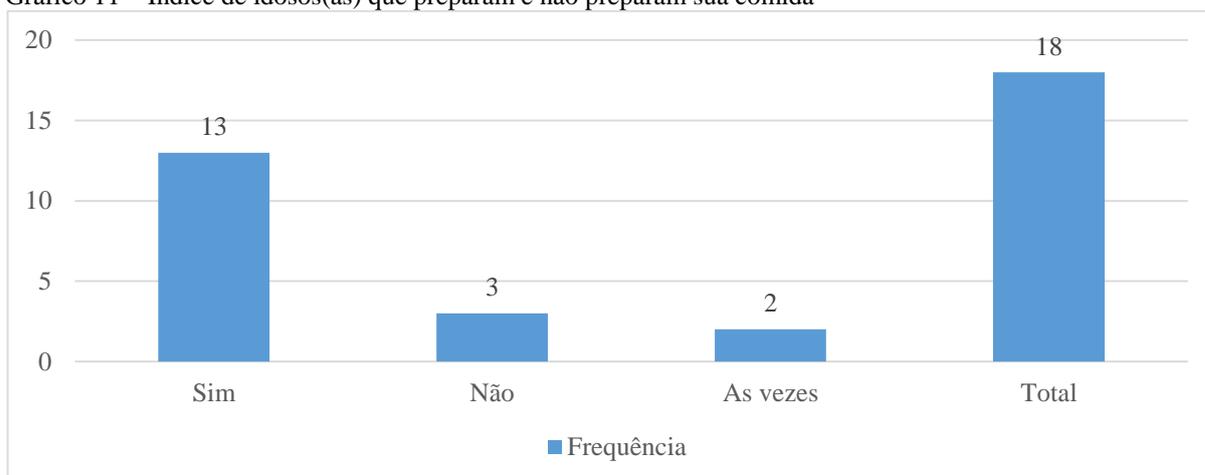
As informações coletadas sinalizam o peixe como o alimento mais consumido, ou seja, 10 dos pesquisados encontram no peixe seu alimento principal. A carne, por sua vez, se revela como o segundo alimento mais consumido, ou seja, 07 pessoas têm a carne como alimento de maior consumo, seguida da alimentação especial tendo consumo maior para 01 pessoa.

Não podemos esquecer que a base alimentar dos primeiros habitantes da região amazônica, diga-se os indígenas, se constituía de bens naturais os quais eram provenientes da pesca e da caça de animais. Se compunha, ainda, de culturas agrícolas a qual se configurava no cultivo de frutos silvestres e palmeiras de palmito (BATISTA, 2007).

No contexto atual, juntamente com a farinha, alimento derivado da mandioca, o peixe ainda é considerado como principal alimento dos povos da Amazônia, embora não haja tanta fartura deste último como em períodos precedentes. Isso explica porque o consumo de peixe é maior entre os (as) idosos (as) de Parintins. Além disso, a pecuária também é o potencial econômico do município, e na escassez do pescado ou no seu alto preço, a carne torna-se o segundo alimento mais consumido.

Em se tratando de atividades da vida diária, foi possível notar nas pessoas idosas em Parintins certa liberdade na realização de tarefas. Dados do Gráfico 11 revelam que 13 dos pesquisados (3 homens e 10 mulheres) preparam sua própria comida, 03 (2 homens e 1 mulher) não a fazem e 02 (1 homem e 1 mulher) preparam algumas vezes.

Gráfico 11 – Índice de idosos(as) que preparam e não preparam sua comida



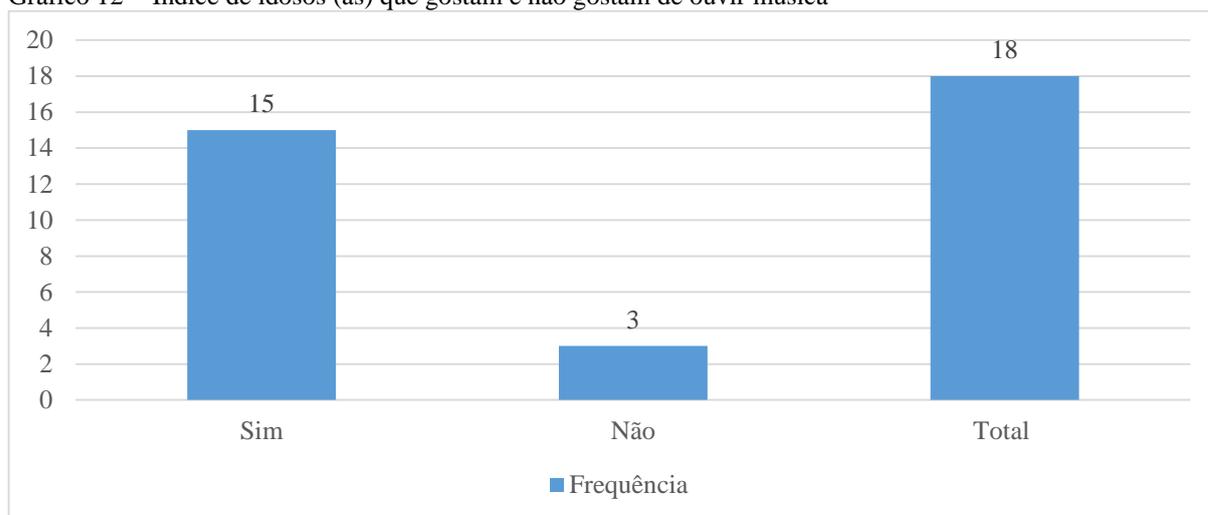
Fonte: Pesquisa de campo/2016

Das 13 pessoas cujas repostas foram sim, 10 delas justificaram que gostam de preparar sua própria comida, 02 disseram que não gostam que os outros façam e, 01 delas respondeu que não tem quem possa fazer.

Decidir sobre a preparação de seus alimentos ou sobre qualquer outra tarefa denota que possibilidades de escolha estão presentes na vida de idosos (as) em Parintins, assertiva que corrobora com o que Morin (2007) classifica como a ética da liberdade, a qual é justamente reconhecida na possibilidade de escolha dada ao indivíduo.

As atividades diárias de idosos (as) não se limitam somente na realização de trabalhos domésticos e a participação no Centro de Convivência. As informações que se seguem comprovam que também exercem outras atividades que, por vezes, nos parecem corriqueiras, mas em se tratando de pessoas idosas, possuem muitos significados. Por exemplo, o Gráfico 12 expõe que 15 dos pesquisados (04 idosos e 11 idosas) gostam de ouvir música. Por outro lado, 03 (02 idosos e 01 idosa) não gostam.

Gráfico 12 – Índice de idosos (as) que gostam e não gostam de ouvir música



Fonte: Pesquisa de campo/2016

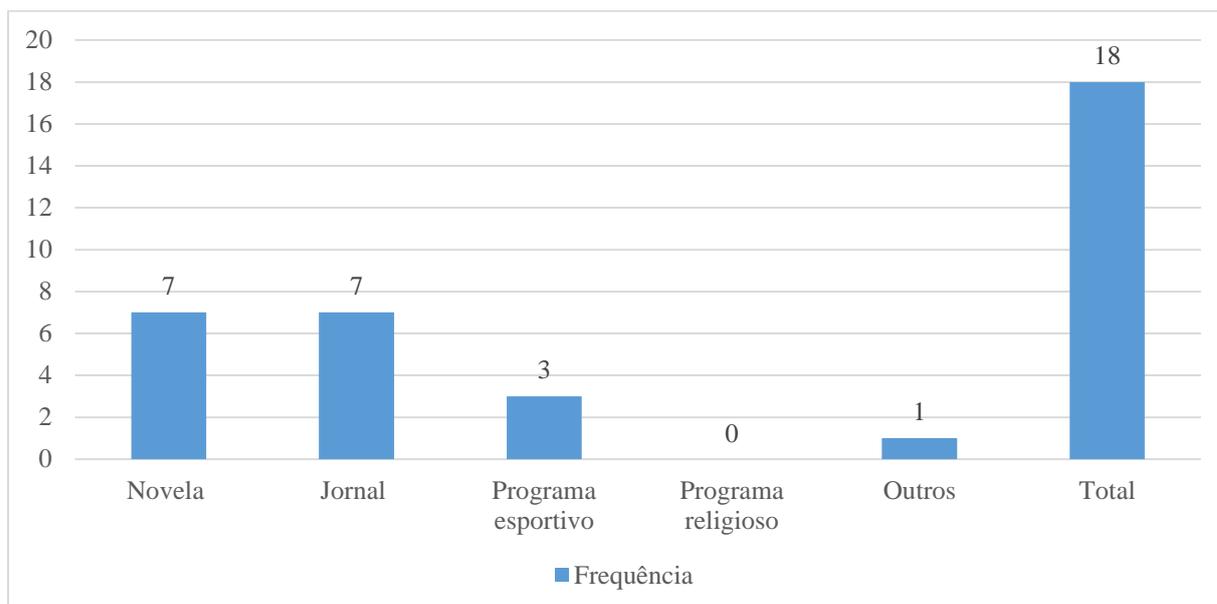
Ouvir música é uma atividade bastante habitual, especificamente entre a população considerada mais jovem. Quem nunca viu um jovem em logradouros públicos, nas escolas, nas universidades ou mesmo dentro de um transporte público usando fone de ouvido para ouvir música?

Sim, a música faz parte da rotina de jovens, mas observamos está presente também na rotina das pessoas idosas como as que frequentam o CCI. Pode não ser da mesma forma e na mesma proporção, até porque jovens e idosos (as) não possuem os mesmos gostos musicais, são grupos cujos estilos de vida são bastantes distintos e peculiares.

No caso das pessoas idosas a música está ligada à questões muito particulares, como mostra o estudo de Canôas (1985) já citado, onde autora assevera que a música na vida de idosos (as) representa algo muito especial que desemboca na condição de tranquilidade e bem estar. Por essa razão, afirmar gostar de ouvir música, não significa que o (a) idoso (a) gosta do mesmo estilo musical que um jovem. Inclusive, nesse mesmo estudo, as pessoas idosas reclamavam do excesso de músicas estrangeiras que eram tocadas no rádio, sendo que suas aspirações eram por ouvir e cantar músicas antigas.

Assistir televisão também é atividade peculiar na vida diária de idosos (as). Quando perguntamos se gostam dessa atividade, todos foram unânimes em dizer que gostam, ou seja, 100% dos pesquisados gostam de assistir televisão. Conforme expõe o Gráfico 13, foi possível identificarmos quais tipos de programa eles gostam de assistir.

Gráfico 13 – Programas de televisão que os (as) idosos (as) assistem



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Notamos que simultaneamente as novelas e os telejornais se sobressaem entre os tipos de programa que as pessoas idosas mais assistem. Isso evidencia que em maior grau o entretenimento pela dramaturgia e a obtenção de informações integram o dia a dia de idosos (as) em Parintins. Além disso, 03 dos pesquisados assistem programa esportivo e, 01 a outros tipos de programação.

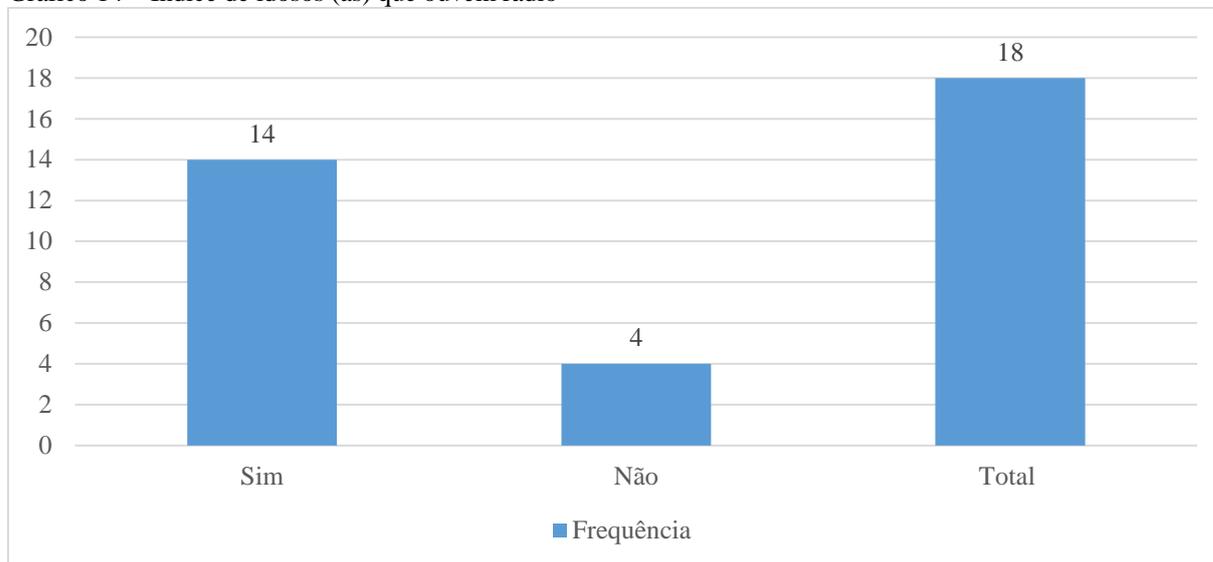
Durante a pesquisa de campo foi perceptível que algumas pessoas costumam interagir com as outras a partir de situações vivenciadas e visualizadas no cotidiano. Em alguns momentos observamos mulheres conversando sobre situações ocorridas em determinadas novelas que haviam assistido. Inclusive, quando aplicávamos o instrumental de pesquisa com uma das idosas, no momento em que dizia gostar de assistir novela, a mesma se pôs a narrar o que havia acontecido em uma determinada novela.

Nosso estudo corrobora com o estudo de Canôas (1985), pois ver televisão também foi identificado como primeiro instrumento de entretenimento de idosos (as), onde quase todos possuem o hábito diário de assistir suas programações. No caso de idosos (as) em Parintins, notamos que a televisão além de ser um instrumento para o entretenimento, também se configura a partir dos conteúdos de sua programação, como instrumento de socialização entre essas pessoas. Essa é uma questão cultural muito presente no contexto parintinense.

Para além de assistir televisão, 14 dos pesquisados (5 homens e 9 mulheres) em Parintins também evidenciam que gostam de ouvir rádio, ao contrário de 04 (01 homem e 03

mulheres) idosos (as). O que pode ser constatado a partir das informações registradas no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Índice de idosos (as) que ouvem rádio



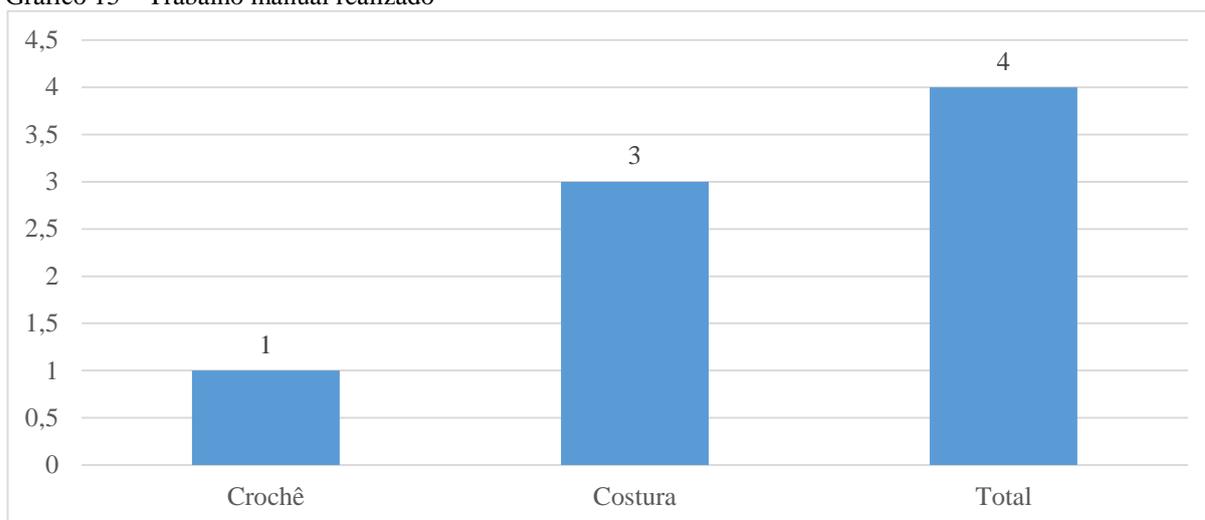
Fonte: Pesquisa de campo/2016

Ouvir rádio em Parintins é muito comum entre seus habitantes tanto da zona rural quanto da zona urbana. O rádio é o principal instrumento de comunicação do município com maior alcance de público. Afinal, se constitui em um veículo de comunicação polissêmico onde o indivíduo não precisa necessariamente deixar de realizar suas atividades diárias para ouvir a programação (SILVA et. al., 2014).

Tais autores apontam, ainda, que as pessoas aderem ao rádio enquanto veículo de comunicação por este se caracterizar pela sua instantaneidade onde as pessoas ficam sabendo rapidamente de notícias a respeito do que acontece na cidade. Mas pelo seu caráter polissêmico entendemos ser um meio de informação que se adéqua aos modos de vida de muitos moradores de Parintins.

Uma pessoa, por exemplo, pode muito bem realizar alguma atividade doméstica e ao mesmo tempo escutar o que se passa na cidade através do rádio, pois como já foi dito tem pessoas idosas que gostam de preparar sua própria comida. Ademais, conforme revela o Gráfico 15, 04 pessoas realizam trabalho manual, tais como costura (03 idosas) e crochê (01 idosa). As outros 14 pessoas não fazem esse tipo de trabalho.

Gráfico 15 – Trabalho manual realizado



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Tomando por base o pensamento de Sttel (2001), Trindade (2013, p. 88) sinaliza “que somos herdeiros de tradições ibéricas que ainda hoje têm forte influência sobre o nosso modo de ser e pensar, nossas crenças e esperanças, nossos hábitos e formas de relacionamento”.

Nessa perspectiva foi constatado que idosos (as) do CCI em Parintins também são detentores de conhecimentos tradicionais que, nesse caso, se configuram pela produção de remédio caseiro e pela prática da “puxação de desmentidura<sup>34</sup>”. Por exemplo 13 pessoas sabem preparar remédios caseiros. Apenas 05 destacaram não serem detentores desse saber. Quanto a prática da “puxação de desmentidura” apenas 04 responderam que sabem realizá-la. Enquanto 14 afirmaram não saber praticá-la.

As atividades que integram a vida diária de idosos (as) em Parintins, assim como suas habilidades e seus conhecimentos nos fornecem subsídios para compreendermos como se constitui o modo de vida dessas pessoas numa sociedade maléfica onde o ser humano é condicionado a viver sob seus efeitos deletérios que se configuram como obstáculos a vivência de uma vida plena de cidadania.

Em muitos casos, sob tais circunstâncias, as pessoas são obrigadas a mudar de vida, cujas nuances se engendram e refletem no próprio cotidiano. Pontuamos essa assertiva dada a constatação de que 12 dos pesquisados nem sempre moraram na cidade de Parintins, como verificado no Quadro 02. Apenas 06 pessoas afirmaram sempre terem morado em Parintins.

<sup>34</sup> “A desmentidura é uma forma de luxação, deslocamento ou torção de articulações, músculos ou tendões, que pode ser ocasionada por queda, esforço físico excessivo, contusão em jogo de futebol, pisada falseada, dentre outras ocorrências (ANDRADE, 2015, p. 224).

Quadro 02 – Localidade de moradia dos (as) idosos (as) antes de residirem em Parintins

<b>Identificação</b>	<b>Localidade onde morava</b>	<b>Motivo pelo qual veio morar em Parintins</b>
Idosa 2	Uaicurapá (zona rural de Parintins)	Porque conseguimos uma casa para morar em Parintins
Idosa 3	Com. do Itaborá (zona rural de Parintins)	Porque vim trazer meus filhos para estudar, porque lá no interior não tinha estudos pra eles
Idosa 4	Manaus	Porque aqui o custo de vida é menor
Idosa 6	Nhamundá (zona rural)	Porque não queria mais ficar no interior, porque minha mãe e meu pai morreram
Idosa 7	Parintins (zona rural)	Porque meu marido ficou doente
Idosa 8	Manaus	O custo de vida aqui é mais baixo
Idosa 12	Barreirinha	Por causa dos estudos dos meus filhos
Idoso 1	Igarapé do Boto (zona rural de Parintins)	Porque minha esposa quis vim pra trazer os filhos pra estudar
Idoso 2	Estado do Maranhão	Por conta do trabalho que eu realizava
Idoso 4	Com. Nossa Senhora das Graças (zona rural de Parintins)	Por motivo de doença
Idoso 5	Paraná do Macá (zona rural de Parintins)	Porque eu tomei uma decisão precipitada, porque eu peguei corda da minha mulher que não gostava de lá. Me arrependi muito de vim de lá.
Idoso 6	Comunidade do Boto (zona rural de Parintins)	Porque eu morava sozinho lá, e meus filhos queriam que eu viesse de lá.

Fonte: Pesquisa de campo/2016

É notório que a maior parcela de idosos (as) são provenientes da zona rural do município de Parintins e de municípios adjacentes. Dentre os motivos para residirem em Parintins, o principal está relacionado com a oferta de oportunidades de estudo à seus filhos, oportunidades estas que a vida no interior pouco proporciona. Outros motivos dizem respeito a questões ligadas a saúde e moradia.

Apesar de haver alguns avanços no que diz respeito à políticas públicas para a população do campo é notável que ainda não são suficientes para a cobertura das necessidades básicas dessa população como educação e saúde, o que acarreta a saída do homem da zona rural para a cidade. Todavia, esse nem sempre é o principal condicionante da mudança do homem para a zona urbana como evidenciam as assertivas dos idosos 05 e 06.

No caso das idosas provenientes da capital do Estado notamos um único motivo, o menor custo de vida que o município de Parintins proporciona em relação a uma metrópole onde para viver tem que se pagar um preço bastante alto, o que é inviável para quem não dispõe de meios suficientes.

Ao fazermos uma análise sobre como idosos (as) consideram a vivência da velhice em Parintins, notamos que 09 a consideram como sendo boa, 04 analisam como ótima, 04 como excelente e, 01 a avalia como sendo regular. No Quadro abaixo suas considerações podem ser analisadas a partir de várias possibilidades.

Quadro 03 – Considerações sobre a vivência da velhice em Parintins

<b>Unidade de Registro/Tema:</b> Considerações de pessoas idosas sobre a vivência da velhice em Parintins	
<b>MULHERES</b>	
<b>Unidade de contexto</b>	<b>Subcategoria</b>
- Boa, porque aqui eu me divirto como posso (Idosa 1); - Ótima, porque agora eu trabalho em casa, venho pro Centro e me divirto e, ainda, brinco no Boi também (Idosa 2)	Possibilidades de diversão; Trabalho doméstico; lazer.
- Ótima, minha velhice é boa aqui, porque Parintins é uma cidade tranquila (Idosa 4); - Boa, porque a vida é tranquila nesta cidade (Idosa 8); - Boa, por ser uma cidade tranquila para viver (Idosa 11); - Boa, porque aqui eu vivo tranquila, sem estresse e sem correria (Idosa 12).	Possibilidades da viver a velhice com tranquilidade
- Boa, porque estou vivendo bem aqui, as vezes brigo com minha filha mas a gente vive bem (Idosa 5); - Ótima, porque dá pra vivermos bem a velhice aqui, apesar da violência que tá ficando cada dia a mais (Idosa 3); - Excelente, porque mesmo a gente sendo idoso dá pra gente viver bem, e eu vivo bem (Idosa 6).	Possibilidades de boa vivência da velhice
- Boa, porque aqui tem mais liberdade (Idosa 7).	Viver com liberdade
- Excelente, porque eu sou feliz, acho que todo mundo me gosta porque aonde eu chego todo mundo fala comigo (Idosa 9); - Boa, porque aqui tem as coisas que me deixa feliz (Idosa 10).	Felicidade e afetividade
<b>HOMENS</b>	
- Excelente, porque aqui tem muita oportunidade de eu sair de casa pra me divertir (Idoso 1)	Oportunidade de diversão
- Boa, porque aqui nunca tive desavença com ninguém, vivo aqui em Parintins tranquilo (Idoso 2); - Boa, porque pelo menos a gente não tá se sacrificando como antes no interior trabalhando e tendo uma vida difícil (Idoso 5).	Vida tranquila; Menos sacrifício.
Excelente, eu vivo feliz sendo idoso nessa cidade (Idoso 3)	Felicidade
Regular, bem, não tenho do que reclamar (Idoso 4)	
Ótima, porque minhas filhas me tratam bem e tenho meu dinheiro que dá para me manter (Idoso 6)	Boa convivência em família; Menor custo de vida.

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Está muito claro que para as pessoas idosas, Parintins é uma cidade que propicia a vivência de uma velhice significativa, apesar de alguns percalços existentes no município, como a questão da violência e certos conflitos em família. Conforme explicitado, a cidade oportuniza

inúmeras possibilidades como, por exemplo, diversão e lazer, tranquilidade, liberdade, afetividade, felicidade, boa convivência e menor custo de vida.

Estes são elementos que determinam e promovem às pessoas idosas a vivência de uma velhice satisfatória em Parintins, cujas consequências refletem no dia a dia da vida de cada um, o que não deve ser deixado de lado, pois são elementos do cotidiano que também contribuem para a edificação da vida e das grandes construções históricas.

Contudo, entendemos a partir da vida diária dessas pessoas que a realidade é passível de ser decifrada no cotidiano ao levarmos em conta o tempo, o espaço e as contradições presentes na realidade dos sujeitos sociais. Assim, entendemos que a história da vida diária é também a história do cotidiano, sendo nesse cotidiano, entretanto, que a vida se revela (HELLER, 2008; MARTINS, 2015).

#### **4.6 A velhice na concepção de participantes do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”**

Vimos no primeiro item deste capítulo que a velhice não é uma condição humana com características homogêneas. Assim como se pôde perceber que, sua verdadeira essência ultrapassa o sentido altamente alienante disseminado na sociedade por meios simbólicos, dos quais alguns se sustentam nos valores elucidativos do próprio capitalismo.

Mencionamos os meios simbólicos tendo em vista que a mídia tem influência constante na forma como a sociedade percebe a velhice. Os meios simbólicos segundo Neri (2003, p. 15), “são reconhecidos como poderoso instrumento na formação de atitudes e crenças em relação a objetos sociais como a velhice e os idosos”.

Através dos textos do jornal *O estado de São Paulo*, a autora assinala que os conteúdos sobre velhice contidos nesse e em outros veículos de comunicação em massa “devem ser vistos como indicadores de complexos processos de troca e de construção social em curso em dado contexto sócio histórico” (p.15).

Por outro lado, em estudo realizado sobre o velho na propaganda, Debert (2003) mostra que imagens criadas sobre a velhice nesse meio simbólico favorecem o processo de reprivatização da velhice, em um movimento que desemboca no reconhecimento dessa condição como uma responsabilidade individual.

Não é à toa que na sociedade contemporânea prosperou a tendência em buscar rever os estereótipos que se associam ao processo de envelhecer. O rever desses estereótipos, na verdade, soa como pano de fundo em um processo de construção social da velhice que propõe

uma nova imagem às pessoas idosas. Entretanto, não dispõe de mecanismos que possam favorecer a todas, em especial, as que estão em idade mais avançada ou que são destituídas de autonomia plena (DEBERT, 2012).

Para a autora:

[...] A nova imagem do idoso não oferece instrumentos capazes de enfrentar a decadência de habilidades cognitivas e controles físicos e emocionais que são fundamentais, na nossa sociedade, para que um indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos de cidadania (p.15).

Essa propositura nos remete ao fato de que o envelhecimento e conseqüentemente velhice como resultado desse processo, não é absoluta. Por isso, a criação de novas imagens para a velhice devem levar em consideração que as pessoas não envelhecem da mesma maneira, cada ser humano possui aspetos que são inerentes à sua própria pessoa, a sua maneira de viver e de se relacionar com o mundo. A eliminação dos estigmas e dos estereótipos só terá possibilidade quando todos os fatores que permeiam a velhice forem levados em conta.

Enquanto isso, no âmbito das relações sociais estabelecidas, é visível a forma como a velhice é encarada, principalmente quando os velhos pertencem às classes sociais desfavorecidas. Sua visão negativa repercute intensamente entre a população mais jovem que, induzida por ideias equivocadas que se proliferam na sociedade contemporânea, pouco se dispõe a viver tranquilamente a juventude como uma condição inerente ao ser humano, pois ao assimilar a ideologia dominante acaba por se preocupar em mantê-la como uma espécie de vida plena em que deve permanecer, se recusando a aceitar a condição que poderá vir alcançar no povir.

Como enuncia Debert (2012) apregoa-se a esse emblema a disciplina e hedonismo os quais disseminam uma busca sem limites por aquilo que proporciona prazer, o que leva a juventude a perder conexão com um grupo etário específico, ou seja, ela “deixa de ser um estágio na vida para se transformar em um valor, um bem a ser conquistado a qualquer custo e em qualquer idade, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas” (p.21).

Não é o caso da maioria de idosos (as) participantes do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” em Parintins no ápice da juventude, pois ao serem questionados sobre suas percepções a respeito das pessoas idosas quando eram jovens, mais da metade destaca (61%) não ter tido nenhuma percepção conforme podemos observar na Tabela 34. Na mesma Tabela é possível visualizarmos também que, 01 dos pesquisados em seu tempo de juventude

tinha uma percepção atrelada à doenças, e 06 viam os (as) idosos (as) como pessoas que estavam passando por uma etapa da vida.

Tabela 34 – Percepção dos pesquisados quando jovens sobre as pessoas idosas

<b>Percepção</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Não tinha percepção	3	8	11	61
Pessoas passando por uma etapa da vida	3	3	6	33
Pessoas doentes	-	1	1	5,5
Pessoas feias	-	-	0	0
Pessoas vitoriosas	-	-	0	0
Outros	-	-	0	0
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo/2016

O fato de 61% das pessoas idosas sublinharem que não possuíam nenhuma concepção a respeito dos (as) idosos (as) de seu tempo de juventude, pode estar relacionado com a questão dessas pessoas não terem tido preocupação com o seu próprio destino, destino esse que nos termos de Bosi (1994) diz respeito a própria velhice.

Essa ausência de preocupação com seu próprio destino já evidenciada no item 4.3, nos leva a inferir que talvez a cultura da disciplina e do hedonismo não era disseminada com tamanho afinco na vida dessas pessoas quando jovens, o que contribuía para que elas não perdessem conexão com seu tempo de juventude e conseqüentemente não se preocupassem com velhice.

Por outro lado essa ausência de preocupação pode não estar atrelada somente a esse fator, visto que, alguns aspectos da vida dessas pessoas quando ainda não idosas, nos levam a inferir que o seu modo de vida contribuía para o fato de não terem tido tanta preocupação com sua condição de velhice no futuro. Por exemplo, para muitos deles, como já vimos, o trabalho começou fazer parte de suas vidas diárias desde muito cedo.

É possível que tais fatores tenham se constituído como principais desafios quanto ao preparo para o envelhecimento e conseqüentemente para vida na velhice.

Observarmos também que a questão da padronização da vida em etapas, fruto da sociedade moderna, se faz presente na resposta de 33% (Tabela 33) dos pesquisados. O que para Debert (2012, p 51): “pode ser pensada como resposta às mudanças estruturais na economia, devido, sobretudo, à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para outra, baseada no mercado de trabalho”. A autora explica que:

A história da civilização ocidental estaria [...] marcada por três etapas sucessivas em que a sensibilidade investida na idade cronológica é radicalmente distinta: a pré-modernidade, em que a idade cronológica é menos relevante do que o *status* da família na determinação do grau de maturidade e do controle de recursos de poder; a modernidade, que teria correspondido a uma cronologização da vida, e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso de vida em nome de um estilo unietário (IDEM, p. 56).

No que tange a modernidade, Martins (2015) sinaliza que ela está imbuída de inúmeras incertezas e pode até mesmo ser considerada como uma sociedade anômala, onde as coisas se combinam de maneira profundamente estranha. Pressupõe esse autor:

[...] A modernidade se apresenta, assim, como a máscara para ser vista. Está mais no âmbito do ser visto do que no do viver [...] a máscara é a identidade superficial e fenomênica da própria modernidade. Os tempos contidos nas coisas e nas relações de certo modo se tornam falsos, articulados por um contemporâneo que é sobretudo aparência (p. 33).

A sociedade moderna cria e recria o aparente, mas o aparente não se constitui no real. O que queremos explicitar, frente a isso, é que a velhice se sobrepuja ao sistema de falsas ideias criadas e recriadas na sociedade moderna. Ideologias controversas que não atingem somente a população considerada jovem, até porque sua negação costuma encontrar terreno entre as pessoas consideradas idosas, onde também existe certa resistência na aceitação da própria velhice.

É imperativo, desta forma, reafirmarmos constantemente a multidimensionalidade da velhice, reforçando a premissa de que idade não se configura como seu fator determinante.

O estudo de Debert (2012) sobre a reinvenção da velhice, mostra entre as mulheres idosas de classe média acima de 70 anos, alguns aspectos de “rejeição” acerca da velhice, mas, algo que pode ser considerado como positivo já que se fundamenta no reconhecimento de que a velhice não está estritamente relacionada ao fator idade, pois como já sinalizado, esse fenômeno não se traduz por cronologia.

Debert (2012) mostra que essas mulheres não se consideravam velhas porque na concepção das mesmas a velhice estava relacionada a uma questão comportamental, independentemente da idade do indivíduo. Dito de outro modo, se uma pessoa independentemente da idade se comportasse como velho, logo mostrava estar vivenciando a velhice.

Isto supõe dizer que para essas mulheres a velhice pode ser vivenciada independente do ser humano possuir 10, 20, 30, ou 90 anos de idade. Pela sua multidimensionalidade, essa experiência pode se materializar, ainda, independente de classe social e gênero.

Nessa direção, os dados da Tabela nº 35 evidenciam que, a concepção das pessoas idosas pertencentes ao CCI de Parintins sobre a velhice, em sua maioria, ultrapassa também a ideia de velhice fundamentada em aspectos cronológicos, pois é notável a partir das informações coletadas que 94% dos pesquisados (06 homens e 11 mulheres) não se consideram velhos por conta de suas idades, e apenas 5,5% leva em conta a questão cronológica como elemento determinante da velhice.

Tabela 35 – Índice de pessoas idosas que se consideram e não se consideram velhas por conta da Idade

-	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Não	6	11	17	94
Sim	-	1	1	5,5
Total	6	12	18	100

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Da informação elucidada na Tabela acima, 13 (72%) pessoas justificaram suas respostas. As quais, visando melhor entendimento, foram elencadas abaixo de maneira separada considerando o sexo dos sujeitos da pesquisa. Mas, antes de tudo, é importante esclarecermos que, das 12 mulheres participantes desta pesquisa, somente 08 justificaram as suas respostas.

Desse modo, quando perguntadas se elas se consideram velhas por conta da idade, seguidas de suas respostas elas dão as seguintes justificativas:

- “Sim. Porque eu não faço coisas que eu fazia antigamente”. (Idosa 01);
- “Não. Porque faço coisas que quando eu era jovem não fazia. Tipo dançar, sair” (Idosa 04);
- “Não. Porque ainda me sinto jovem, sempre estou praticando muitas atividades” (Idosa 07);
- “Não. Porque meu espírito ainda é de jovem” (Idosa 08);
- “Não. [...] não é nossa idade que diz se a gente é velha ou não” (Idosa 09);
- “Não. Porque me sinto muito feliz e tenho capacidade de fazer muitas coisas” (Idosa 10);
- “Não. Porque mesmo depois da velhice eu ainda aproveito a vida do jeito que é possível” (Idosa 11);
- “Não. Porque ainda posso fazer várias coisas que eu fazia antes” (Idosa 12).

No exposto, é notável que a maioria das mulheres possui uma visão bastante vasta acerca da velhice. Todavia, observamos que uma das respostas ainda aponta para o aspecto cronológico de se concebe-la. Ao justificar sua resposta, a idosa 01, afirmando se considerar velha por conta da idade, aponta para a inexistência de autonomia e perda de capacidade, no sentido de não realizar coisas que antes realizava.

É saliente nas falas dos que se opõem a velhice com relação exclusivamente ao aspecto cronológico por não se considerarem velhas pela idade que possuem, alusão a questão da

autonomia. Na verdade, temos a possibilidade de observar de maneira explícita nas justificativas, exceto da idosa 01, a autonomia e a capacidade como algo positivo, pois contrariam a falácia disseminada de que as pessoas idosas são incapazes e dependentes.

A autonomia e a independência são categorias que aparecem nas análises de Debert (2012) pontuadas anteriormente. Para as mulheres sujeitos de sua pesquisa, a velhice possui forte relação com a perda de autonomia, o que corrobora com ideia da idosa 01 de nossa pesquisa, o qual se considera velha por conta também da ausência de autonomia conforme se justifica. Quanto as mulheres da pesquisa da autora, por serem independentes elas não se consideram velhas.

Tomando o trabalho doméstico como referência, as idosas entrevistadas pela autora pontuam não serem idosas por terem condições de realizar esse trabalho, e poder realizá-lo se constitui para elas também como condição para autonomia e independência. Inclusive, para essas mesmas mulheres, os homens envelhecem de forma prematura por conta da dependência que possuem do trabalho doméstico realizado pelas mulheres.

No discurso das mulheres de nosso estudo, elas não fazem referência à capacidade e autonomia com alusão exclusiva ao trabalho doméstico. Até mesmo porque, nos dias atuais, como sabemos, as atividades das mulheres não se reduzem somente a esse tipo de atividade. Os espaços de trabalho das mulheres se alargam e cada dia elas ganham notoriedade no âmbito social. O trabalho doméstico que era exclusivo da mulher em sociedades patriarcal, não se constitui a única ocupação ou atividade desenvolvida na sociedade contemporânea.

Pontuando essa assertiva, é possível ponderarmos que a capacidade de realizar atividades, enunciada pelas mulheres idosas de nossa pesquisa, até mesmo por fazerem parte do CCI, está atrelada a atividade física, ao lazer, à diversas formas de trabalho, inclusive, o trabalho doméstico como explicitado no item 4.5 onde destacamos que alguns dos pesquisados preparam sua própria alimentação. As falas das idosas 10 e 12, conforme se pode notar, resumem claramente essa ideia. Inclusive, a idosa 12 sinaliza ser capaz de coisas que antes realizava.

Quando a idosa faz referência ao antes, é possível deduzirmos que ela está se reportando ao antes de integrar a população considerada idosa, ou seja, à própria juventude, o qual, por sua vez, na retórica das idosas 04, 07 e 08 é tomada como marco de referência em suas justificativas.

Aparece também entre as justificativas sinalizadas, o caráter subjetivo para refutar a ideia de que a velhice está unicamente relacionada com a idade do ser humano. Esse caráter está presente na justificativa da idosa 08 quando afirma que seu espírito ainda é de jovem.

Podemos entender a partir da fala da referida idosa, que além da velhice não se justificar pelo fator idade ela pressupõe que o estado físico ou a forma aparente das pessoas, também não as configuram como sendo velhas. É como se a velhice para ela estivesse mais voltada para a ordem do próprio íntimo da pessoa, com reflexos em seus aspectos comportamentais.

De modo geral, mais da metade das mulheres idosas pesquisadas mostram possuir certa amplitude e coerência na maneira de interpretar e perceber a velhice, pois não se deixam fundamentar por influências de ideias que se propagam e se estagnam no ponto de vista cronológico. O que é fortemente enfatizado na fala da idosa 09 quando destaca não ser a idade o fator determinante da velhice.

Quanto aos homens participantes desta pesquisa, todos foram unânimes em destacar que a velhice não se configura a partir da idade. Razão pela qual não se consideram velhos. O que é possível verificarmos a partir de seus próprios discursos reproduzidos abaixo.

- “Não. Porque não é por conta da idade que eu vou deixar de fazer as coisas. A gente tem que se divertir antes de morrer” (Idoso 01);
- “Não. Porque depende da forma como o idoso é tratado também” (Idoso 02);
- “Não. A gente fica velho conforme for. A natureza que vai mostrar” (Idoso 03);
- “Não. Ainda posso viver bem com saúde e com disposição” (Idoso 04);
- “Não. Porque se a gente tem saúde pode fazer o mesmo que um jovem” (Idoso 05).

Corroborando com a percepção das pesquisadas, os homens também sublinham que a velhice está atrelada a outros determinantes. A retórica desses idosos, de modo geral, pressupõe que a velhice se configura como algo relacionado às suas próprias experiências, ou seja, da melhor ou da pior forma as pessoas podem viver a velhice independentemente da idade.

Ao fazermos uma relação da questão financeira com a velhice, indagamos aos sujeitos da pesquisa se a boa velhice depende somente de condições financeiras. 05 enfatizaram que sim e 04 responderam que não. Os demais não responderam justificando não terem certeza se o que iam responder estaria correto.

As justificativas dos pesquisados do sexo feminino cuja resposta foi positiva podem ser visualizadas abaixo.

- “Sim. Porque quando chega essa etapa da vida a questão financeira é algo muito importante pra gente se manter” (Idosa 01);
- “Sim. Porque quando chega nessa fase não dá mais pra trabalhar como antes” (Idosa 04);
- “Sim. Porque é preciso comprar remédio e alimentação” (Idosa 07);

- “Sim. Porque pra gente ser feliz precisa ter uma boa condição financeira” (Idosa 10);
- “Sim. Porque junto com velhice chega as doenças, e desse jeito tem que ter dinheiro pra arcar com os remédios” (Idosa 11).

Embora afirmem que a boa velhice depende somente de condições financeiras, observamos, na verdade, que suas justificativas apontam a condição financeira não exatamente como o único determinante da boa velhice, pois nas entrelinhas de suas palavras é notável esse aspecto como algo necessário para prover necessidades que se não supridas podem ocasionar a vivência de uma velhice insatisfatória.

Não podemos negar que a questão financeira é primordial para garantir à idosos (as) meios necessários à subsistência. O envelhecimento, como sabemos, é também marcado por mudanças fisiológicas, e à medida em que as pessoas vão envelhecendo vão surgindo também algumas limitações e inúmeras necessidades, uma vez que se tornam mais vulneráveis à patologias que necessitam de cuidados e de dinheiro para viabilizá-los.

Como elucidado, nesse capítulo, o trabalho é o instrumento pelo qual se dá a satisfação das necessidades de subsistência dos indivíduos, e isso durante toda sua trajetória de vida. O que denota que as condições financeiras para a manutenção de subsistência das pessoas são proporcionadas através de suas atividades de trabalho. Por isso vemos na fala da idosa 04 a questão financeira como determinante de uma boa velhice, pois se o indivíduo não trabalha e não amealha recursos para satisfazer suas necessidades no porvir, tem comprometida suas condições de subsistência na velhice.

Entretanto isso não significa que a boa velhice dependa somente de condições financeiras como sinalizam as respostas e as justificativas dos demais pesquisados assinaladas abaixo.

- “Não. Tem que ter outras coisas. Alimentação, porque se a gente não se alimentar, como a gente vai viver?” (Idosa 02);
- “Não. Porque tem que ter alguém pra poder olhar pra gente quando a gente não puder fazer nada” (Idosa 03);
- “Não. Porque a gente depende de não ficar só em casa. Depende de sair um pouco, fazer caminhada” (Idosa 05);
- “Não. É preciso pessoas que gostam da gente” (Idosa 06);
- “Não. Depende sobretudo de ter uma boa saúde” (Idosa 08);
- “Não. Tem que ter tratamento. Saber se amar” (Idosa 9);
- “Não. Tem que ter saúde (Idosa 12);
- “Não. Porque para além do dinheiro a gente precisa ter outras coisas, porque as vezes tem gente que tem muito dinheiro, mas não é feliz porque não tem lazer, não tem família” (Idoso 01);
- “Não. Precisa de outras coisas também. Precisa ter uma boa esposa pra fazer companhia, precisa de família, precisa de cuidado” (Idoso 02);
- “Não. Qualquer um pode chegar à velhice, depende da natureza” (Idoso 03);

- “Não. Depende sobretudo de ter uma boa saúde” (Idoso 04);
- “Não. Precisa a pessoa ter uma vivência equilibrada no seu modo de viver. De que adiante ter muito dinheiro se você não tem lazer, não tem amigos, não tem família” (Idoso 05);
- “Não. Porque além do dinheiro tem que ter pessoas pra gente se relacionar” (Idoso 06).

No caso dessas pessoas suas justificativas evidenciam que para além das condições financeiras, inúmeros fatores são necessários à vivência de uma velhice com qualidade, dentre os quais, a saúde, lazer, alimentação, família, cuidado, afeto etc.

Notamos, conforme registrado no Quadro 04, que algumas categorias extraídas das falas dos pesquisados que negaram o aspecto financeiro como único fator determinante da boa velhice, possuem similaridade com as categorias evidenciadas quando perguntamos à estes o que mais é preciso para se ter uma boa velhice.

Quadro 04 – Determinantes para a boa velhice na concepção de idosos (as)

<b>Unidade de registro/tema</b> O que mais é preciso para se ter uma boa velhice?	
<b>Unidade de contexto</b>	<b>Subcategoria</b>
<b>Mulheres</b>	
- É preciso mais saúde (Idosa 03); - Tem que cuidar da saúde (Idosa 09); - Ter uma boa saúde (Idosa 12); -Boa alimentação, porque tudo tem limite (dosa 05); - Um pouco de paz, carinho, amor, união da família e saúde (Idosa 08).	Saúde  Alimentação  Afetividade
<b>Homens</b>	
-Cuidar da saúde, não beber cachaça porque isso estraga o corpo da pessoa (Idoso 02); -Saúde em primeiro lugar (Idoso 03); -Cuidado com a vida, saúde, lazer (Idoso 04); -Ter pessoas pra gente conversar; tem que ter boa saúde. Não adiante ter dinheiro se não tem outras coisas que precisamos (Idoso 06).	Saúde  Lazer  Socialização

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Constamos nas informações do Quadro exposto, que o principal determinante da boa velhice segundo os pesquisados é a saúde, mas não somente o único, pois como é possível notar há também outros fatores como a alimentação, o cuidado, o lazer, a socialização e a afetividade.

Se levarmos em conta que a boa velhice depende das condições de reprodução dos indivíduos na sociedade vamos ver que os determinantes elencados pelos pesquisados são elementos que se complementam. Para viver bem as pessoas precisam ter saúde e para isso

precisam se alimentar e usufruir de serviços concernentes promoção de bem estar como moradias adequadas, saneamento básico e condições financeiras.

Além disso o ser humano tem por sua natureza a necessidade de se relacionar. Mas no ritmo frenético da sociedade moderna o relacionamento e a afetividade tornam-se mais difíceis na vida das pessoas, especialmente para pessoas idosas que buscam em outras alternativas novas formas de sociabilidade, como vimos na discussão do item 3.2 quando pessoas idosas do CCI de Parintins apontam a relação que estabelecem com esta instituição.

De modo geral, é possível concluirmos que a concepção das pessoas idosas a respeito da velhice em Parintins não se limita a aspectos definidos, mas, caminha para uma compreensão abrangente que leva em conta a sua multidimensionalidade, refutando ideias equivocadas a seu respeito. Tanto é verdade que quando perguntamos o que a velhice representa, 56% (03 homens e 07 mulheres) a destacam como sendo uma conquista (Tabela 36).

Tabela 36 – Representação da velhice para as pessoas idosas

<b>Representação</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Conquista	3	7	10	56
Última fase da vida	2	2	4	22
Morte	1	1	2	11
Aposentadoria	-	1	1	5,5
Solidão	-	1	1	5,5
Doença	-	-	0	0
Perda de capacidade física	-	-	0	0
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Para 22% dos pesquisado a velhice representa última fase da vida, para 11% morte e para 5,5% aposentadoria e solidão respectivamente. São elementos não descartáveis, pois se não inerentes ao envelhecimento, ainda assim, estão ligados a este fenômeno.

Vale lembrar que estamos lidando com idosos (as) participantes do CCI, ambiente de sociabilidade onde pessoas do mesmo grupo etário se relacionam e compartilham experiências. Isto positivamente faz com que compreendam a velhice em sua heterogeneidade e complexidade, tomando-a a partir de suas vivências como uma experiência privilegiada, e desmistificando a velhice dos estigmas e estereótipos criados e recriados na sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciarmos neste estudo, como as pessoas idosas do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa” vivenciam o seu tempo de velhice em Parintins a partir do desvelamento do cotidiano, foi uma maneira de conhecer a realidade dessas pessoas e de estar contribuindo para o melhoramento das ações e serviços destinadas à estas neste município, pois entendemos ser o cotidiano um espaço onde se expressam elementos reveladores de sua própria realidade.

Foi, ainda, uma forma de reafirmar para esta sociedade, a partir dos próprios pesquisados, diante da trivialidade empreendida, que ser idoso (a) tem sim suas peculiaridades, mesmo porque a velhice é singular, mas, é um fenômeno tão natural quanto ser jovem ou ser criança, faz parte da natureza humana, e como tal, não podemos nos esquivar e nos tornarmos cúmplices do que Beauvoir (1990) classifica, como estatuto imposto pela classe dominante.

Os achados da pesquisa revelam que as pessoas, atualmente na velhice, pouco exercem atividades econômicas como desempenhavam em tempos precedentes ao que estão vivenciando. A exemplo, a questão do trabalho em função das necessidades de subsistência pouco prevalece, já que a maioria não mais participa do mercado de trabalho.

Entretanto, poder exercer atividade de trabalho foi enfatizado na fala de alguns pesquisados como um dos motivos que fazem falta na vida cotidiana atualmente, por isso, e por outros motivos, sentem falta do tempo em que ainda não eram pessoas idosas e podiam trabalhar. Porém, a ausência do trabalho não foi apontada como empecilho para usufruírem do tempo de velhice de maneira positiva.

Embora a maioria não mais exerça atividades laborativas, a pesquisa apontou que as pessoas idosas buscam outras formas de sociabilidade, através de atividades culturais, religiosas e de lazer. Foi constatado que antes elas exerciam atividades físicas, algo que nos dias atuais se reduzem às atividades realizadas no Centro de Convivência do Idoso.

Além do mais, as atividades domésticas também são marcantes na vida dessas pessoas no contexto atual, o que demonstra que não deixaram de ser ativas em função da velhice. O próprio Centro de Convivência do Idoso se mostra como um espaço de sociabilidade às essas pessoas. Um lugar onde, de certa maneira, a pessoa idosa tem a oportunidade estabelecer relações sócio afetivas.

Vimos que as relações sociais e afetivas das pessoas idosas, também sofreram mudanças com a chegada da velhice, apesar da maioria afirmar manter uma relação familiar amistosa, observamos, algumas contradições como, por exemplo, alguns se ressentem pelo fato dos laços familiares no contexto atual estarem se afrouxando.

O que não deixa de fazer sentido, haja vista que na sociedade em que vivemos atualmente os interesses individuais superam os da coletividade, fazendo com que a vida seja regida em descompasso. Como pondera Souza (2013), vivemos atualmente num mundo globalizado onde a realidade social não encontra apoio das formas de relações sociais antigas.

Preencher o vazio afetivo e a busca pelo bem estar físico e emocional, é um papel essencial que CCI desenvolve as pessoas idosas, além da função fundamental que é mantê-las inseridas socialmente. E a relação que elas estabelecem no âmbito dessa instituição com as atividades se mostram significativas, principalmente, no que concerne a manutenção do estado de saúde das mesmas, já que foi constatado que a maioria possui algum problema de saúde.

Assim como as relações dessas pessoas idosas com as atividades se mostram positivas, as que são estabelecidas entre elas no CCI também se mostram amistosas, muitas ultrapassam, inclusive, os muros da instituição. Ademais, constatamos que amizade também se manifesta como um ingrediente fortemente presente no cotidiano delas desde outrora.

Ao penetrarmos no cotidiano das pessoas idosas em Parintins, identificamos que para essas pessoas, apesar das atividades econômicas e sociais não serem as mesmas desempenhadas na vida de outrora, ou não serem mais realizadas na mesma proporção, isso não é motivo para que a maioria deixe de viver uma vida prazerosa, ainda que, em alguns aspectos a vida de antes façam falta.

Não estamos dizendo que a vida cotidiana na velhice seja fácil, afinal, a vida em si é uma realidade complexa vivenciada por cada pessoa com suas peculiaridades, repleta de altos e baixos, haja vista ser a realidade um tanto contraditória e excludente.

E em meio aos reflexos da contradição dessa chamada “modernidade líquida”, cabe a cada um encontrar estratégias para viver da melhor maneira possível, e cabe, principalmente, ao poder público disponibilizar as possibilidades, até porque viver bem a velhice não é somente uma escolha.

Nesse sentido, é no CCI que pessoas idosas encontram essa possibilidade, onde buscam manter a saúde e estabelecer vínculos afetivos como incremento essencial à boa vivência da velhice. Por isso, consideramos os serviços socioassistenciais, como os que o CCI “Pastor Lessa” oferece, de fundamental importância no cotidiano das pessoas idosas em Parintins em favor de um tempo de velhice prazeroso.

## REFERÊNCIAS

ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Envelhecimento e vida saudável**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

ALVES, Vicente de Paula. **A religião e os idosos**. In: FALEIROS, Vicente de Paula; LOUREIRO, Altair Macedo Lahud (Orgs). *Desafios do envelhecimento: vez, sentido e voz*. Brasília: Editora Universa, 2006.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **A composição da vida no beiradão do rio Amazonas: memória e identidade ribeirinha**. Manaus: Edua, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ÁVILA, Ana Helena de; GUERRA, Márcia; MENESES, Maria Piedade Rangel. **Se o velho é o outro, quem sou eu? A construção da auto-imagem na velhice**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/801/80130802.pdf>> acesso 24/05/2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BULLA, Leonia Capaverde; SOARES, Erika Scheeren; KIST, Rosane Bernadete Brochier. **Cidadania, pertencimento e participação social de idosos – Grupo Trocando Ideias e Matinê das Duas**: cine comentado. *Ser Social 21: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social*: Brasília: UNB, 2007.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2º ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BECKER, Bertha Koiffmann; LIMA, Amanda Cavaliere. **Surtos e ciclos econômicos de Parintins (AM)**: Condicionantes à sua organização sócio-espacial e estruturação urbana. Espaço aberto: Revista do Programa de Pós-Graduação e Geografia. Rio de Janeiro, 2013.

BELATO, Dinarte. História da velhice. In: DALLEPIANE, Loiva Beatriz (Org). **Envelhecimento Humano**: campos de saberes e práticas de saúde coletiva. Ijuí: Ed. Uijuí, 2009.

BENAION, Noval. **A Subordinação Reiteirada**: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil-Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BORGES, Maria Cláudia Moura. **O idoso e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil**. In: *As múltiplas faces da velhice no Brasil* - Campinas, SP: Editora Alinea, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BRAGA, Sérgio Ivan. **Os bois-bumbás de Parintins**. Rio de Janeiro: Funarte/ Editora Universidade do Amazonas, 2002.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional do Idoso**. 1ªed. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **Envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas**. In: Ana Amélia Camarano (Org). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELO, Juliana Leitão e. **Como vive o idoso brasileiro?** In: Ana Amélia Camarano (Org). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CANÔAS, Cilene Swain. **A condição humana do velho**. São Paulo: Cortez, 1985.

CATTANI, Antônio David. A vida precária: bases para a nova submissão. In: CATTANI, Antônio David. DIÀZ, Laura Mota (Orgs). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, P. 51-71.

CARDOSO, Miryan Cristina da Silva; FERREIRA, Maria Cristina. **Envolvimento religioso e bem-estar subjetivo em idosos**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2009, vol.29, n.2, pp.380-393. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000200013>.

CERQUA. **Clarões de fé no médio amazonas**. Manaus: ProGraf – Gráfica e Editora, 2009.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. Perspectivas. Ver. De Ciências sociais: São Paulo: Editora da UNESP, 1999, P. 41-59.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível**. São Paulo: Cortez, 2010.

DALLEPIANE, Loiva Beatriz. **Envelhecimento Humano: campos de saberes e práticas de saúde coletiva**. Ijuí: Ed. Uijuí, 2009.

DEBERT. Guita Grin. **O velho na propaganda**. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a07.pdf>> acesso 24/05/2016.

DEBERT. Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

DERRUAU, Max. **Geografia Humana I**. Tradução de Helena de Araújo Lopes e Carlos D'Almeida Sampaio. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1 volume.

FALEIROS. Vicente de Paula; LOUREIRO. Altair Macedo Lahud. **Desafios do envelhecimento: vez, sentido e voz**. Brasília: Editora Universa, 2006.

FALEIROS. Vicente de Paula; REBOUÇAS. Mônica. **Gestão social por sujeito/idade na velhice**: a experiência do Idade. In: FALEIROS. Vicente de Paula; LOUREIRO. Altair Macedo Lahud (Orgs). **Desafios do envelhecimento: vez, sentido e voz**. Brasília: Editora Universa, 2006.

FERNADES, Liliane Alves. **As Santas Casa da Misericórdia na República Brasileira: 1922 – 1945**. Dissertação (Mestrado em políticas de bem-estar em perspectiva: evolução, conceitos e actores / phoenix erasmus mundus dynamics of health and welfare), Universidade de Evora, 2009.

FREITAS. Maria Raquel Lino. **Questão Social no Brasil**: considerações sobre o papel do Estado. Revista Ser Social. Brasília, n 16, p. 11-31, jan/jun, 2005.

GOLDMAN, Sara Nigri. **Terceira Idade e Serviço Social**. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTE, Ludmila Fontenele. (Orgs). **Serviço social e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. Eneida Gonçalves de Macedo. **Notas sobre a história dos direitos da velhice no Brasil**. Prisma Jurídico nº2, 2003, p. 107-118. Universidade Nove de Julho. São Paulo, Brasil.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo. Paz e Terra, 2011.

LEITE. Marninês Tambara. **Envelhecimento Humano**: novas e velhas demandas no campo da **saúde**. In: DALLEPIANE. Loiva Beatriz (Org). **Envelhecimento Humano: campos de saberes e práticas de saúde coletiva**. Ijuí: Ed. Uijuí, 2009

LEÃO. Alice Alves Menezes Ponce de. **Serviço social e velhice**: perspectiva do trabalho do Assistente social na promoção à saúde do idoso. Manaus: EDUA, 2015.

LEFEBVRE. Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática S.A, 1991.

LIMA, Marcos Castro de. **A cidade, o urbano e o rio na Amazônia**. Revista ACTA Geografia, Ano II, nº 3./jan/jun. de 2008.

LOPES, Andrea. **Dependência, contratos sociais e Qualidade de Vida na Velhice**. In: as múltiplas faces da velhice no Brasil. Campinas, SP: editora Alínea, 2003.

MAGALHÃES. Dirceu Nogueira. **Invenção social da velhice**. Rio de Janeiro, 1987.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiano: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wrigth Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MORAGAS, Ricardo Moragas. **Gerontologia Social: envelhecimento e qualidade de vida** - São Paulo: Paulinas, 1997.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulima, 2007.

NERI, Anita Liberalesso. **Atitudes e crenças sobre velhice: análise de conteúdo de Textos do Jornal O Estado de São Paulo publicados entre 1995 e 2002**. In: as múltiplas faces da velhice no Brasil. Campinas, SP: editora Alínea, 2003.

NEVES, Soriane. **Interrelações entre mídia e cultura popular: as pastorinhas de Parintins a partir da lógica das micro e macro redes comunicacionais**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In: LESBAUPIN (Org). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTÃO, Kaizô Iwakami; PINHEIRO, Sinoe Sugahara; PYNEAU, Fernanda Paes Leme; MENDONÇA, João Luís Oliveira. **O idoso e a previdência social**. In: Ana Amélia Camarano (Org). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

OLIVEIRA. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1972.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013. **Perfil do município de Parintins, AM**. Disponível em:<  
[http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_AtlasMunicipios#>](http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios#>)  
 Acesso em: 20 de junho de 2015.

PEREIRA, Potyara. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.R.; SANTOS, S.M.& MIOTO, R.G. (Org). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2015.

ROCHA, Rayane; FREIRE, Bryza Marinho; NEVES, Soryane. **Documentário Anarriê – As Transformações das Quadrilhas Juninas no Festival Folclórico de Parintins**. XX Prêmio Expocom 2013. Disponível em:<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/expocom/EX34-0067-1.pdf>> Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

RODRIGUES, Nara da Costa. **Política Nacional do Idoso - retrospectiva histórica**. UFRGS, Porto Alegre, v.3, p. 149-158, 2001. Disponível em>[revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid...pt](http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid...pt)> acesso em: maio de 2015.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **A produção capitalista do espaço, os conflitos urbanos e o direito à cidade**. In: *Políticas Públicas e Direito à Cidade: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais*. Rio de Janeiro : Letra Capital : IPPUR/UFRJ, 2011.

SAUNIER, **Parintins: memória dos acontecimentos históricos**. Manaus: Editora Valer; 2003.

SCHERER, Elenize Faria. **Assistência aos desassistidos manauaras: gênese e história da gestão estatal dos segmentos mais pobres da cidade de Manaus**. São Paulo: PUC/SP, 1989. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

SILVA, Heloísa Helena Corrêa. **Expressões da Assistência Social no Médio Juruá – Amazonas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus Usuários: entre a rebeldia e o conformismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Sebastião Janderson Torres da Silva; CURSINO, Sue Anne Guimarães; SIQUEIRA, Graciene; ASSIS, Gildo Farias. **Perfil do ouvinte de rádio em Parintins**. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte . Belém, 2014

SOUSA, Valmiene Florindo Farias. **Cidadania e envelhecimento em Parintins: um enfoque para o programa de atenção integral ao idoso**– Manaus: UFAM, 2012.

SOUZA, C.L.; CAÑETE, T.M.R. **Cidade, meio ambiente e modo de vida na Amazônia: o caso do Médio Rio Purus.** Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-797-885-20100904000229.pdf>

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SPOSAT et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.

TRINDADE, Deilson do Carmo. **As benzedeadas de Parintins: práticas, rezas e simpatias.** Manaus: Edua, 2013.

VALENTIN, Andreas. **Contrários: a celebração da rivalidade dos Bois-Bumbás de Parintins.** Manaus: Editora Valer, 2005.

VERAS, Renato Peixoto Veras; CALDAS, Célia Pereira. **A promoção da saúde de uma população que envelhece.** In: DALLEPIANE, Loiva Beatriz (Org). **Envelhecimento Humano: campos de saberes e práticas de saúde coletiva.** Ijuí: Ed. Ujuí, 2009

VIEIRA, Aline Costa. **Envelhecimento e solidão em Parintins: uma análise das condições de vida e saúde dos idosos residentes nos bairros Itaúna I e II.** In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís: UFMA, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** *Serv. Soc.Soc* [online]. 2012, n. 110, p. 288-322.